

Cadernos da

ACECA

99 PUCAMP

7

CADERNOS DA FACECA

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Diretor Responsável:

Prof. José Geraldo Souza Carreira

Editores Responsáveis:

Prof. José Homero Adabo e Profa. Dalva Maria Bertoni Bedone

Conselho Editorial

Prof. Antonio Marcos Favarin
Profa. Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa
Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto
Prof. Joaquim Carlos Dias
Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa
Prof. Mário Presente

Revisão

Profa. Terezinha da Conceição Vitti Favarin

Coordenação de Edição e Divulgação

Maria Augusta Amaecing Langbeck

Tiragem: 3.000 exemplares

Direitos e Permissão de Divulgação

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FACECA - PUCCAMP. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FACECA - PUCCAMP

Campinas - SP - CEP: 13020-904

Fone: (0192) 52.089 Ramal 299

Editoração Eletrônica

Julcimara Rose Marrara

Fones: (019) 235.2225

Capa

Alessandra Righetto, Ana Carolina Farizo Rezende, Ana Paula Menezes Pedro, Cláudia Miranda Cardoso, Cristina Carvalho de Camargo, Gustavo Gomes Pacheco e Patricia Vargas Porto (Alunos do Curso de Publicidade e Propaganda do IACT/PUCCAMP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

PUCCAMP

cadernos da
FACECA

Cadernos da FACECA	Campinas	V. 4	Nº 2	Jul./Dez.	1995
--------------------	----------	------	------	-----------	------

ISSN 0104-1495

SUMÁRIO

Editorial	05
---------------------	----

ARTIGOS

O papel do "Fluxo Circular" na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter Antonio Carlos Lobão	07
Defasagem cambial e exportações minerais: cenário favorável na década de oitenta Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa	22
Fatores de influência na relação universidade - empresa Lucinéia Crespim e José Eduardo R. de Sousa	35
Dinâmica do mercado de trabalho nos anos 80: um texto sintético Paulo de Martino Jannuzzi, Fernando Augusto M. Mattos e Letícia Navegantes	65
Política ambiental e desenvolvimento sustentável Reinaldo Dias	87
Notas sobre o ciclo e a política econômica no pensamento Pós-Keynesiano Marcelo Dias Carcanholo	109
A nova estrutura multibancária brasileira: da reforma à crise Natermes Guimarães Teixeira	132

OPINIÕES

A universidade, o contabilista e o mercosul Antonio Marcos Favarin	166
O reflexo da "década perdida" na reestruturação do mercado de trabalho Sérgio Pio Bernardes	174

EDITORIAL

Com este número, a Revista CADERNOS DA FACECA se consolida no mercado editorial, como um veículo de comunicação científica de assuntos das áreas de economia, contabilidade e administração de serviços. Atualmente, conta com um número médio de 120 páginas, o que representa um avanço significativo e um marco importante para os seus idealizadores.

Nesta edição, o leitor encontrará o primeiro artigo tratando a questão da utilização do "fluxo circular" como um contraponto da teoria schumpeteriana, para ressaltar a importância das inovações tecnológicas no desenvolvimento econômico. No artigo seguinte, o leitor encontrará um questionamento sobre se a taxa cambial de década de 1980, foi ou não favorável às exportações do setor mineral brasileiro. Após evidenciar a existência de uma defasagem cambial, o artigo apresenta cálculos, utilizando-se um índice de preços domésticos mais específico para o setor mineral.

Uma pesquisa financiada pela Coordenadoria de Estudos e Apoio à Pesquisa - CEAP da PUCCAMP, mostra os fatores que mais influenciam na relação universidade - empresa. A faculdade selecionada para investigação foi a FACECA da PUCCAMP, em virtude da sua abrangência regional e pelo seu histórico e perfil de atuação.

O artigo "Dinâmica do mercado de trabalho nos anos 80: um texto sintético" descreve o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80 e sintetiza algumas tendências reveladas pela literatura. Aponta algumas transformações estruturais que podem ser antevistas com base nos últimos dados disponíveis. Em seguida, o artigo "Política ambiental e desenvolvimento sustentável" discute alguns aspectos da política ambiental e suas influências na sociedade. Dá um tratamento crítico à questão ambiental, mostrando

que sua concepção não deve isolar a sua natureza ética, moral, valores e análise do ciclo e a política econômica no pensamento pós-keynesiano.

A seção de artigos termina com "A nova estrutura multibancária brasileira: da reforma à crise", fazendo uma análise crítica da evolução da intermediação financeira institucional do Brasil, baseada no último projeto de Reforma Financeira, elaborado pelo Banco Central do Brasil, cuja execução foi iniciada em 1987.

A seção Opiniões abre com um texto analisando questões relacionadas ao reconhecimento de certificados e títulos pelos países componentes do Mercosul, com destaque especial para a área de contabilidade. A seção fecha com o texto "O reflexo da década perdida na reestruturação do mercado de trabalho". Este artigo analisa a consolidação da estrutura produtiva e as flutuações do nível de atividade. Na sequência, mostra os desafios decorrentes do crescimento demográfico, revolução tecnológica e desemprego. Apresenta, finalmente, considerações sobre um projeto de modernidade, que envolve a parceria entre empresa e demais segmentos sociais, política industrial e investimento em capital humano.

Assim, esperamos dar continuidade a esta linha de artigos, pautado sempre pela qualidade, atualidade e relevância dos temas tratados.

Os editores

O PAPEL DO "FLUXO CIRCULAR" NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SCHUMPETER

*Antonio Carlos de Azevedo Lobão*¹

1. INTRODUÇÃO

O "fluxo circular" tem sido apresentado como uma construção teórica básica na análise do sistema econômico, efetuada por Schumpeter, a partir da qual se pode explicar o impacto da inovação sobre a dinâmica da economia capitalista, bem como entender os conceitos de capital, lucro, empresário e crédito que, para este autor, têm significados bastante originais. É uma situação de equilíbrio, para a qual tende a vida econômica, que, embora abstraia o papel fundamental que o processo de inovação tem sobre a dinâmica do capitalismo, nos permitiria apreender os mecanismos de reprodução do sistema, além de suas características básicas, dentro do enfoque schumpeteriano.

O objetivo desse artigo é discutir a real importância do "fluxo circular" na teoria de Schumpeter, na qual ocupa, a meu ver, papel meramente auxiliar, servindo muito mais como contraponto e para ressaltar a importância das inovações para o desenvolvimento econômico do que para explicar qualquer aspecto fundamental do sistema capitalista.

¹ Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestrando em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da UNICAMP.

O "FLUXO CIRCULAR"

Trata-se de um "Estado organizado comercialmente, no qual vigoram a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência" (Schumpeter, 1912:10). Além dessas premissas, acrescenta-se a inexistência de incertezas quanto ao futuro, uma vez que o sistema não apresenta mudanças estruturais de quaisquer natureza, sendo a atividade econômica caracterizada por práticas rotineiras e já conhecidas pelos agentes econômicos.

Não é, no sentido estrito, uma situação de equilíbrio estático pois, embora nesse modelo não se apresentem mudanças qualitativas ou quantitativas relevantes, ele comporta as adaptações decorrentes de variações no nível de consumo, população e mudanças nas preferências dos consumidores. Não obstante, o que é fundamental é que essas adaptações não implicam nenhuma "revolução produtiva" (Schumpeter, 1912:46), ou, ainda, "*o que importa é que as variações verificadas nos dados... sejam suficientemente contínuas ou friccionais para que a absorção de seus efeitos não provoque convulsões no sistema*" (Possas, 1987:170-1). No "fluxo circular" o sistema econômico estará sempre vinculado ao "estado precedente dos negócios", não havendo, portanto, modificações arbitrárias por iniciativa de seus agentes.

Nesse quadro, Schumpeter detecta uma tendência de equilíbrio geral por parte dos agentes econômicos bastante próxima daquela preconizada através da livre manifestação da "lei da oferta e da procura".

As características do "fluxo circular" guardam muitas semelhanças com aquelas estabelecidas para uma sociedade mercantil simples, no sentido marxista, onde pequenos produtores independentes

trocam valores de uso e onde a oferta cria sua própria demanda (Lei de Say). Nesse sentido, duas afirmações do autor são bastante elucidativas. Quanto à produção de valores de uso como fim em si mesmo: *"a atividade econômica pode ter qualquer motivo, até mesmo espiritual, mas seu significado é sempre a satisfação de necessidades"* (Schumpeter, 1912:14). Quanto à capacidade da oferta na criação da demanda: *"Segue-se pois que, em qualquer lugar do sistema econômico, uma demanda está, por assim dizer, esperando solícitamente cada oferta e que, em nenhum lugar do sistema econômico, há mercadorias sem complementos, ou seja, outras mercadorias em posse de pessoas que desejam trocá-las pelos bens anteriores, sob condições empiricamente determinadas"* (Schumpeter, 1912:12).

Uma vez que a busca da satisfação das necessidades é o objetivo primeiro do sistema produtivo, que o mesmo não apresenta modificações substanciais e, portanto, que os produtores detêm o conhecimento empírico para determinar as quantidades a serem produzidas bem como as combinações produtivas mais eficientes para tal, a atividade econômica tende a ser rotineira e a ação dos agentes (produtores e consumidores), sob a livre concorrência, termina, dentro dessa ótica, por levar a uma situação de equilíbrio.

Outra característica fundamental desse modelo é que o processo produtivo não representa criação de valor mas, apenas e simplesmente, sua transferência dos fatores de produção aos produtos. Além disso, dois são os fatores produtivos: terra e trabalho.

Ao contrário dos fisiocratas, que atribuem à terra o papel de fator de produção fundamental, e dos economistas clássicos, que dão ao trabalho essa precedência, para Schumpeter ambos estão no mesmo plano, ou seja, terra e trabalho são os fatores produtivos originais, a

partir dos quais, todos os outros bens podem ser obtidos. A sociedade estaria composta, assim, por proprietários de fatores de produção (terra e trabalho) que, por outro lado, também são consumidores.

Nestes termos e, sob a livre concorrência, os proprietários de fatores de produção serão remunerados em função da produtividade marginal da terra e do trabalho e o valor dos fatores utilizados transferido para os produtos. Assim sendo, a remuneração dos trabalhadores e proprietários de terra será igual ao valor da produção. As relações de troca se incumbem da alocação dessa renda entre os diversos agentes.

As transferências de renda e de bens e serviços dentro do "fluxo circular" poderiam ser esquematizadas da seguinte forma: num primeiro momento os proprietários dos fatores produtivos (famílias) colocariam à disposição das empresas terra e trabalho, pelos quais perceberiam rendimentos equivalentes ao valor transferido aos bens e serviços produzidos. Por outro lado, as famílias cumprem também o papel de consumidores desses mesmos bens, transferindo seus rendimentos novamente às empresas, na forma de pagamentos pelos produtos ou serviços adquiridos. Com esse dinheiro, as empresas adquirem novamente fatores produtivos, recomeçando o processo e assim sucessivamente. Dessa forma, tudo o que é produzido é vendido e todo valor dos fatores produtivos empregados no processo produtivo é integralmente transferido aos produtos, sendo que, através das relações de trocas, retoma aos primeiros proprietários.

Considerando-se ainda o alto grau de previsibilidade do sistema, o conhecimento empírico dos agentes e a livre concorrência existentes, fica evidente a tendência do sistema ao equilíbrio. Fecha-se, assim, o "fluxo circular".

Mas alguns outros aspectos merecem ser mencionados. O primeiro deles é o fato de que Schumpeter, ao contrário dos neoclássicos, desconsidera o capital como fator de produção. Aliás, no "fluxo circular", o capital, no sentido comum do termo, inexistente. Isto decorre de uma dedução lógica: se todos os rendimentos acabam se convertendo em salários e renda da terra, e todos os bens produzidos terminam nas mãos de proprietários de terra e dos trabalhadores, não há, nesse esquema teórico, possibilidade de surgimento de nenhuma outra classe no sistema econômico. Em outras palavras, na medida em que o capital é visto apenas como meio de produção, no seu sentido físico, e resultante de uma combinação de terra e trabalho, não há porque considerá-lo de forma diferente de qualquer bem de consumo. Se, em condições de livre concorrência, a empresa recebe apenas e tão somente o correspondente ao valor do trabalho e da terra empregados, não existe uma remuneração do capital, nem capitalistas enquanto classe.

Além disso, a previsibilidade do sistema e a contínua repetição de atividades e combinações produtivas rotineiras eliminam, quase que integralmente, o risco na atividade econômica. Da mesma forma, não faria sentido, a qualquer homem racional, se privar de um consumo presente em prol de um consumo futuro. Ou seja, não existe, também por esses prismas, qualquer justificativa para a existência do lucro. É certo, entretanto, que desajustes setoriais ou mudanças em algumas variáveis (crescimento populacional, mudanças nos gostos e preferências etc.) podem permitir o surgimento de lucros momentâneos ou "windfall gains". Não obstante, como foi dito anteriormente, o "fluxo circular" não é totalmente estático e a própria lei da oferta e da procura acaba por restabelecer o equilíbrio geral.

Diante do exposto, podemos concluir que o dinheiro, nesse sistema, cumpre apenas a função de facilitador das trocas, não tendo nenhum papel enquanto reserva de valor. Também os juros não têm qualquer razão de ser num modelo em que não existem riscos, em que toda atividade é previsível e onde o tempo não cumpre qualquer papel importante. Outro elemento, o crédito, não possui qualquer relevância econômica, a não ser substituir o dinheiro, enquanto facilitador das trocas, até que um período de produção se concretize.

Estão estabelecidas, assim, segundo Schumpeter, as características reprodutivas básicas do sistema capitalista. É sobre esse quadro, e a partir dele, que o autor constrói a sua teoria do desenvolvimento econômico. A introdução da inovação é o elemento perturbador do "fluxo circular". É ela quem estabelece o caráter dinâmico do sistema capitalista. A partir da inovação aparecem o lucro, o empresário, o capitalista, o juro, o capital, os riscos e a incerteza e, finalmente, os ciclos econômicos. Nesse momento, a verdadeira essência do sistema se manifesta. É a esse caráter dinâmico que Schumpeter atribui importância primordial: *"o problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói"*. (Schumpeter, 1943:107)

Mais do que uma crítica ao caráter estático do equilíbrio neoclássico, a afirmação acima revela a importância que o processo de transformação contínua, intrínseco ao capitalismo, apresenta dentro da análise de Schumpeter. O caráter progressivo do sistema decorrente da introdução permanente de inovações, desloca-o, para sempre, do ponto de equilíbrio e, portanto, representa a verdadeira essência do mesmo. As inovações, embora façam parte da dinâmica interna do sistema, representam, desta forma, rupturas com situações

anteriormente existentes, que, ao se disseminarem continuamente pela estrutura produtiva, terminam por revelar o caráter cíclico do capitalismo.

As inovações são, para o autor, o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, representado, em última instância, por alterações nas combinações dos fatores produtivos empregados (terra e trabalho). Introduzir inovações pode significar, assim, a introdução de novos bens ou de uma nova qualidade num produto existente, a introdução de um novo método produtivo, na maioria das vezes decorrente de descobertas científicas novas, a abertura de novos mercados, a conquista de novas fontes de matérias-primas ou as mudanças na forma de organização da indústria como, por exemplo, a obtenção de uma situação de monopólio.

O agente fundamental do processo é o "empresário", aqui entendido não como o dirigente de empresa, o gerente ou o industrial, que simplesmente opera um negócio estabelecido, mas sim como o realizador ou o introdutor de novas combinações produtivas. O empresário é, para Schumpeter, um empreendedor, o verdadeiro portador das inovações, podendo ou não ser o proprietário ou o gerente da firma, ou até mesmo um inventor. O conceito de empresário está, dessa forma, relacionado com a introdução de inovações e não com o papel que o indivíduo desempenha na estrutura econômica. É óbvio, entretanto, e o próprio autor reconhece, que, no capitalismo moderno, esse papel tende a ser, cada vez mais, ocupado pelos engenheiros e cientistas dos laboratórios de P&D das grandes empresas oligopolistas (Schumpeter, 1943).

Mas, como vimos anteriormente, não existem lucros no "fluxo circular". De onde vêm, então, os recursos ou o poder de compra adicional necessários para a aquisição dos meios de produção a

serem utilizados nas novas combinações? Embora, em parte, esses recursos possam provir de novas alocações dos fatores de produção anteriormente empregados, não é essa a regra comumente utilizada, principalmente se considerarmos que grande parte das inovações deriva, não de firmas já instaladas, mas de novas empresas que se constituem para introduzir a inovação.

Schumpeter apresenta a resposta a essa questão a partir da introdução de um dos pilares sobre o qual se assenta a dinâmica progressiva do sistema, o crédito. Com o crédito, surgem ainda as figuras do capitalista e do capital.

O empresário recorre assim, aos capitalistas, normalmente banqueiros, que, em função da capacidade dos bancos de "criar dinheiro", fornecem os recursos adicionais necessários para a implantação das inovações. O capital é definido, dessa forma, como os recursos empregados, via crédito, para a viabilização do processo inovativo, e o capitalista como seu agente viabilizador.

Assim sendo, a inovação introduz a incerteza no sistema econômico, na medida em que representa uma ruptura com a situação vigente. Com a incerteza surgem os riscos e os juros, além do fato de que o tempo passa a ser elemento essencial na vida econômica. As premissas básicas do "fluxo circular", dessa forma, caem por terra.

A introdução de inovações representa ainda uma profunda transformação nas características da concorrência implícitas no "fluxo circular":

"Tão logo a concorrência de qualidade e esforço de venda são admitidos no recinto sagrado da teoria, o fator variável do preço é apeado da sua posição dominante. Nada obstante, é ainda a concorrência, dentro de um conjunto rígido de condições invariáveis,

métodos de produção e particularmente de formas de organização industrial, que continua praticamente a monopolizar-lhes a atenção. Mas, na realidade capitalista e não na descrição contida nos manuais, o que conta não é esse tipo de concorrência, mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível, por exemplo) - a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção de firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência."(Schumpeter, 1943:107)

Nessa crítica à teoria econômica tradicional (neoclássica), Schumpeter identifica as transformações na lógica da economia capitalista. O eixo central da concorrência se desloca dos preços para a qualidade dos produtos, para a política de vendas, etc., ou, em outras palavras, para a capacidade de inovar. Revela-se assim, o caráter progressivo do sistema, sua verdadeira natureza, seu impulso para a destruição das estruturas obsoletas e ultrapassadas e para a criação de novas estruturas, de novas formas de produzir. A esse impulso, o autor denomina como "destruição criadora".

Com os recursos obtidos junto aos capitalistas, o empresário empreendedor constrói novas fábricas ou implementa transformações radicais nas existentes. Para tanto contrata trabalhadores, adquire novas máquinas, matérias-primas etc., aumentando a demanda sobre o setor de bens de produção, que, por sua vez, também contrata mais trabalhadores. O aumento da massa salarial e os lucros ocasionais, ocorridos no setor de bens de produção, vão provocar aumentos na demanda por bens de consumo e a conseqüente elevação nos seus preços.

A esse movimento inicial agregam-se as decisões de investir de outros setores da economia, muitas vezes distantes do setor onde ocorre a inovação, mas que vêem oportunidades de ganhos, na medida em que a expansão da economia e da demanda pode lhes proporcionar aumentos nas taxas de lucros. São, na visão do autor, "bolhas especulativas", muitas vezes decorrentes de uma visão equivocada quanto à continuidade do processo de crescimento. Embora possam, nesse período, obter lucros, os quais Schumpeter denomina "windfall gains", muitos deles perecerão quando as inovações forem lançadas no mercado.

Esses elementos constituem a fase de expansão do ciclo, a "prosperidade", dentro da visão schumpeteriana, na qual uma onda "primária", decorrente das decisões de investimentos inovativos impulsiona uma onda "secundária", que, embora possa ter efeitos mais visíveis e até quantitativamente maiores, está subordinada à primeira. Nestes termos, Schumpeter se aproxima dos conceitos keynesianos de multiplicador e acelerador dos investimentos, com uma importante distinção: sob a ótica schumpeteriana, apenas a inovação pode romper com a situação existente e disparar o processo de crescimento.

A introdução das inovações no mercado provoca a reversão cíclica, uma vez que as empresas inovadoras, com melhores preços, produtos de maior qualidade, etc. conseguem vantagens competitivas substanciais frente a suas concorrentes que não inovam, fazendo com que muitas destas acabem por não conseguir sobreviver. Além disso, a maturação dos investimentos inovativos age de forma negativa sobre a demanda do setor de bens de produção que, vendo esgotadas as encomendas, acaba por dispensar trabalhadores. Revertem-se, assim, os fatores que levaram

ao crescimento anterior. É a fase da "recessão", onde, além da queda quantitativa da demanda, temos ainda modificações qualitativas, os novos produtos, os novos padrões de qualidade dos mesmos, novos processos produtivos, novas matérias-primas etc., distintos do período anterior e fundamentais para a conquista ou manutenção de mercados.

Todos os efeitos dos erros de decisões e da especulação se manifestam nessa fase. Aqueles que não inovaram, ou sequer imitaram as inovações, vêem suas taxas de lucro declinarem, seus mercados reduzirem, seu crédito cortado, estoques de produtos encalhados aumentarem, ou seja, vêem sua própria sobrevivência ameaçada. A intensidade da recessão pode desembocar numa terceira, e depois, numa quarta fase do ciclo, a "depressão" e a "recuperação" (tendência do sistema em atingir um novo patamar de equilíbrio). Mas essa situação de equilíbrio alcançada será sistematicamente rompida através do surgimento de novas inovações, que propiciarão num novo período de crescimento, e assim sucessivamente.

Nesse quadro, a antiga estrutura produtiva é destruída, para dar lugar a uma nova, mais competitiva. As empresas inovadoras fortalecem sua posição e obtêm, durante a recessão, ganhos "extraordinários", conceito bastante semelhante ao de "mais-valia extra", apresentado por Marx, conseguindo, inclusive, em alguns casos, um monopólio temporário, até que a inovação se dissemine entre seus concorrentes.

Mas, se Schumpeter e Marx concordam quanto ao caráter progressivo do sistema e quanto ao papel das inovações na geração de lucros "extraordinários", ambos divergem substancialmente no que se refere às práticas concorrenciais numa situação de oligopólios. Enquanto Marx vê na concentração do capital e na formação dos

grandes oligopólios um abrandamento na concorrência, Schumpeter acredita que, sob as condições de oligopólio, o processo de inovação se vê facilitado, o que significa dizer que a concorrência tende a exacerbar-se.

Essa visão de Schumpeter confronta também com a posição neoclássica, que identifica, nas práticas oligopolistas, elementos restritivos à concorrência, como a formação de cartéis, a rigidez nos preços, a manutenção sistemática de capacidade ociosa, que poderiam inibir o processo inovativo.

Dentro da ótica schumpeteriana, o oligopólio produziria efeitos inversos, ou seja, os oligopólios são, em sua essência, indutores da inovação. A instalação de gigantescos departamentos de P & D, a capacidade de mobilizar recursos e canalizá-los para o desenvolvimento de tecnologias, a possibilidade de trabalhar em grandes escalas, a capacidade de negociar com fornecedores, de obter taxas de juros mais baixas, por exemplo, são alguns dos fatores que determinam a tendência de aceleração no ritmo de introdução de inovações e demonstram a superioridade das empresas oligopolistas no processo inovativo.

Em resumo, a verdadeira natureza do capitalismo não pode ser observada a partir de seus aspectos reprodutivos, como aqueles representados no "fluxo circular". Isto porque a essência do sistema está na sua capacidade de se modificar, de destruir velhas estruturas e de criar novas, continuamente. É nesse sentido que o autor define a inovação como fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico e o processo de "destruição criadora" como seu impulso dinâmico.

2. CONCLUSÃO

Até que ponto o "fluxo circular" reflete a natureza do sistema econômico? Em que medida a sua existência contribui para a consolidação de uma teoria do desenvolvimento econômico?

Qualquer tentativa de se procurar interpretar a realidade da vida econômica a partir do "fluxo circular" parece-me condenada ao fracasso. As premissas estabelecidas para sua existência e suas características fundamentais (ausência de incertezas, livre concorrência, abstração do tempo, atividades rotineiras, Lei de Say, inexistência de riscos, de lucros, de juros e do capital, etc.) se mostram tão incompatíveis com a mundo capitalista real que qualquer interpretação da realidade a partir das mesmas é, no mínimo, inconsistente.

Por outro lado, o próprio Schumpeter reconhece as limitações do "fluxo circular", na medida em que coloca a inovação como o fenômeno fundamental do sistema econômico. Ou seja, o sistema capitalista tem um caráter eminentemente progressivo, onde a contínua introdução de novas combinações produtivas (introdução de novos produtos, de novos métodos de produção, abertura de novos mercados, novas fontes de matérias-primas, novas formas de organização da indústria), isto é, de inovações, determinam a dinâmica do sistema. Nesse sentido, as inovações, além de refletirem a própria essência do capitalismo, fazem parte da dinâmica interna do mesmo.

Ora, se a essência do sistema é a sua tendência ao contínuo desenvolvimento, e a inovação seu fenômeno fundamental, não existe sentido aparente de buscar a "natureza" do modo de produção

capitalista, mesmo que sejam apenas seus mecanismos reprodutivos, num modelo que abstrai esses dois elementos.

Resta-nos a hipótese de que o "fluxo circular", semelhante ao esquema de "reprodução simples" de Marx, possa ser uma construção teórica auxiliar no entendimento das leis gerais do funcionamento do capitalismo. Mas, diferente deste autor, que elabora uma construção lógica que nos permite diferenciar uma sociedade mercantil simples da sociedade capitalista, ou ainda, a divisão social do trabalho da divisão manufatureira do trabalho, e, com isso, possibilita a apreensão dos mecanismos fundamentais da reprodução e evolução do sistema econômico, Schumpeter se limita, apenas, a descrever o "fluxo circular".

A transformação de uma sociedade produtora de valores de uso (M-D-M) para uma produtora de valores de troca (D-M-D') não acontece dentro do esquema schumpeteriano. Dessa forma, o "fluxo circular" talvez pareça mais apropriado para explicar as práticas econômicas de um vilarejo da Europa Central, durante a Idade Média, do que a dinâmica capitalista moderna.

Mesmo sob o enfoque da tendência natural do sistema ao equilíbrio, o "fluxo circular" muito pouco tem a acrescentar. Embora o sistema capitalista possa tender a uma situação de equilíbrio, a introdução de inovações como fenômeno fundamental faz com que essa nova situação de equilíbrio não seja a mesma que a precedente. Ou seja, o desenvolvimento econômico implica numa tendência do sistema a convergir não para um "fluxo circular" mas para uma série interminável de fluxos circulares sobrepostos e diferentes entre si. Em outras palavras, equivale a dizer que o sistema tende não ao equilíbrio, mas sim ao desequilíbrio permanente (introdução contínua de inovações).

Nesse sentido o "fluxo circular", além de não explicar os mecanismos reprodutivos do sistema, também não reflete nenhum aspecto fundamental do mesmo, aparentando ser apenas uma construção teórica auxiliar que é, em seguida, abandonada e cuja única função no arcabouço schumpeteriano é de ressaltar a importância das inovações enquanto fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico.

3. BIBLIOGRAFIA

MARX, K. (1867) *O Capital*, Col. Os Economistas, Nova Cultural, 2.ed, São Paulo, 1985.

POSSAS, M. L. (1987) *A dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

SCHUMPETER, J. A. (1912) *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Col. Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1983.

SCHUMPETER, J. A. (1939) *Business Cycles*, Porcupine Press, Philadelphia, 1982.

SCHUMPETER, J. A. (1943) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

DEFASAGEM CAMBIAL E EXPORTAÇÕES MINERAIS: CENÁRIO FAVORÁVEL NA DÉCADA DE OITENTA ?

Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa¹

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a defasagem cambial na indústria mineral ao longo da década de oitenta. A defasagem é definida como o desalinhamento da taxa de câmbio em relação a uma taxa de referência. Essa taxa, inicialmente, é a taxa de paridade real, ou seja, a relação entre os níveis de preços internos e externos.

A intenção é verificar se a evolução da taxa de câmbio real (aproximada) da indústria extrativa mineral, foi ou não favorável à atividade exportadora do setor naquele período.

O desalinhamento da taxa de câmbio é analisado, inicialmente, no contexto mais amplo da política cambial brasileira dos anos 80 e da teoria da paridade do poder de compra relativo. Em seguida, a defasagem cambial é calculada utilizando-se um índice de preços domésticos mais específico para o setor mineral.

1 Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Administração e Política de Recursos Minerais pelo IG-UNICAMP e Doutoranda na UNICAMP.

Finalmente, a defasagem é calculada considerando-se um índice de preço da exportação mineral como indicador para a variação dos preços externos.

2. DEFASAGEM CAMBIAL, PREÇOS RELATIVOS E EXPORTAÇÕES MINERAIS

A teoria da paridade do poder de compra foi seguida pela política cambial brasileira baseada num sistema de minidesvalorizações a partir de 1968.

O sistema das minidesvalorizações, isto é, a alteração da taxa de câmbio a intervalos curtos de tempo, foi adotado pelo governo brasileiro com o intuito de diminuir as especulações com a moeda nacional (devido aos altos níveis da inflação doméstica) e estimular o setor exportador da economia.

Esse sistema baseou-se na teoria da paridade do poder de compra (PPC) cuja versão forte ou absoluta, determina que a taxa de câmbio é igual à razão entre o nível de preços doméstico e o nível de preços externo.

A idéia é que os preços nos dois países sejam ajustados pela concorrência internacional de forma que possa valer a "lei do preço único", isto é, os preços domésticos são iguais aos preços externos convertidos pela taxa de câmbio. Supõe-se que os padrões de consumo sejam iguais nos dois países e abstraem-se tanto a taxação sobre o comércio, como os custos de transporte.

A versão relativa da PPC considera a possibilidade da taxa de câmbio não ser exatamente igual à relação entre os preços. Assume, porém,

que a diferença observada teria a ver com aspectos estruturais (imperfeições de mercado), que seriam constantes no curto prazo.

Segundo Williamson (1989,p.201) a melhor abordagem sobre os fatores econômicos que explicam a segunda versão da PPC considera a mesma como uma condição de equilíbrio, onde a taxa de câmbio determinada refletiria o equilíbrio do saldo em conta corrente ao nível de renda de pleno emprego².

É possível estabelecer uma relação entre as taxas de mudança do câmbio nominal e dos níveis de preços doméstico e externo.

A alteração percentual da taxa de câmbio nominal seria, então, igual à diferença entre as inflações doméstica e internacional, no caso de se desejar preservar uma determinada taxa de paridade real.

A moeda doméstica terá que ser desvalorizada sempre que o ritmo de aumento dos preços internacionais for mais lento que o observado nos preços internos, ou seja, toda vez que a inflação interna for maior que a inflação externa.

Caso contrário, as transações de bens e serviços entre os dois países serão afetadas, pois a taxa de câmbio adotada não estaria mais refletindo as condições necessárias para o equilíbrio do saldo em conta corrente.

Nesse caso, se a desvalorização da taxa de câmbio for menor que o excesso da inflação interna sobre a inflação externa, os produtos domésticos perderão competitividade a nível internacional, no sentido

2 A taxa de câmbio de equilíbrio, no modelo do saldo em conta corrente, é obtida quando a demanda de divisas para importação e outros pagamentos é igual à oferta decorrente das exportações e de outras receitas na conta corrente do balanço de pagamentos do país.

que ficarão relativamente mais caros que os produtos estrangeiros naquele mercado.

Com a desvalorização cambial feita na justa medida, ou seja, com a taxa de câmbio alinhada às condições de equilíbrio do saldo em conta corrente, a paridade real do poder de compra das duas moedas é mantida.

É importante que os fatores econômicos que afetam a paridade real não tenham se alterado também, caso contrário, mesmo com a desvalorização acompanhando a diferença entre as inflações, a taxa de câmbio resultante estaria desalinhada, não mais refletindo as condições de equilíbrio³.

Nesse caso, a teoria da PPC seria rejeitada no que se refere à determinação da taxa de câmbio de equilíbrio e outras regras seriam necessárias para isso.

Apesar disso, a teoria da PPC costuma servir como parâmetro quando se busca medir se a taxa de câmbio corrente está alinhada ou não com a noção de taxa de equilíbrio.

Na prática isso significa selecionar os períodos em que a conta corrente do balanço de pagamentos do país indicou equilíbrio e verificar a evolução da taxa de câmbio real no tempo.

A taxa de câmbio real é definida, na teoria da PPC, como o relativo de preços entre um índice de preço externo e um índice de preço doméstico, ambos expressos em uma mesma moeda.

³ Mudanças tecnológicas que ocasionam ganhos de competitividade internacional, alterando a paridade real, não são incorporadas pela teoria da PPC. À esse respeito veja Zini Jr., 1993, p.112.

A dificuldade que surge é quanto a escolha do índice de preço relevante. O índice de preços por atacado (IPA) tem maior participação dos preços dos bens comerciáveis (aqueles que entram no comércio internacional) e costuma apresentar menor variação; o índice de preços ao consumidor (IPC) pode distorcer a competitividade do país, pois considera muitos bens não-comerciáveis (aqueles exclusivamente de mercado interno).

Conforme visto em Zini Jr.(1993,p.118), o sistema das minidesvalorizações cambiais no Brasil seguiu, de modo geral, a regra da PPC relativa até 1983. As exceções foram as desvalorizações um pouco maiores do primeiro trimestre de 1979, e as correções extraordinárias de 30% cada, ocorridas em dezembro de 1979 e fevereiro de 1983.

Nesses casos, buscava-se atingir o objetivo de política de desvalorizar a moeda nacional em termos reais. A forte elevação da taxa de câmbio real era um instrumento da política de ajustamento externo posta em prática naqueles anos. Após as correções decretadas, as alterações cambiais posteriores seriam, ou pré-fixadas (como também o foi a correção monetária, em 1980), ou manteriam a regra das minidesvalorizações, como em 1983.

A partir de 1983, as alterações no câmbio foram iguais à inflação doméstica ou até superiores à essa para compensar os períodos de valorização do dólar (como em meados de 1985).

Excetuando-se os períodos de congelamento da taxa de câmbio (de março a outubro de 1986 e de janeiro a abril de 1989) a regra, nos anos 80, era a de corrigir o câmbio pela inflação doméstica, medida pelo índice geral de preços (até 1985) ou pela variação esperada do índice de preços ao consumidor (IPC).

O congelamento da taxa de câmbio naqueles períodos, foi resultado dos programas de estabilização da economia que buscavam reduzir bruscamente a inflação (Plano Cruzado e Plano Verão).

O conceito de defasagem (ou desalinhamento) cambial depende do período-base escolhido, a partir do qual a evolução da taxa de câmbio real seria acompanhada. A pesquisa empírica costuma considerar como tal, aquele período que refletiria um saldo comercial apropriado para o país.

A taxa de câmbio estará valorizada quando sua variação é menor que a diferença entre a inflação doméstica e a inflação externa, quando a primeira supera a última. Ao contrário, haverá uma desvalorização cambial real quando a correção do câmbio é maior que aquela diferença.

Como a política cambial é um dos instrumentos utilizados para o ajustamento externo da economia, o mercado costuma calcular e acompanhar a defasagem cambial para detectar a sobrevalorização ou desvalorização da moeda nacional, e com isso prever alterações futuras na taxa de câmbio nominal.

As abordagens teóricas sobre o ajustamento externo de uma economia prevêem uma influência positiva da desvalorização cambial real sobre a balança comercial de um país⁴.

A abordagem das elasticidades mostra que uma desvalorização cambial deve reduzir a quantidade importada de bens porque eleva os preços domésticos desses bens. A quantidade exportada, porém, deve aumentar pois torna-se possível uma redução nos preços, em moeda estrangeira, dos bens exportados.

4 Uma análise detalhada dessa questão pode ser vista em Zini Jr., 1993, p.43.

Grande parte das pesquisas desenvolvidas recentemente para a análise da defasagem cambial na década de oitenta chega a resultados semelhantes, qual seja, a queda da taxa de câmbio real cruzeiro-dólar em quase todos os gêneros industriais a partir de 1985⁵.

A queda da competitividade das exportações brasileiras após 1985, analisada através da taxa de câmbio real, também é detectada por Bonelli (1992,p.31).

Apesar da evolução desfavorável desse indicador de competitividade na segunda metade da década, o desempenho exportador da economia brasileira foi excelente no mesmo período.

Devido a grande participação das exportações de produtos minerais no valor real da pauta total anual do país ao longo da década de oitenta (aproximadamente, 20% ,em média, a cada ano, excluindo-se os minerais energéticos), é interessante analisar a defasagem cambial nesse setor ao longo do período.

A defasagem da taxa de câmbio do setor mineral pode ser observada na tabela 1. Quando a correção do câmbio nominal foi inferior as alterações do índice de paridade cruzeiro/dólar, a defasagem indicava que o câmbio estava valorizado.

Nos períodos em que a variação da taxa de câmbio nominal foi superior à alteração do índice de paridade entre as moedas, houve, então, uma desvalorização real do cruzeiro.

O índice de paridade foi medido como a razão entre o índice de preços por atacado da indústria extrativa mineral brasileira (coluna 28 da

5 A esse respeito veja Iglesias, 1992, p.10.

Conjuntura Econômica) e o índice de preços por atacado dos Estados Unidos (*International Financial Statistics*).

Tabela 1 - DEFASAGEM CAMBIAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL*(em %)

PERÍODO	DEFASAGEM	CÂMBIO
1980	(7,19)	Valorização
1981	(8,01)	Valorização
1982	11,25	Desvalorização
1983	33,50	Desvalorização
1984	2,30	Desvalorização
1985	11,59	Desvalorização
1986	8,20	Desvalorização
1987	31,66	Desvalorização
1988	5,35	Desvalorização
1989	(0,74)	Valorização

* defasagem da taxa de câmbio cruzeiro/dólar.

Fonte: *Conjuntura Econômica* - FGV e *International Financial Statistics* - IMF.

O índice de preços por atacado da indústria extrativa mineral foi escolhido para indicar a inflação doméstica. Esse índice representa uma aproximação aos custos de produção do setor mineral. A utilização de índices de preços domésticos mais específicos, como feito aqui, ajuda a explicar melhor as condições de competitividade por setor industrial. Esse é um melhor indicador para o cálculo da defasagem cambial do setor mineral.

Os dados da tabela 1 indicam que, de 1982 a 1988, houve expressiva desvalorização real da moeda nacional, o que, do ponto de vista estritamente cambial, foi favorável a atividade exportadora do setor extrativo mineral.

Como, de um modo geral, os produtores desse setor não discriminam entre os mercados interno e externo, ou seja, o bem mineral pode ser vendido em um ou outro mercado, outro indicador que interessa é a razão entre o preço doméstico das exportações em dólares e o nível de preços doméstico (IPA-extrativa mineral).

A quantidade ofertada para exportação é uma função positiva do próprio preço e uma função negativa do preço dos bens minerais no mercado doméstico.

Como consequência, o nível de preços doméstico cumpre um duplo papel na determinação da oferta de exportação; como fator custo e como indicador da rentabilidade relativa de "vender" exportações.

A tabela 2 permite detectar os períodos em que os preços relativos foram favoráveis ao aumento da oferta de exportações minerais. Os dados referentes aos preços domésticos da exportação mineral em dólares correntes são os calculados por Corrêa (1995,p.80).

**Tabela 2 - EXTRATIVA MINERAL
 RELAÇÃO CÂMBIO/PREÇOS INTERNOS E RELAÇÃO
 PREÇOS DOMÉSTICOS DA EXPORTAÇÃO/PREÇOS
 INTERNOS (1980 - 1989)**

PERÍODO	A/B	C/B
1980	0,81	0,93
1981	0,84	0,88
1982	1,09	1,14
1983	1,32	1,23
1984	1,00	0,88
1985	1,12	1,10
1986	1,11	1,12
1987	1,28	1,24
1988	1,01	1,02
1989	0,95	1,07

(A) variação média anual da taxa de câmbio nominal cruzeiro/dólar

(B) variação média anual dos preços internos (IPA-indústria extrativa mineral)

(C) variação anual dos preços domésticos da exportação em dólares dos minerais da indústria extrativa

Fonte: Conjuntura Econômica-FGV, Anuário Mineral Brasileiro (vários números), Corrêa(1995).

Deve-se lembrar, contudo, que, como os preços da exportação mineral em dólares são índices de valor unitário, esses são medidos por tonelada; o que pode gerar problemas quando diferentes produtos são combinados num único índice.

A relação câmbio nominal/preços internos (A/B) mostra uma estimativa da defasagem cambial supondo-se os preços externos constantes. Verifica-se que essa relação foi favorável à atividade exportadora mineral no período de 1982 a 1988.

A relação preços domésticos da exportação mineral/preços internos (C/B) supõe a variação dos preços externos (da exportação em dólares de produtos primários minerais).

Quando se consideram as alterações do preço de exportação em dólares, o ano de 1984 deixa de apresentar um cenário favorável as vendas externas, e, pelo contrário, indica uma relação desfavorável para essas.

Conforme Corrêa (1995,p.142), apesar da correção cambial haver acompanhado a variação dos preços internos da indústria extrativa mineral em 1984, o preço da exportação de primários minerais caiu 12% em dólares correntes (e 14% em dólares constantes) em relação ao ano anterior.

Ao contrário da relação câmbio/preços internos, a relação preços domésticos da exportação/preços internos se mantém favorável às vendas externas no ano de 1989. Nesse caso, o preço da exportação subiu 12% em dólares correntes em relação ao ano anterior.

A análise aqui desenvolvida tem como objetivo mapear os períodos em que a competitividade (ou rentabilidade relativa) das exportações foi positiva, através do acompanhamento da evolução dos indicadores de defasagem apresentados (nas tabelas 1 e 2).

No entanto, o impacto final da variação desses sobre as quantidades exportadas depende também da demanda por produtos minerais brasileiros pelo resto do mundo.

A quantidade exportada de produtos minerais primários (conforme dados do Anuário Mineral Brasileiro) apresentou um crescimento médio anual de 4,9% ao longo da década. Considerando-se o período 1982-1988, a quantidade exportada cresceu, em média, 5,7% ao ano.

Corrêa (1995,p.106) mostra que, apesar das exportações de minério de ferro serem, em muitos casos, representadas por contratos de longo prazo, existe sensibilidade da oferta de exportação mineral à variações da taxa de câmbio real do setor. A autora encontra, porém, uma resposta ainda maior das exportações em relação ao relativo de preços mostrado na tabela 2 (coluna C/B). Além disso, respostas maiores ocorrem quando se considera determinado intervalo de tempo, dado que as exportações reagem ao câmbio com certa defasagem.

3. CONCLUSÕES

A análise da defasagem cambial da indústria extrativa mineral revelou que houve uma desvalorização real da moeda nacional em relação a taxa de paridade, de 1982 a 1988.

Considerando-se os preços externos constantes, a taxa de câmbio nominal cruzeiro/dólar foi deflacionada pela variação dos custos da indústria extrativa mineral (aproximados pelo índice de preços por atacado do setor). As estimativas da defasagem então obtidas, revelaram-se favoráveis à atividade mineral exportadora de 1982 a 1988.

Supondo-se a variação dos preços externos, as estimativas foram benéficas às vendas externas de 1982 até 1989. A exceção foi o ano de 1984, quando o preço da exportação de primários minerais caiu em dólares correntes.

Verifica-se então, que, por esses indicadores, a competitividade das exportações da indústria extrativa mineral foi positiva ao longo do período destacado.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, F. G., VIAL, J. Explaining recent metals price swings: exchange rates and structural considerations. *Resources Policy*, Golden: Colorado School of Mines, v.14, n.2, p.85-96, 1988.
- BONELLI, R. Fontes de crescimento e competitividade das exportações brasileiras na década de 80. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro: FUNCEX, v.31, p.31-45, 1992.
- CORRÊA, C. F. V. *Balança comercial mineral e desvalorização cambial no Brasil: a dinâmica dos anos oitenta*. Campinas: (s.n.), 1995, 148p. Dissertação (Mestrado em Administração e Política Recursos Minerais). Instituto de Geociências, Unicamp, 1995.
- IGLESIAS, R. Análise da defasagem cambial por gênero da indústria de transformação. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro: FUNCEX, v. 31, p.10-17, 1992.
- WILLIAMSON, J. *A economia aberta e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 394 p.
- ZINI JR., A. A. *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil*. São Paulo: EDUSP: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1993. 200 p.

FATORES DE INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA¹

Lucinéia Crespin²

José Eduardo Rodrigues de Sousa³

1. INTRODUÇÃO

Um dos objetivos básicos deste trabalho, resultado de pesquisa de campo efetuada junto aos professores da FACECA, foi o de procurar identificar os fatores que possibilitam a melhor interação Universidade - Empresa, bem como aqueles que dificultam esse relacionamento, na ótica dos professores da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FACECA/ PUCAMP, além de identificar o nível de capacitação docente, salientando o seu importante papel para o desenvolvimento do corpo docente;

1.1 - O Ensino Universitário no Contexto Nacional

Desde a época de sua formação, o sistema de ensino superior brasileiro tem assumido um papel importante na formação da independência política, econômica e social do país. No período do

1 Trabalho financiado pela Coordenadoria de Ensino e Apoio à Pesquisa - CEAP da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP.

2 Aluna pesquisadora da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas - FACECA/PUCAMP

3 Professor dos Departamentos de Administração e Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCAMP). Doutor e Mestre em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Império foi dado a Escola de Minas de Ouro Preto o primeiro título de Faculdade no Brasil, de engenharia de minas, dada a necessidade de lidar com a tecnologia relacionada aos minerais de metais preciosos que eram explorados para a economia, a partir de meados do século.

Porém outros fatores conduziram ao surgimento de novas faculdades, dentre as quais se pode citar a de medicina, que recebeu a sua instrumentalização para o combate de epidemias tropicais da Fundação Rockefeller.

Em conformidade com o processo de crescimento da industrialização surgem novas carreiras vinculadas às ciências sociais, como a economia e a administração das empresas, voltadas a dotar o país de recursos humanos necessários para o processo de industrialização.

Desde então, a educação no Brasil tem um amplo raio de ação que atinge não só as mudanças políticas e econômicas, mas ultrapassa enfocando o homem, a sua personalidade como um todo, a sua aspiração à realização de si mesmo.

Com o crescimento das empresas surge a necessidade de uma interação maior entre as Universidades e as Empresas, porque ambas têm, é certo, um papel específico a desempenhar na sociedade onde suas atividades se efetuam, mas, se uma colaboração deve se instaurar entre elas, é claramente no âmbito da educação, reforçando a nível dos indivíduos a capacidade de aprendizado, de integrar-se à organização e de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade.

Grande parte do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico do país tem sido, direta ou indiretamente, intermediado pela

Universidade. Seja pela formação de recursos humanos, seja através da realização de pesquisa, sua participação evidencia-se como imprescindível.

Durante muito tempo viu-se a relação entre Universidade e empresa como uma relação funcional, algo como uma relação entre produtor e consumidor. Daí ter-se favorecido o desenvolvimento de programas universitários altamente especializados, com vistas a promover mais facilmente a futura carreira dos diplomados.

A indispensável renovação das relações entre as Universidades e a empresa depende da obtenção de certas condições fundamentais de equilíbrio entre a teoria e a prática; entre as buscas de novos modelos e a manutenção de estruturas onde possam se realizar plenamente as qualidades intrínsecas e o senso de iniciativa do indivíduo.

É preciso reconhecer explicitamente que o intercâmbio entre a Universidade e as empresas mostra-se construtivo dentro da ótica em que estimula idas e vindas de pessoas de ambos os meios. Essas pessoas servem de verdadeiros "emissários", pessoas cuidadosamente escolhidas por suas qualidades e por sua competência.

A Universidade mostra-se apta a elaborar projetos globais lançando mão dos recursos de disciplinas distintas, desde a administrativa até a técnica, sobretudo em áreas relacionadas à inovação, cuja busca é absolutamente essencial ao esforço de manutenção da competitividade de nossa economia.

Dessa forma as empresas, notadamente as dos setores mais dinâmicos da economia poderão contar com um pessoal imbatível no campo da pesquisa de novos compostos materiais, de novos

processos produtivos, passando ainda pela área produtiva, da administração e da pesquisa tecnológica e mercadológica.

2. O ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

O ensino brasileiro encontra confluência de forças e exigências sociais difusas, com a necessidade de um contínuo fluxo de mão-de-obra qualificada.

Embora as nações desenvolvidas continuem recorrendo, como em todas as sociedades, às Universidades para que admitam e treinem os vários talentos exigidos para o atendimento de suas necessidades, cada vez mais sofisticadas e especializadas, deve-se considerar, portanto, que, mais que habilitar pessoas para atuar como profissionais no mercado de trabalho, a Universidade deve formá-las para influir sobre a realidade onde vão atuar numa perspectiva de mudanças.

Há de se salientar ainda que a Universidade tem sido chamada a trabalhar na solução de diferentes problemas apresentados pela sociedade que a sustenta. Este princípio básico determina o relacionamento entre teoria e prática, entre ciência e profissionalização, entre os humanistas gerais e as exigências pragmáticas concretas. Não se poderá mais imaginar uma Universidade isolada da comunicação política, dos seus problemas e necessidades, pois trabalhar na solução dos mesmos constitui sua razão de ser.

No interior da Universidade o principal ponto crítico tem sido a dificuldade para a implantação de projetos. De acordo com o resultado obtido no II^o Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (1991: 164/165) "um dos motivos encontrados é o

baixo controle interno existente nas Universidades. Os professores têm autonomia em suas áreas e disciplinas. Além disso, existe a falta generalizada de recursos e de flexibilidade na aplicação de recursos disponíveis, sejam financeiros, instalações ou pessoas. A burocracia esmorece ânimos e também retarda prazos e, finalmente, há o receio natural de alunos, professores, funcionários, comunidade e da administração superior".

Para que essas barreiras sejam superadas faz-se necessária a participação política dos alunos, comunidade e professores procurando resolver os problemas que vierem a surgir com competência e habilidade suficiente, objetivando reduzir os focos de resistência por parte do público interessados (alunos, professores, administração e comunidade).

O incentivo à pesquisa nas Universidades é importante. Aumenta-se o orçamento, não para a ampliação do número de vagas, mas para permitir a contratação em regime de tempo integral de pesquisadores. Paralelamente, há investimentos importantes para equipar as salas, os laboratórios e as bibliotecas.

Os diferentes convênios firmados costumam envolver como contratantes órgãos de financiamento à pesquisa em empresas privadas, como apresenta Brisolla, (1990: 110) "os convênios da Universidade principalmente com empresas estatais, mas também com empresas privadas multiplicam-se, e a pesquisa acadêmica adquire um caráter destacado entre as Universidades brasileiras, por sua clara vinculação com a atividade produtiva".

Uma das primeiras formas de convênios estabelecidas sistemática e generalizadamente com a Universidade, a partir de meados da década de 60, visava a criação de cursos de pós-graduação. A

consciência de carência de recursos humanos capacitados para gerir o processo de “modernização” foi o motivo principal.

Na visão de Brisolla, (1990: 109), “o desenvolvimento científico e tecnológico nos países da América Latina ficou quase que integralmente por conta das Universidades, foi assim que, principalmente nos anos 60, os governos de vários países da América Latina empreenderam iniciativas no campo da geração de tecnologia própria, criando o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CONICITS) e seus sucedâneos. No Brasil esses esforços podem ser classificados como os de maior vulto em relação aos da América Latina”.

Em algumas Universidades brasileiras, a existência de diferentes convênios, principalmente para a realização de pesquisa, são hoje parte do cotidiano. Os professores desempenham suas tarefas de pesquisa utilizando o material adquirido com financiamento externo, recebendo a complementação salarial proveniente do financiamento externo. O caráter da vinculação entre a Universidade e a empresa se dá via estabelecimento de convênios e não pela prestação de serviços diretos devido à distância que a maioria das Universidades têm em relação aos grandes centros industriais.

Num quadro de inflação observa-se a queda do poder aquisitivo dos docentes. Vê-se ainda que inúmeros fatores conjunturais tem levado a não poucas instituições de ensino e pesquisa a concentrarem seus recursos, enfatizando atividades voltados para estudos profundos e de duração de pelo menos dois a três anos, garantindo assim apenas os esforços de longo prazo.

Observa-se, efetivamente, estratégias diferentes para a complementação salarial por parte dos docentes de ciências exatas

e tecnológicas que encontram, no mercado de trabalho externo à Universidade, possibilidade de acesso a salários muito mais elevados devido ao sucesso com os convênios de pesquisa enquanto que os docentes das áreas de humanas apelam para a consultoria, ou um segundo emprego.

Vale, por fim, ainda salientar uma posição exposta por Bethlem (1993: 87), a da existência de três estímulos que levariam à inovação, quais sejam: a "necessidade educacional (em geral em sala de aula); realidade dos negócios (principalmente quando o professor encontra discrepância entre a realidade dos negócios e os que ensina); mistérios, provocações intelectuais e o estado insatisfatório de seu conhecimento".

3. A RELAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA

Fracasso (1990: 134) destaca que a Universidade é uma organização que tem por objetivo buscar a disseminação do conhecimento, enquanto que a empresa teria por objetivo transformar o conhecimento em produto ou processo, com a visão orientada para o lucro. Durante muito tempo viu-se na relação entre as Universidades e as empresas uma relação funcional, algo como uma relação entre produtores e consumidores. Daí ter-se favorecido o desenvolvimento de programas universitários altamente especializados, com a intenção de promover mais facilmente a futura carreira de diplomados.

Schaeffer (1990: 136) coloca que "a Universidade precisa encontrar formas mais eficazes para provar aos empresários que ela tem potencial para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados às empresas", como uma forma possível de reduzir a zona de atrito entre o meio universitário e o ambiente empresarial, evitando o

desenvolvimento de conhecimento tecnológico em circuito fechado, afastado da realidade e transmitido de maneira que nem sempre corresponde às exigências de sua aplicação na prática.

O meio acadêmico tem sido criticado pelas empresas por não levarem suficientemente em conta as restrições que sem cessar são impostas à liberdade de decisão e de ação das objetivações empresariais, bem como o trabalho de abertura que compromete sua capacidade de concorrência face às empresas estrangeiras. A comunidade acadêmica, quando se manifesta, é frequentemente para formular críticas parciais que fazem recair suspeitas sobre o sistema de mercado, sem no entanto, trazer a prova da existência de uma alternativa, como apresenta Marcovitch (1985: 90): "a América está vivendo uma situação de crise resultante do término de ciclo tecno-socio-econômico. Essa crise caracteriza-se pela drástica limitação de novos investimentos, pela elevação dramática do nível de desemprego, pela preocupação da instabilidade social nas grandes concentrações urbanas, pela revolução tecnológica que atravessam os países centrais e o conseqüente obsolescência tecnológico que afeta os demais países".

Trata-se, sem dúvida, de uma generalização, mas que comprova amplamente a existência de lacunas na relação entre Universidade e a empresa. O próprio meio acadêmico se confessa pouco satisfeito com o intercâmbio atual. Queixa-se de uma política de difícil acesso aos centros de decisão, da ausência de política empresarial e da falta de informatização sobre os pontos de vista e o planejamento a longo prazo das empresas. Essa é a opinião dos diversos documentos pesquisados.

Normalmente os resultados das pesquisas já conduzidas nessa área salientam que a Universidade precisa encontrar uma forma de tornar

os contatos com as empresas mais profissionais, isto é, que deva haver uma agressividade maior no que tange à divulgação de seus projetos e à abordagem das empresas. A Universidade necessita encontrar meios para detectar e entender melhor as necessidades das empresas, se quiser ampliar a integração com as mesmas, uma vez que as empresas estão constantemente buscando coisas novas, devendo a Universidade acompanhar este processo se realmente intenciona emprestar sua contribuição. A esse respeito Castilho (1990: 137) observa que, nos dias atuais, "as empresas estão deixando as Universidades para trás em termos de novas descobertas no campo tecnológico".

A indispensável renovação das relações entre as Universidades e as empresas depende da obtenção de certas condições fundamentais de equilíbrio entre a teoria e a prática; entre a busca de novos modelos e a manutenção de estruturas onde se possa desenvolver plenamente as qualidades intrínsecas e o senso de iniciativa do indivíduo; entre a necessária elaboração de uma política geral e a confiança dos poderes públicos na competência daqueles que deverão executá-las.

As tentativas de integração Universidade - Empresa vêm ao encontro das necessidades do desenvolvimento tecnológico nacional que evidencia o salto qualitativo em termos de estrutura tecnológica que ocorre com a reativação dos investimentos produtivos.

Na visão de Rangel (1994: 32), a pesquisa tecnológica está motivada pelo desafio de conquistar novos mercados. Portanto cabe ao sistema educacional o papel de possibilitar à empresa a elaboração e/ou geração de tecnologia, através de pesquisa básica e aplicada na formação de profissionais com um base técnico-científica. Dessa

forma a absoluta ausência de sincronização entre o setor educacional e o produtivo tende a mudar com a superação do "gap" tecnológico.

Na interação Universidade - Empresa há uma relutância no engajamento do setor de pesquisa tecnológica, visto que existe uma tradição, por parte das empresas, de obter resultados imediatos de know-how estrangeiro e a falta de estrutura para contratar pesquisadores em termo integral faz aumentar o conflito existente. Dessa forma torna-se necessário associar, mesmo por um período transitório, ou centros de P&D das Universidades ou utilizar-se de acadêmicos e pesquisadores como consultores na busca de soluções, inovações, processos, produtos, técnicos e serviços responsáveis pelo progresso empresarial. De acordo com a afirmação de Reguly (1994: 16) a cooperação entre a Universidade e as empresas no setor de pesquisa deve ser estabelecida de maneira a preencher as funções que lhe são próprias, devendo essa cooperação "estar voltada, preferencialmente, para solução de problemas desafiadores que tragam uma contribuição real ao conhecimento científico e tecnológico".

Nessa linha de raciocínio, Bevilacqua Moraes (1994: 102) é de opinião que "a aproximação da Universidade com a indústria, através de algumas de suas unidades, tem sido benéfica para a academia, tanto para direcionar as atividades de pesquisa para temas aproveitáveis pelo setor produtivo, como para rever o conteúdo e a oferta de disciplinas e preparar cursos de reciclagem e aperfeiçoamento mais afins com as necessidades desses público".

Com o objetivo de encontrar novas saídas para o crescimento, as empresas estão priorizando a pesquisa aplicada, não só em relação aos investimentos internos em P&D, mas igualmente através de acordos de parceria com centros de excelência acadêmica,

objetivando a formação de pessoal especializado e a utilização de equipamentos mais sofisticados. Na visão de Renault (1994: 44), "o entrosamento entre Universidade e empresa privada deve ser promovido e incentivado ao máximo, principalmente no que se refere a estágios de estudos e treinamento tanto para os estudantes, como para recém formados, de modo a reduzir o problema e criar uma identidade técnico-científica, capaz de atender às expectativas e demandas da sociedade".

Dentro dessa parceria Universidade - Empresa vale destacar a proposição de um modelo de Política Nacional de Ciência e Tecnologia feito por Rangel (1994: 47), aqui resumido a três pontos principais:

- a) De longo prazo, de forma a assegurar a indispensável continuidade de projetos;
- b) Resultante da participação da comunidade científica e das lideranças empresariais;
- c) Sintonizada com as necessidades sociais, dando prioridade à busca de soluções imediata para os problemas".

Atualmente em quase todos os territórios, o processo de parceria Universidade - Empresa já é uma realidade. Isso se deve, em parte, à revolução tecnológica que traz uma obsolescência muito rápida de processos e de produtos, aumentando assim, a concorrência internacional das empresas e produtos. Dessa forma, na opinião de Morães (1994: 102), as empresas ofereceriam o apoio de técnicos qualificados e sua atualização tecnológica em aspectos produtivos, e a Universidade contribuiria com a agregação de novos conhecimentos e tecnologias ali pesquisados, superando a fase

anterior de apenas contribuir com o conhecimento técnico de seu quadro de pesquisadores.

Ao ocorrer o entrosamento Universidade - Empresa tem-se uma redução do gap tecnológico por direcionar as atividades de pesquisa para temas aproveitáveis pelo setor empresarial como para rever o conteúdo e a oferta de disciplinas e preparar cursos de reciclagem e aperfeiçoamento de acordo com a necessidade desse público. Vê-se que esse novo comportamento depende menos de uma mudança estrutural, e mais de uma mudança ética e comportamental.

Na teoria Shumpeteriana, a capacitação e a inovação tecnológica são fatores que determinam o êxito da competitividade de empresas e países.

Morães (1994: 112) tem colocado que o aprofundamento dos laços entre as empresas e as Universidades são fortalecidos pela conjuntura atual, tornando necessário o conhecimento das barreiras existentes para superá-las, buscando ainda aproveitar as motivações de ambos os segmentos. É preciso uma gestão tecnológica eficiente, utilizando-se um ou mais dos diversos mecanismos de integração, adaptando-os a cada país e a cada situação”.

4. CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Diferente autores abordam formas diversas de métodos de pesquisas disponíveis, dentre os quais se pode citar Gil (1991: 18), “os métodos científicos não são receitas infalíveis; por essa razão, a ciência se subordina aos métodos apenas enquanto se mostram eficientes. Ela é livre para modificá-los a qualquer momento com vistas à obtenção de maior racionalidade e objetividade.

O desenvolvimento deste trabalho enquadra-se no método indutivo. Gil (p. 23) explicando esse método afirma que “de acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de um número de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade.”

Ainda segundo o mesmo autor (p. 36) “o objetivo da pesquisa em qualquer ciência é o de buscar respostas claras, precisas, racionais e objetivas para os problemas que são propostos. As pesquisas podem decorrer de razões de ordem intelectual ou de ordem prática. O primeiro grupo de razões baseia-se no desejo de conhecer pela simples satisfação de conhecer e o segundo no desejo de conhecer para agir.”

O trabalho desenvolveu-se no tipo de pesquisa descritiva, o qual possui por finalidade principal, Selltiz et alii (1975:76/77) e Rudio (1975:56), fazendo uso das palavras deste último, a de “... descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los...”

A esse respeito Gil (p.39), observa que as pesquisas descritivas “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para aquele autor seriam diversos os estudos classificáveis como descritivos, constituindo-se em uma de suas características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas quando da coleta de dados.

A pesquisa descritiva, utilizada no desenvolvimento do trabalho, apresenta como vantagem o fato de possibilitar às ciências do comportamento, conhecimentos anteriores do problema a ser

pesquisado, pois não se limita apenas a um método de coleta de dados.

5. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

O objetivo do estudo foi o de, através da análise de pesquisa conduzida junto aos professores da FACECA, contribuir para o crescimento da pesquisa científica na unidade bem como na busca de uma maior participação da Universidade junto às Empresas.

Um dos pressupostos utilizados foi o de que uma melhoria na qualidade de ensino, estaria fundamentado num melhor nível de capacitação dos professores alocados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para a condução do trabalho definiu-se inicialmente as Variáveis Independentes, Dependentes, e Intervenientes que caracterizam o nível de pesquisas dentro da Unidade.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES:

Considerou-se como Variáveis Independentes, aquelas ações que possibilitam a realização de pesquisa dentro da Unidade FACECA, como exposto a seguir:

- a) capacitação para a pesquisa: Esta variável procura verificar a capacitação do professor para a realização de pesquisa.
- b) conhecimento dos órgãos de financiamentos: através dessa variável procura-se identificar o nível de conhecimento que os professores possuem tanto dos recursos financeiros para a pesquisa oferecidos pela PUCCAMP, como dos recursos financeiros externos.

VARIÁVEIS DEPENDENTES:

Adotou-se como variáveis dependentes, aspectos relacionados à Impactos Imediatos, que o uso da pesquisa possa trazer para a sala de aula, tais como:

- a) qualidade das aulas: o tema qualidade de ensino tem sido um dos mais discutidos nesses últimos anos, razão de um motivo maior cuidado da Universidade com o mesmo. Em vista dessa preocupação, essa variável busca estudar como se tem dado a melhoria das qualidades de aulas pelos professores que praticam a atividade de pesquisa.
- b) aplicação dos resultados de pesquisa: a qualidade do ensino depende de vários fatores, um deles seria trazer para a sala de aula os resultados de pesquisas no campo de conhecimento do docente. Assim essa variável procura conhecer dados referente a aplicação dos resultados de pesquisas junto ao corpo discente.

VARIÁVEIS INTERVENIENTES:

Dentro do universo de fatores que podem ser enquadrados como variáveis intervenientes, escolheu-se a algumas poucas, que impactam fortemente a relação entre as variáveis independentes e dependentes, tais como o acesso à pesquisa por parte do professor; a qualificação do corpo docente e as condições proporcionada pela PUCCAMP..

5.1- Procedimentos para a Coleta de Dados

Utilizou-se para o levantamento dos dados de um instrumento simples, pouco volumoso e semi-estruturado, para medir as variáveis da pesquisa.

Utilizou-se para o levantamento dos dados de um instrumento simples, pouco volumoso e semi-estruturado, para medir as variáveis da pesquisa.

Selecionou a FACECA como foco do estudo, procedendo-se ao inicialmente a um pré-teste do instrumento de coleta de dados.

Para início desse trabalho de pesquisa, foi solicitada junto a diretoria permissão para a coleta de dados, posteriormente foram distribuídos aos professores dos três departamentos que compõe a Unidade os formulários, dando-se um prazo para seu retorno.

5.2 - Procedimentos para a Análise dos Dados

De maneira geral a análise obedeceu ao esquema a seguir:

As questões foram formuladas tanto com perguntas fechadas, quanto com perguntas que permitiam respostas dissertativas.

A análise dos dados foi feita levando-se em consideração os valores assumidos pelas variáveis, bem como a relação existente entre as Variáveis Independentes e Dependentes, objetivando-se verificar os fatores que impediriam a realização de pesquisa dentro da Unidade.

6. ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise do material deparou-se com um grande entrave: a participação dos professores, uma vez que de oitenta questionários distribuídos, obteve-se um retorno de apenas 13.6 %, levando a que as conclusões a que se chegou devam ser vistas com ressalvas, dado que não expressam necessariamente a opinião do corpo de professores da FACECA.

quanto ao intercâmbio de conhecimento entre o meio acadêmico e as organizações empresariais.

Para os respondentes, a aproximação das empresas com a Universidade permitiria o aumento do ingresso de recursos financeiros e a modernizações das instalações desta última.

Dessa forma a Universidade deveria estar mais voltada para a comunidade, uma vez que não sobrevive só, tomando-se necessária uma contínua interação com o ambiente externo como forma de melhor encaminhar para a comunidade profissionais com visão crítica diante do mercado de trabalho.

Quanto a atuação da Unidade junto às empresas, 100 % dos respondentes afirmaram que tenderá a ocorrer uma elevação no número de prestação de serviços nas áreas de economia, administração e contábeis, revelando-se como consenso entre os docentes respondentes a necessidade da Unidade desenvolver pesquisas que venham atender ao segmento empresarial nos diferentes ramos.

Ainda na visão dos professores pesquisados a prestação de serviços para a comunidade sofreria restrições quanto:

Quadro 1
Restrições à prestação de serviços

RESUMO DAS ANÁLISES	PERCENTUAL
Falta de um maior engajamento de professores com especialização para tanto	82%
Falta de um entrosamento maior de professores com a coordenação	65%
Excesso de burocracia para a continuidade dos projetos	47%
Falta de infra-estrutura acadêmica e capacitação docente	76%
Escassez de recursos de financiamentos	35%
Atividade de free lance exercidas por muitos professores e dificuldades no regime de contrato de trabalho	41%
Preocupação empresarial	18%

Na visão de 82 % dos respondentes a falta de um maior engajamento de professores com especialidade para prestarem serviços fora da sala de aula, sofreria restrições devido ao interesse desses professores nesse tipo de atividade.

Os respondentes responderam ainda que não haveria dificuldade na relação entre as atividades exercidas externamente e as disciplinas ministradas em sala de aula, já que as atividades externas complementariam e qualificariam o trabalho do docente, sendo que a não realização de pesquisas se daria devido a capacitação insuficiente.

Outros 65 % dos respondentes foram da opinião que a falta de um entrosamento entre professores e coordenadores dificultaria as

atividades de reciclagem do corpo docente, em razão, como indicado, da pequena participação de professores em reuniões de departamento e congregação.

O excesso de burocracia, na visão de 47% dos respondentes, seria um dos fatores que dificultaria a pouca inserção em atividades de pesquisas extra-aula. A esse respeito um dos respondentes salientou que a existência de muitos docentes fora das atividades de pesquisa influiria de forma negativa nos aspectos didáticos e pedagógicos.

De acordo com 76% dos respondentes a falta de melhor infra-estrutura acadêmica desestimularia o contínuo aperfeiçoamento dos professores. Ainda na opinião dos mesmos essa capacitação insuficiente evidencia-se na existência de poucos professores devidamente preparado para a orientação de monografias no curso de ciências econômicas.

A escassez de recursos para financiamentos, na opinião de 35 % dos respondentes desestimularia os professores e por aumentar as dificuldades no desenvolvimento dos estudos e pesquisa necessário a um bom curso, gerando insatisfação quanto a qualidade dos cursos oferecidos.

41% dos respondentes revelaram que as restrições quanto a prestação de serviços na FACECA ocorreria devido ao pouco envolvimento de vários dos docentes que ministram aulas em seu tempo livre e as dificuldades no regime de contratação. De acordo com os respondentes a fragilidade nas contratações aumentaria as atividades de "free lance" e a apatia de professores na participação em atividades extra-aula elevando assim, o desprestígio político e educacional desses professores perante a Universidade.

Na ótica de 18% dos pesquisados o preconceito empresarial atuaria como fator obstruidor do aumento de prestação de serviços da Universidade para as empresas. O preconceito ocorre devido a ausência de um projeto específico voltado para a pesquisa e um histórico desprovido de trabalhos apresentados a comunidade.

Quadro 2
Síntese dos professores que não fazem pesquisa

RESUMO DAS ANÁLISES (%)	Muito abaixo da média	Abaixo da Média	Na Média	Acima da Média	Muito acima da Média
aproveitamento dos alunos (em sala de aula)	24	18			
recursos financeiros oferecidos pela PUCAMP	18	24			

OBS.: O quadro não soma 100 % em razão de algumas questões respondidas não puderam ser aproveitadas.

Quando da análise as ausências de pesquisas na Unidade observou-se que 42% dos professores que responderam aos questionários (esses professores não fazem pesquisas) consideraram que seus alunos têm um aproveitamento inferior a média, revelando ainda que não costuma haver envolvimento do aluno com o professor fora da sala de aula.

Ainda na visão dos respondentes que não realizam pesquisa, os recursos financeiros, destinados à pesquisa pela PUCAMP são considerados como abaixo da média para 42%.

Quadro 3
Síntese dos professores que fazem pesquisa

RESUMO DAS ANÁLISES (%)	Muito abaixo da média	Abaixo da Média	Na Média	Acima da Média	Muito acima da Média
aproveitamento dos alunos;	-	6	29	5	2
utilização, em sala de aula, do material obtido	6	6	6	24	-
recursos financeiros oferecidos pela PUCCAMP	6	6	12	6	6

OBS.: O quadro não soma 100 % porque algumas questões respondidas não puderam ser aproveitadas.

Por outro lado ao se analisar o quadro de respondentes envolvidos em pesquisas na Unidade, constata-se que 36 % consideraram que o aproveitamento, tanto de suas turmas quanto daqueles alunos auxiliares de pesquisa, estaria acima ou mesmo muito acima da média.

Constatou-se ainda a utilização, em sala de aula, do material coletado nas atividades de pesquisas e a aprovação, por parte dos professores pesquisadores, dos recursos financeiros e mesmo materiais e logísticos oferecidos pela PUCCAMP.

Observou-se a existência, na Unidade, de muitos professores que encontram dificuldades por desconhcerem a Universidade, não fazendo uso dos recursos ofertados, como mostraram os dados da

pesquisa, ao revelar que 18% não realizam pesquisa por desconhecerem os recursos oferecidos; enquanto que 35% dos respondentes, por não conhecerem a linha de financiamento da PUCCAMP, fazem uso tão somente dos recursos financeiros externos à Universidade.

Quadro 4
Atividades de valorização do curso de Administração

RESUMO DAS ANÁLISES	PERCENTUAL
ampliar a carreira docente	29%
fazer convênios com empresas privadas, estaduais e municipais	35%
tomar como exemplo outras Universidades privadas como as demais PUC's	18%
consolidar uma política de pesquisa na Instituição	47%
integrar pesquisa com ensino e extensão	41%

41% dos professores que responderam à pesquisa apontaram a necessidade de integrar a pesquisa com a atividade de ensino e extensão e manifestaram o desejo de ampliar as discussões sobre as condições de ensino-aprendizagem junto com a Universidade num período de médio a longo prazo.

Observou-se ainda que para 29% dos respondentes haveria a necessidade de ampliar a carreira do docente. Para os mesmos isso funcionaria como uma das estratégias de valorização dos cursos da

FACECA, objetivando fazer frente ao ingresso, na região, de outras unidades de ensino superior.

Ainda na visão da totalidade dos respondentes, haveria a necessidade de se contar, no seio da Universidade, com o fortalecimento de seu projeto pedagógico e político de capacitação docente com o objetivo de oferecer melhores condições materiais e infra-estrutura para que ocorra as inovações no trabalho docente.

7.0 - Conclusões

Nesta parte do trabalho discute-se as conclusões a que se chega como resultado da análise da pesquisa, procurando-se respostas à questão de estudo e aos objetivos propostos.

Pode-se constatar, através da revisão bibliográfica, que em relação à busca de uma maior interação entre as Universidades e as empresas, inexistiria uma política tecno-científica e educacional condizente com a modernização. O resultado disso tem levado a estagnação e ao atraso na qualidade do trabalho docente, acarretando uma defasagem na formação profissional do aluno.

Verificou-se, nos dados pesquisados, que no interior da Universidade há docentes e discentes que desconhecem o trabalho que a PUCCAMP oferece à comunidade acadêmica, revelando-se consenso entre os pesquisados, a necessidade de se rever alguns processos administrativos para caminhar em direção a um maior conhecimento das atividades da PUCCAMP.

Neste desejo de transição e interação, os professores mostram que têm extraordinária capacidade de mudar, e ter uma visão clara do caminho a ser percorrido, apontando a necessidade de programas de reciclagem didática como um desses caminhos.

Torna-se, portanto, necessário apresentar uma nova estratégia de desenvolvimento uma vez que as condições de sucesso das Universidades residiriam em sua capacidade de inovar. Conclui-se assim que no atual contexto econômico e competitivo, a inovação exige também das organizações universitárias uma maior rapidez nas decisões.

Constatou-se também que as empresas estão em busca de pessoal qualificado com um bom nível de escolaridade para operar equipamentos de última geração e de uso mais complexo, o que destoaria com a realidade da maioria das Universidades privadas, nas quais não costuma haver uma maior exigência na capacitação de seus professor, aprofundando o "gap" na interação Universidade - Empresa.

Observou-se, ainda, que na FACECA muitos dos professores não teriam maiores vínculos com o desenvolvimento da Unidade devido a fragilidade do projeto Institucional da Universidade, que ainda privilegia, por razões aqui não analisadas, o regime horista. Esse seria um dos fatores apontado como desestimulador para o aperfeiçoamento e especialização por parte do professor, por aumentar o desinteresse por novos estudos e/ou atualização em suas áreas de conteúdo e didática.

Constatou-se, por outro lado, que para muitos docentes a carreira docente não seria prioridade, haja visto que exercem atividades externas, sendo que alguns efetuam pesquisas externas, na condição de professor da PUCAMP, sem envolver formalmente a FACECA.

Possivelmente em decorrência desses fatos os professores resistem as propostas de mudança no ensino pedagógico e a se inserirem nas atividades gerais da Universidade.

Numa análise geral, na busca de maior interação Universidade - Empresa, a FACECA tem utilizado o seu histórico de formação de cinquenta e quatro anos de fundação e, cinquenta e quatro de funcionamento do curso de graduação em economia; vinte e sete anos de funcionamento do curso de graduação em administração; vinte e dois anos de funcionamento do curso de graduação de ciências contábeis; onze anos de funcionamento do curso de pós-graduação em economia de empresas; sete anos de funcionamento do curso de pós-graduação em administração mercadológica e quatro anos nos de pós-graduação em contábeis e auditoria.

Dentro desse valioso histórico, a FACECA, no ano de 1995, conta com um quadro de aproximadamente cento e vinte e cinco professores e quatro mil e trezentos e trinta e cinco alunos. No quadro de professores a Unidade conta com trinta professores em capacitação em Mestrado ou Doutorado e possui um número de vinte e um professores com mestrado, enquanto que apenas nove professores possuem doutorado.

É essencial que haja uma interação entre os professores na FACECA para que ela possa com isso, retomar o crescimento e só assim superar de forma realista a estagnação. A estagnação não é mais profunda nem mais rápida se comparada a outras Universidades privadas. É bem verdade que temos dificuldades sérias, mas também é certo que temos potencialidade.

Conclui-se que, ao exercer ações objetivando eliminar a apatia dos professores em realizar projetos de pesquisa, a PUCAMP estará contribuindo para a melhoria na qualidade de ensino, bem como mantendo a sua credibilidade na sociedade.

Dessa forma, definir uma estratégia de crescimento é fundamental. Que não se recuse qualquer abordagem dogmática, mas que também se adote uma perspectiva pragmática, e mesmo assim só atingirá os objetivos de desenvolvimento, se os professores forem precisos nas tomadas de decisões a efetuar pesquisas que garantam o efetivo acesso à modernidade.

8. BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

- A REVOLUÇÃO que liquidou o emprego. Revista Veja, São Paulo, p.88-95, 19 de outubro de 1994a.
- ANGRAD. Encontro Nacional dos cursos de graduação em Administração. São Paulo: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, set. 1991
- ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de. A política Científica e Tecnológica. Rio de Janeiro: Zahar. 1985
- BETHEM, Agrícola de Souza. A estratégia da Haward Business School. Revista de Administração, São Paulo, v.28, n.3, p. 86 - 92, jul/set, 1993.
- BRASIL, Comissão Nacional. Reformulação da Educação Superior. Brasília, 1985
- BRASIL, Congresso Nacional CPMI - Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico. Brasília, 1992
- BRASIL, Congresso Nacional. Relatório final - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, 1992
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988: 3^a ed., São Paulo: Atlas, 1993. Cap. 3.

- BRASIL. MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO, Uma nova política para a educação superior. Brasília: Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, nov/1985
- BRISOLLA, Sandra de Negraes. A relação da Universidade - setor produtivo: o caso da UNICAMP. Revista de Administração, São Paulo, v.25, n.1, p. 108 - 126, jan/mar. 1990.
- _____, C&T passa por diagnóstico. Jornal da UNICAMP, Campinas, 11/09/94, p.03.
- DURHAM, Denise. Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico. Relatório final, Brasília: Congresso Nacional, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 1992
- FLEURY, Afonso Carlos C. Gestão de tecnologia na empresa industrial brasileira. Revista de Administração, São Paulo, v. 22, n.4, p. 3 - 13, out./dez. 1987.
- _____, Automação na Indústria Metal - Mecânica. Tendência da organização do trabalho e da produção. Revista de Administração, São Paulo, v.24. n.3, p. 10 - 24, jul/set, 1990.
- FRACASSO, Edi M; SLOGO, Luiz & NASCIMENTO, Luiz F. Relação Universidade empresa: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista de Administração, São Paulo, v.25, n. 1, p. 133 - 141, jan/mar, 1990.
- FURTADO, Helena L. Alves & AMORIM, Dalmo de Souza. Planejamento estratégico numa instituição de ensino superior. Revista de Administração, São Paulo, v.25, n.1, p. 157 - 161, jan/mar, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1990.

- GONÇALVES NETO, César. As unidades de relacionamento Universidade/empresa no Reino Unido. Revista de Administração, São Paulo, v.23, n.2, p. 67 - 76, abr/jun, 1988.
- JOHNSON, Bruce B. Cenários prospectivos para o planejamento estratégico. In: SPE Sociedade de Planejamento Empresarial - III Encontro Brasileiro de Planejamento. Emp. São Paulo - SPE 1989
- MARÇAL, Haroldo. Análise da readaptação dos pós-graduado de origem. Revista de Administração, São Paulo, v.18, n.4, p. 91 - 92, out/dez, 1983.
- MARCOVITCH, Jaques. Ensino e pesquisa em gestão tecnológica na América Latina. Revista de Administração, São Paulo, v. 26, n.3, p. 89 - 100, jul/set, 1985.
- _____, Tecnologia e competitividade. Revista de Administração, São Paulo, v.26, n. 2, p. 12 - 21, abr/jun, 1991.
- _____, Gestão tecnológica e interação Latino Americana. In REUNIÃO ANUAL DA CNPAD, Natal 1988. Anais. Belo Horizonte: CNPAD, 1988. p. 53 - 67.
- MARIOTTO, Fábio L. O conceito de competitividade da empresa: Uma análise crítica. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.31, n.2, p. 17 - 52, abr/jun, 1991.
- MARX, Karl H. El capital crítica de 1ª economia política. Buenos Aires: Biblioteca Nuevas 1946.
- _____. Livro primeiro e contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MORÃES, Ruderico, STAL Eva. Interação Universidade empresa no Brasil. Revista de Administração, São Paulo, v.34, n.4, p. 98 - 112, jul/ago, 1994.

- OZOLINS, Alberto L. Competência para a absorção de tecnologia. Revista de Administração, São Paulo, v.26, n.1, p. 35 - 42, jan/mar, 1991.
- PASTORE, José. Recursos humanos e ensino superior. In ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2o. São Paulo, 1991. Anais. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1991.
- PUCAMP, Comissão de Carreira Docente. Relatório Final do I Seminário de Avaliação de Carreira Docente. Ofício Circular 04, 1994.
- RANGEL, Ronaldo. O capitalismo e a nova ordem: Um ensino de interpretação, Belo Horizonte, O Lutador. 1992
- RATTNER, Henrique. Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica. Revista de Administração, São Paulo, v.26, n.1, p. 5 - 11, jan/mar, 1991.
- REGULY, J. C. et alii. Idéias de quem faz: Política científica e tecnológica: Financiamento da Pesquisa e Ensino de Ciências no Brasil, Brasília: MEC. 1987.
- RENAULT, Michel & RANGEL, Ronando. Desafios de um novo padrão de acumulação. São Paulo: Lumen Juris, 1994
- RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópoles, Vozes, 1986
- SALM, Cláudio, AZUETE, F. Modernização industrial e a questão dos recursos humanos. Revista do Instituto de Economia - Economia e Sociedade - UNICAMP. Campinas, ago, 1992
- SELLTIZ, et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1975
- SCHUMPETER, J. A.. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril, 1988

SOUSA, José Eduardo R. Ensino e aprendizagem em sala de aula - relato de uma experiência metodológica no ensino de Administração. Cadernos da FACECA, Campinas, v. 1, n.1, p. 9 - 14, nov, 1993.

WALTERS, Luc, MATOS, Francisco G de, SOUZA, Nelson M. A empresa hoje. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lódi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1981

DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 80: UM TEXTO SINTÉTICO

*Paulo de Martino Jannuzzi*¹

*Fernando Augusto M. Mattos*²

*Leticia Navegantes*³

1. INTRODUÇÃO

A década de 80 foi um período de inflexão de tendências no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ao ciclo expansionista do Milagre dos 70 seguiu-se um período de forte instabilidade e crise macroeconômica, com reflexos decisivos sobre a realidade socioeconômica e, em especial, sobre o mercado de trabalho. É sobre os impactos da crise nesta última dimensão que este artigo se detem.

Objetivamente, este texto se propõe a descrever o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80, sintetizando algumas tendências apontadas na literatura e apontando transformações estruturais que podem ser antevistas à luz dos dados disponíveis. Embora não se disponha, ainda, de informações censitárias atuais sobre o mercado de trabalho brasileiro, as séries históricas levantadas pelas PNADs- Pesquisas Nacionais por Amostra de

1 Professor dos Departamentos de Economia e Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV e Doutorando em Demografia no IFCH/NEPO/UNICAMP.

2 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Ciências Econômicas e Doutorando em Ciências Econômicas na UNICAMP.

3 Mestranda em Sociologia no IFCH/UNICAMP.

Domicílios-, na década passada, possibilitam uma análise preliminar do mesmo. Afinal, são nove levantamentos de dados, de 1981 a 1989, abarcando questões sobre situação de emprego, rendimento, ocupações, horas trabalhadas, escolaridade etc, além das informações disponíveis em outras fontes (PME, PED e RAIS).

Com um enfoque mais descritivo que analítico- e sem o compromisso de uma cobertura exaustiva do tema-, passamos a apresentar alguns dos aspectos que marcaram o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80. Ao longo do texto, apontam-se algumas questões metodológicas importantes - e ainda não resolvidas- presentes nos estudos sobre o mercado de trabalho.

2. MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO

Com exceção das ocupações na Agropecuária, a mudança na estrutura setorial da força de trabalho seguiu a evolução do PIB nos diversos ramos de atividade econômica. Como mostra Cacciamali (1992), o terciário foi um dos setores que mais se expandiu ao longo da década, passando a reunir mais da metade da população ocupada no país em 1989.

Para essa terciarização da ocupação "teriam concorrido, por um lado, processos de ajuste produtivo e de externalização de serviços industriais (visíveis, por exemplo, no crescimento dos serviços financeiros e técnicos), bem como a ampliação e diversificação da rede de comércio e serviços, voltada para o atendimento das camadas de média e alta renda urbanas." (Oliveira, 1993:21). As

observar que a inequívoca tendência de terciarização demonstrada pelos dados referentes a 1989 ainda estão descrevendo os momentos iniciais do fenômeno da reestruturação industrial-acelerada a partir dos anos 90- podendo-se prever que o aumento do peso do setor terciário na estrutura setorial esteja aumentando nos anos mais recentes.

Esta terciarização da estrutura setorial reproduz uma tendência verificada nas economias dos países centrais nas últimas décadas. No Brasil, pode-se supor que o aumento da participação do setor terciário deverá se acentuar ainda bastante nas próximas décadas, dado que o peso da ocupação agrícola ainda se encontra em um patamar elevado "vis-à-vis" a participação destas atividades na estrutura setorial dos países desenvolvidos⁴ (Mattoso 1994:80).

Contrastando com seu desempenho nos anos do Milagre, a indústria cresceu apenas à taxa média anual de 1,3% entre 1980 e 1989. Como resultado dessa baixa expansão setorial do PIB - e de técnicas de produção menos intensivas em mão de obra-, a participação de ocupados em atividades industriais permaneceu praticamente inalterada em torno de 24% no período. O desempenho medíocre da Construção Civil em termos de expansão setorial do PIB- e das ocupações- deve ser explicado em grande parte pela crise do Sistema Financeiro de Habitação e, também, pela notável diminuição dos investimentos realizados pelo Estado em grandes obras de

4 Deve-se ressaltar que o caráter urbano-industrial da sociedade brasileira tem se acentuado nas últimas décadas, sendo que a participação da população rural na população brasileira decresceu de 68,8%, em 1940, para 55,3%, em 1960, para 44,1%, em 1970, para 32,4%, em 1980 e para 25,7% em 1989. A trajetória da PEA agrícola em relação à PEA total seguiu tendência semelhante.

engenharia civil, na década de 1980, em comparação com as décadas anteriores.

As ocupações na Agropecuária representavam 23% das ocupações no país em 1989, participação menor que a do começo da década, a despeito da forte expansão do PIB agropecuário. Tal descompasso entre crescimento econômico setorial e redução relativa das ocupações na Agropecuária se dá pela conjugação da introdução de técnicas mais modernas de manejo e maquinário no campo com a expansão da área plantada nas lavouras de exportação.

Tabela 1:
Composição da ocupação e expansão do PIB por setores
Brasil 1970/89

SETOR	COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO			CRESC. PIB *	
	1970	1980	1989	1970/80	1980/89
Agropecuária	44,3	29,9	23,1	4,8	3,1
Ind. Total	17,9	24,4	23,7	9,3	1,3
Ind. Transformação	11,0	15,7	15,9	9,0	0,9
Ind. Const. Civil	5,9	7,5	6,2	10,2	0,2
Comércio/Serviços	37,8	45,7	53,2	9,0	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	8,7	2,2

Fonte: Cacciamali (1992)

* Taxas médias anuais nos períodos

3. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO E POSIÇÃO OCUPACIONAL E A QUESTÃO DA INFORMALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

Ao longo dos anos 80, a condição ocupacional da PEA apresentou alguma melhora em relação a 1981. A porcentagem de pessoas ocupadas passou de 95,7% para 97,0 % no período (dados referentes ao mês de agosto). Não se deve deixar de observar, porém, que o percentual de desocupados apresenta-se artificialmente baixo pela forma de levantamento da informação sobre ocupação na PNAD e pela incorporação de parcela dos "desempregados" no mercado informal de trabalho ou como conta própria⁵.

A formalização das relações de trabalho não apresentou tendência clara de estar aumentando, em termos globais, ao longo da década. Cerca de um quarto da PEA compõe-se de trabalhadores sem carteira assinada (tabela 2), alocados principalmente em atividades agropecuárias e serviços. Curiosamente, foi nestes dois setores da economia onde se deram as principais alterações no campo da formalização do trabalho: enquanto se verificava uma regulamentação acelerada nas relações de trabalho na Agropecuária, no Terciário presenciou-se o aumento da informalização do emprego (Cacciamali, 1992).

5 Para uma discussão metodológica do conceito de desemprego nas pesquisas amostrais do IBGE, vide Medina (1986). Para uma apresentação do conceito de desemprego da PED, executada pelo convênio SEADE/DIEESE, vide Troyano (1990). Vide também Medici (1983 e 1986).

Tabela 2 : Distribuição (%) das pessoas economicamente ativas por condição de ocupação e posição na ocupação segundo as PNADs 81-89 - Brasil

COND. POS. OCUPAÇÃO	1981	1985	1989
Pessoas Ocupadas	95,7	96,6	97,0
- Empr. c/ cart. ass.	35,7	35,2	37,9
- Empr. s/cart. ass.	25,7	27,1	26,1
- Conta própria	21,7	22,0	21,2
- Empregador	3,1	3,1	4,2
Pessoas desocupadas	4,3	3,4	3,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

Procedendo-se, porém, a uma avaliação sucinta do comportamento da estrutura ocupacional do emprego não-agrícola⁶ nos anos 80, verifica-se, em primeiro lugar, uma ligeira queda do peso do emprego assalariado⁷, com alterações em sua composição interna que indicaram um crescimento do peso do emprego sem carteira em detrimento do emprego com carteira (emprego formal). Verifica-se que, na década de 80, o peso do trabalho autônomo (ocupações por conta-própria) teve reduzidas oscilações, enquanto a participação dos empregadores apontou um crescimento relevante (considerando-se o peso destes na estrutura ocupacional), passando de 3,1% para 4,3% do total de ocupados (tabela 3).

6 Nesta tabela, optou-se por utilizar apenas o emprego não-agrícola, como forma de eliminar o efeito-composição derivado da contínua perda do peso do emprego agrícola na estrutura ocupacional brasileira, conforme vimos no item anterior.

7 Empregados com carteira de trabalho assinada somados aos empregados sem carteira de trabalho assinada.

Tabela 3 : Distribuição (%) das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas segundo posição na ocupação segundo as PNADs 81-89 - Brasil

POS.OCUPAÇÃO	1981	1983	1986	1987	1989
Total não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
- Total emprego assal.	75,2	74,0	75,5	74,6	74,5
* Empr. com carteira	57,7	54,9	56,2	55,0	55,6
*Ativ. não publ. e soc.	42,3	39,1	39,7	38,9	39,1
*Ativ. publ. e soc. (2)	15,4	15,8	16,5	16,1	16,5
* Empr. sem carteira(1)	17,5	19,1	19,3	19,6	18,9
- Conta própria	19,8	20,7	19,7	20,2	19,1
- Empregador	3,1	3,2	3,4	3,4	4,3
- Sem remuneração	1,9	2,1	1,4	1,8	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, vários anos

Notas:

(1) Nos anos de 1981 e 1983, dentre os empregados sem carteira, foram excluídos os ocupados nas frentes de trabalho do Nordeste, por representarem uma situação ocupacional de caráter excepcional provocada pela seca que se abateu sobre o sertão nordestino naqueles anos.

(2) Os empregados com carteira assinada das atividades pública e social incluem os servidores públicos com contrato de trabalho não regido pela C.L.T. Esta opção metodológica foi tomada porque o caráter estável destas ocupações se assemelha mais com o emprego assalariado com carteira do que com qualquer outra situação ocupacional dentro do mercado de trabalho.

A perda de participação relativa do emprego com carteira ocorreu especialmente no setor privado, tendo sido parcialmente contraba-

lançada pelo aumento do emprego formal no Setor Público e nas Atividades Sociais. Entre as Atividades Sociais estão contidas, especialmente, as atividades de Educação e Saúde, cuja incidência aumenta crescentemente com a urbanização. Neste contexto, o significativo crescimento populacional das cidades brasileiras, especialmente as de médio porte (Martine, 1995)⁸, durante os anos 80, deve ter contribuído para a expansão do emprego nestas atividades⁹. As perspectivas de uma contínua ascensão do emprego no setor público e nas atividades sociais, porém, não são favoráveis, dada a conhecida crise fiscal que afeta o Estado brasileiro.

O movimento de perda de peso relativo do emprego com carteira¹⁰ no setor não-agrícola, nos anos 80, significa uma reversão na tendência do processo de estruturação do mercado de trabalho nacional ocorrido em décadas anteriores¹¹, mais precisamente desde o final da década de 50, quando um grande bloco de investimentos implantou a indústria pesada no país, fornecendo uma característica urbano-industrial à sociedade brasileira.

O crescimento do emprego sem carteira, concomitante ao crescimento do peso dos empregadores no mercado de trabalho

8 Na década de 80, as cidades com mais de um milhão de habitantes cresceram a taxas bem inferiores às cidades com menos de um milhão de habitantes.

9 De outro lado, a significativa diminuição das migrações em direção às grandes metrópoles nacionais (SP e RJ) contribuiu para não agravar a situação sobre o mercado de trabalho urbano brasileiro.

10 O aumento do peso do emprego sem carteira na estrutura ocupacional brasileira deu origem a um debate a respeito da chamada informalização do mercado de trabalho e seus determinantes. Dado o reduzido espaço deste texto, não vamos nos deter neste debate, mas deixamos pelo menos duas sugestões de leitura: Cacciamali (1989) e Baltar, Dedecca e Henrique (1992).

11 Nas décadas de 60 e de 70 foi expressivo o aumento do peso do emprego com carteira no mercado de trabalho brasileiro. Ver Baltar e Dedecca (1992).

nacional, parece estar revelando que a proliferação de pequenos negócios, nos anos 80, funcionou como alternativa à redução do emprego, ocorrida, especialmente, nas grandes indústrias.

A estabilidade do percentual de participação das ocupações autônomas pode estar encobrindo uma série de alterações no mercado de trabalho nacional que não podem ser captadas pela agregação apresentada neste texto. A conhecida heterogeneidade ocupacional e setorial contida no agregado "ocupações por conta-própria" se reflete em uma elevada dispersão de rendimentos. Esta heterogeneidade de situações ocupacionais autônomas assume características regionais específicas, dependendo do grau de desenvolvimento econômico das regiões brasileiras e das estruturas setoriais destas (Mattos, 1994).

Por fim, devemos ressaltar que, apesar da intensidade da crise brasileira nos anos 80 e da instabilidade decorrente deste contexto econômico adverso, o perfil ocupacional do mercado de trabalho nacional não sofreu alterações significativas*, embora se deva destacar que foi interrompido o processo de estruturação consubstanciado pelo crescimento do peso do emprego com carteira nas décadas anteriores a 1980 (Baltar e Dedecca, 1992). O nível do emprego industrial, ao final da década, manteve-se em patamar semelhante àquele vigente no período do Cruzado, quando a atividade econômica estava bastante aquecida. O impacto da perda de dinamismo econômico da última década revelou-se principalmente sobre os rendimentos dos ocupados do mercado de trabalho brasileiro, conforme verificaremos no item seguinte.

* Dados dos anos 90 provavelmente demonstrarão um quadro diferente com relação a este aspecto

4. O RENDIMENTO DO TRABALHO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O rendimento do trabalho seguiu o curso dos acontecimentos políticos e planos econômicos do país. O rendimento médio da população economicamente ocupada teve um comportamento irregular na década passada, partindo de cerca de US\$ 227, caindo no primeiro quinquênio, atingindo seu ponto máximo em 1986 (US\$ 320) e chegando ao final, em níveis superiores aos verificados no começo da década** (US\$ 285) (Médici, 1991). Tal elevação não atingiu, no entanto, a grande massa de pessoas ocupadas no país, mas apenas os grupos ocupacionais que já tinham renda mais elevada. Para a grande maioria da PEA é mais apropriado falar em estagnação ou mesmo deterioração do rendimento do trabalho. Em outras palavras: nos anos 80, houve um aumento da concentração da renda do trabalho.

Uma análise da distribuição de pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal corrobora a tendência da estagnação do rendimento do trabalho nos anos 80 (tabela 4). As classes de rendimento onde se concentra a maior parte da mão-de-obra assalariada mantiveram seu peso relativo na década, sem tendências claras de crescimento (ou decréscimo) das mesmas. Na década, cerca de 35 % das pessoas ocupadas tiveram rendimentos mensais até um salário mínimo¹². Outros 25 % tiveram rendimentos de 1 a 2

** Deve-se considerar estes dados com certo cuidado, devido às oscilações dos valores da moeda corrente correspondentes em dólar no período considerado. De qualquer maneira, estes valores refletem tendencialmente os movimentos dos rendimentos médios nas diversas conjunturas da década de 90.

12 Nesta comparação longitudinal da distribuição de ocupados por classes de rendimento, o salário mínimo - usado na delimitação das classes - foi corrigido pelo INPC para set/89.

salários mínimos e cerca de 24% recebeu de 2 a 5 salários. De 5 a 10 salários mínimos mensais receberam 9% das pessoas ocupadas. Nas classes de rendimento mais altos, de 10 a 20 e acima de 20 s.m. mensais, há uma ligeira tendência de aumento de peso relativo, passando de cerca de 5% no primeiro quinquênio da década para 7% das pessoas ocupadas no período subsequente.

Tabela 4: Distribuição (%) das pessoas ocupadas por classes de rendimento segundo as PNADs 81-89 (em sal. mínimos, com dados deflacionados pelo INPC p/ sal.mín. set/1989)

CLASSE REND.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
S/Renda a 1 sal.	33,0	39,4	42,7	35,0	23,4	34,2	37,0	35,3
de 1 < 2	25,8	26,9	22,4	28,2	26,9	22,9	23,5	21,4
de 2 < 5	26,9	21,3	22,0	22,3	28,8	24,1	23,4	25,2
de 5 < 10	8,8	7,6	7,8	8,8	12,0	8,8	8,7	9,3
de 10 < 20	3,3	3,2	3,2	3,7	5,4	4,3	4,4	5,0
+ de 20	1,8	1,2	1,5	1,6	2,0	2,1	2,3	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Médici (1991)

A julgar pela rigidez da distribuição das pessoas ocupadas nas classes de rendimento mais baixos, o quadro distributivo da renda

teria se deteriorado na década. De fato, com mostra a tabela 5, nos anos 80, houve uma significativa deterioração do perfil da distribuição de renda do trabalho¹³ na economia brasileira. A tendência concentradora da renda apresentou uma ligeira melhora apenas em 1986, quando, inclusive, a renda mediana real do conjunto dos ocupados teve uma recuperação. A apropriação de renda dos 20% e dos 50% mais pobres apresentou uma queda significativa na década, enquanto os 1% mais ricos tiveram sua participação no bolo dos rendimentos do trabalho principal aumentado de 13 para 17% de 1981 a 1989¹⁴. Desta forma, verifica-se o caráter efêmero da modesta melhoria do perfil distributivo no ano do Cruzado. Este resultado parcialmente favorável logo se reverteu nos anos finais da década.

O fato desalentador deste quadro é que a contínua deterioração da distribuição da renda do trabalho parte de um perfil já

13 Os dados de perfil distributivo normalmente são apresentados segundo a renda pessoal do trabalho (salário, rendimento do trabalho autônomo ou pró-labore, no caso dos empregadores). A divisão da renda nacional entre lucros e salários (a chamada distribuição funcional da renda) também pode ser usada para avaliar a distribuição de renda em uma economia. Para uma avaliação da relação existente entre a distribuição pessoal da renda do trabalho e a distribuição funcional da renda, ver Mattos (1995).

14 Os dados de distribuição de renda do trabalho subestimam a verdadeira desigualdade existente na sociedade brasileira, uma vez que estes dados se referem apenas ao momento em que estes rendimentos pessoais são recebidos; ou seja, ao longo do mês, enquanto estes rendimentos são gastos, a escalada inflacionária impõe a eles pesadas perdas de poder de compra, mas isto ocorre de forma diferenciada entre as pessoas, afetando mais intensamente os trabalhadores de rendimentos mais reduzidos, os quais não têm acesso às aplicações do mercado financeiro de forma a defender-se do "imposto inflacionário" (perda diária do poder de compra do dinheiro decorrente dos altíssimos patamares inflacionários). Além disso, há estudos mostrando que são significativos os indícios de subdeclaração dos rendimentos mais elevados (Hoffmann, 1988).

acentuadamente concentrado herdado de décadas anteriores. Ressalte-se, porém, que, nas décadas de 60 e 70, apesar da concentração de renda ocorrida, houve um aumento dos patamares de rendimentos médios reais de parcelas significativas da PEA. Ou seja, nos anos 80, a continuidade da deterioração do perfil de distribuição de renda foi acompanhada por um rebaixamento generalizado dos patamares de rendimentos do trabalho.

Por fim, vale alertar que os indicadores da distribuição de renda brasileira revelam um acentuado contraste com os indicadores dos países desenvolvidos e mesmo com os países de renda per capita semelhante à brasileira (DIEESE, 1993). Estes resultados demonstram o caráter altamente excludente do processo de desenvolvimento econômico brasileiro das últimas décadas.

Tabela 5: Apropriação de renda do trabalho principal da população ocupada por segmentos populacionais

SEGMENTO	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
20% + pobres	2,7	2,6	2,5	2,4	2,7	2,2	2,0	2,0
50% + pobres	13,4	12,6	12,5	12,0	12,5	11,7	11,1	10,4
10% + ricos	46,6	48,1	48,1	48,8	48,8	49,0	51,2	53,2
5% + ricos	36,4	35,5	34,5	35,1	35,5	35,2	37,3	39,4
1% + ricos	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3

Fonte: PNAD, vários anos

5. A MUDANÇA DO PERFIL DEMOGRÁFICO DA PEA

A estrutura etária e por sexo da PEA está mudando, resultado em parte das transformações demográficas por que vem passando a população brasileira nas últimas décadas (Jannuzzi, 1994) e em parte

por alterações nas taxas de atividade de diversos segmentos populacionais, em especial o das mulheres.

Em 1976, 29% das mulheres de 10 anos ou mais eram economicamente ativas. No final da década passada, a taxa de atividade feminina passou para quase 39%, muito próxima a valores observados em países desenvolvidos. Este aumento da participação feminina no trabalho deu-se em todas as faixas etárias, e em especial, nas idades de 25 anos ou mais, tornando a curva de taxa de atividade feminina bi-modal, com modas nas idades de 20-24 anos e 30-39 anos (UFRJ/IEI, 1987).

Com isso, as mulheres já representam mais de um terço da força de trabalho do país, e maioria em alguns setores, como na prestação de serviços e atividades sociais (educação e saúde). Diferenciais salariais entre os sexos ainda persistem, mesmo para funções assemelhadas dentro dos diversos setores de atividade econômica. De modo geral, as mulheres recebem menos e participam em menores proporções do mercado formal de trabalho¹⁵.

Tabela 6: Distribuição das pessoas ocupadas por faixas etárias e sexo - 1981, 1985 e 1989

FAIXA ETÁRIA/SEXO	1981	1985	1989
10 a 17 anos	14,2	12,9	12,1
18 a 59 anos	81,3	82,6	83,1
60 anos ou mais	4,5	4,5	4,8
Total Homens	68,8	66,5	64,8
Total Mulheres	31,2	33,5	35,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

¹⁵ Para uma análise específica da inserção da mulher no mercado de trabalho, vide Medici (1987).

Além de reflexo das mudanças sócio-culturais com relação ao papel e expectativas da mulher que se processam no mundo todo desde os anos 70, este aumento da participação da mulher na força de trabalho no Brasil poderia decorrer, segundo Medici (1991:38), da necessidade de manutenção ou ampliação do orçamento doméstico face a estagnação do rendimento do trabalho já apontada.

Houve também um ligeiro declínio das taxas de atividade entre as crianças de 10 a 14 anos, reflexos da queda da participação da mão-de-obra na Agropecuária (na qual a mão-de-obra de menores é mais intensa) e, talvez, da maior permanência delas na escola. O contingente relativo de crianças e adolescentes (sobre o total das pessoas ocupadas) passou de 14% para 12% das pessoas ocupadas entre 1981 e 1989. Os idosos perfaziam no final da década quase 5% das pessoas ocupadas, reflexo da necessidade de continuar trabalhando, mesmo após a aposentadoria, para complemento da renda e do aumento da expectativa de vida do brasileiro médio. Observe-se, contudo, que a procura cada vez mais intensa de empregos por parte de idosos e mulheres reflete não apenas as necessidades imediatas de complementação da renda familiar mas também a demanda por mão-de-obra mais barata e de maior rotatividade.

6. AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO NO TRABALHO

A qualificação da estrutura ocupacional é uma função da escolaridade da população e da especialização técnica adquirida no trabalho. Quanto ao primeiro fator, pode-se dizer que, em termos relativos, houve alguma melhora no nível de escolaridade da população nos anos 80, com redução da porcentagem de pessoas analfabetas ou

com menos de 1 ano de instrução e expansão do grupo com 8 anos ou mais de estudo. Em termos absolutos, o analfabetismo e semi-analfabetismo ainda são grandes problemas nacionais, atingindo cerca de 18 milhões de pessoas no Brasil. Acrescente-se a isso as ainda altas taxa de evasão escolar e de repetência, e o conseqüente atraso série/ano, elementos negativos na formação de uma mão de obra de média ou alta qualificação.

Tabela 7: Distribuição (%) da população de 10 anos ou mais segundo anos de escolaridade - 1981, 1985 e 1989

ANOS DE ESTUDO	1981	1985	1989
Sem instr. ou 1 ano	23,1	20,8	18,7
De 1 a 3 anos	26,5	24,5	23,0
De 4 a 7 anos	32,0	33,0	33,9
De 8 a mais anos	18,3	21,5	24,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

Quanto ao processo de qualificação no trabalho, em que pese as várias fontes de estatísticas sobre Mercado de Trabalho no país, há pouca informação publicada. A PME - Pesquisa Mensal de Emprego - realizada pelo IBGE nas principais capitais estaduais e a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, idealizada pelo convênio DIEESE/SEADE e também realizada em várias capitais - não prevêem a divulgação de tais informações em seus planos tabulares, embora recolham "proxys" delas nas entrevistas em campo. As

PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - divulgam tabelas sobre escolaridade da População Economicamente Ativa e as pessoas efetivamente ocupadas, mas não levantam, a rigor, informações mais abrangentes sobre qualificação da mão-de-obra como habilidades manuais, experiência anterior, etc. Além disso, o plano tabular da PNAD não contempla cruzamento entre ramo de atividade econômica por escolaridade da mão-de-obra, informação crucial para análise, dado que os efeitos da mudança organizacional sobre o mercado de trabalho tendem a se dar, primeiramente, nos setores mais modernos e voltados à concorrência internacional.

A RAIS, com todas suas limitações em termos de cobertura de levantamento, de representatividade do mercado de trabalho e de defasagem na publicação de resultados (Jannuzzi 1995), pode ser útil para ilustrar as tendências do aumento de escolaridade da mão de obra empregada, como mostram Árias e Cordeiro (1990) em análise do mercado de trabalho formal entre 1980 e 1988. Neste período, enquanto o emprego formal para indivíduos com escolaridade superior crescia a 3,4% ao ano (e com até 2o. grau completo a 4,3% aa), os empregos ocupados por indivíduos com até 4a. série completa decrescia em 2,4% aa. E concluem "... o exame dos dados relativos à evolução da estrutura educacional ao longo da década revela uma clara preferência empresarial na contratação de trabalhadores com níveis educativos cada vez mais elevados, atitude lógica de quem procura ganhos de produtividade num quadro de economia deprimida com mão-de-obra excedente"(p.228)¹⁶.

16 Ainda que desejável uma melhor qualificação profissional da mão de obra, não se deve perder de vista que, em uma relação de mercado onde cada vez mais a qualificação é exigida e onde grande parte da população permanece desqualificada, a fuga para ocupações informalizadas é a única alternativa possível.

Dados mais ao final da década corroboram tal colocação. Tomando como universo de análise o mercado de trabalho da Indústria de Transformação - para o qual os dados da RAIS são mais representativos (Sabóia e Tolipan: 1983) e para o qual os ditames da reestruturação produtiva têm sido mais imperativos - pode-se notar um aumento da escolaridade no emprego entre 1985 e 1990 (tabela 8). No período, os empregos ocupados por indivíduos com ao menos 1º. grau completo na Indústria de Transformação Brasileira, do Sudeste e Paulista passaram a representar mais de um terço dos empregos totais respectivos, como resultado de um processo de contratação e demissão seletiva, onde os mais escolarizados foram privilegiados na admissão e poupados na dispensa. Em contrapartida, os empregos ocupados por indivíduos com 1o. grau incompleto vêm mostrando tendência declinante na década nos 3 níveis geográficos.

Uma outra forma de avaliar as tendências de qualificação da força de trabalho é através da comparação longitudinal da participação relativa dos diversos grupos sócio-ocupacionais¹⁷ em que se divide a PEA. Neste sentido, Oliveira (1993) mostra que entre os autônomos e empregados do setor privado, as ocupações de nível médio foram as que mais cresceram. Já no setor público, as ocupações manuais tiveram maior expansão.

17 Para uma discussão dos sistemas de constituição de grupos ocupacionais, vide Médici (1989).

Tabela 8: Distrib. de Empregos, de Admitidos e de Desligados por nível de escolaridade na Indústria de Transformação no Brasil, Sudeste e Estado Sao Paulo em 1985 e 1990

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1985			1990		
	Analf.	1o grau Incom	1o grau Comp	Analf.	1o grau Incom	1o grau Comp
Brasil						
Empregos	3,3	66,2	30,5	3,0	61,4	33,2
Admitidos	3,2	69,6	27,2	3,5	67,0	27,7
Desligados	3,5	71,3	25,2	3,3	67,7	26,2
Sudeste						
Empregos	1,8	65,6	32,6	1,7	60,7	35,4
Admitidos	1,8	68,0	30,2	2,2	65,8	30,6
Desligados	2,1	69,7	28,2	2,2	68,7	28,8
Estado de S.Paulo						
Empregos	1,9	66,6	31,5	1,9*	63,4*	34,3*
Admitidos	1,8	68,8	29,4	2,3*	67,9*	29,8*
Desligados	2,0	70,3	27,7	2,2*	68,4*	27,6*

Fonte: Anuários RAIS 1985, 1989 e 1990

* dados relativos a 1989

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das transformações do mercado de trabalho se coloca de maneira mais desafiadora para os anos 90 no Brasil. O atual estágio de desenvolvimento capitalista mundial e a chamada Terceira Revolução Industrial têm provocado, nos últimos anos, uma crescente desorganização dos mercados de trabalho dos países

desenvolvidos, com reflexos sobre os seus perfis distributivos e sobre os mecanismos de seguridade social e previdenciária que vinham sendo construídos desde o pós-guerra (Mattoso, 1994).

No Brasil, os novos processos de organização produtiva e o atual estágio de desenvolvimento tecnológico também estão promovendo profundas mudanças no mercado de trabalho e nas formas de determinação de renda da população que ainda se encontra ocupada nas indústrias e mesmo fora dela. O dramático do caso brasileiro é que os efeitos das mudanças de estrutura produtiva (ocorridas, em vários setores, segundo os padrões tecnológicos vigentes nos países desenvolvidos) encontram uma estrutura de seguridade social e previdenciária típica de país subdesenvolvido, que ainda não conseguiu montar mecanismos de proteção de emprego e renda capazes de se defrontar minimamente com a nova situação de insegurança gerada pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista mundial. Desta forma, as perspectivas de uma contínua deterioração do perfil distributivo brasileiro se colocam de uma maneira bastante concreta.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁRIAS, Alfonso R. & CORDEIRO, S.H.T.C. Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho. *Rev.Bras.Est. Populacionais*, Campinas, v.7, n.2, p.219-235, 1990.
- BALTAR, P. & DEDECCA, C. Emprego e Salários nos anos 60 e 70. Campinas: CESIT/UNICAMP. (Mimeo).
- BALTAR, P., DEDECCA, C. & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho, precarização e exclusão social no Brasil. IE/CESIT/UNICAMP. (Mimeo)

- CACCIAMALI, M.C. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro. (Mimeo)
- CACCIAMALI, M.C. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta. Estudos Econômicos, São Paulo, 22, p.133-150, 1992 (Edição Especial).
- CAMARANO, Ana Amélia. Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa ? Rev.Bras.Est.Populacionais, Campinas, v.7, nº2, p.207-218, 1990.
- DIEESE(1993)Anuário dos Trabalhadores. São Paulo.
- HOFFMANN, Rodolfo A subdeclaração de rendimentos. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, nº1, p.50-54, 1988.
- IBGE Síntese dos Indicadores Básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1991.
- JANNUZZI, P.M. Mudanças demográficas na última década: o que dizem os primeiros resultados do Censo 91. Cadernos da FCECA, Campinas, v.3, nº 1, p.40-54, 1994.
- JANNUZZI, Paulo M. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.29, nº 3, p.197-210, 1995
- MATTOS, F.A.M. Emprego e Distribuição de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: os anos 80. Campinas: [s.n.], 1994. Dissertação (Mestrado) - IE/UNICAMP, 1994.
- MATTOS, F.A.M. A Importância do Estudo das rendas do trabalho. Cadernos da FCECA, Campinas, 1995.
- MATTOSO, J. A Desordem do Trabalho. [s.l.]: Scritta, 1994.

- MEDICI, A.C. Metodologia das Pesquisas de emprego no Brasil (uma análise comparativa). In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.44, nº 176, p.499-560, 1983.
- MEDICI, A.C. As medidas de emprego, desemprego e sub-emprego. In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.47, nº 185, p.95-112, 1986.
- MEDICI, A.C. Mulher Brasileira: Muito Prazer. In Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.48, nº 189/190, p.71-98, 1987.
- MÉDICI, A.C. Urbanização e estrutura ocupacional: alternativas metodológicas para uma investigação. Texto para Discussão IEI/202. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1989.
- MÉDICI, A.C. Sem Régua Nem Compasso. Relatório Técnico ENCE 06/91. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 1991.
- MEDINA, R.L. Desemprego e força de trabalho: uma avaliação metodológica dos conceitos utilizados no Brasil. In: CHAHAD, J.P.Z (org) O mercado de trabalho no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. São Paulo: FIPE, p.117-136, 1986.
- OLIVEIRA, Jane S. O traço da desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- SABÓIA, J.L.M. & TOLIPAN, R.M.L. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1985.
- UFRJ/IEI Mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro, UFRJ/MTb, 1987.
- TROYANO, Annez A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. São Paulo em Perspectiva, v.4, nº 3/4, p.69-74, 1990.

POLÍTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinaldo Dias¹

1. INTRODUÇÃO

Após a Eco-92, consolidou-se uma posição de que não se pode considerar os problemas ambientais isoladamente, há que se considerar o contexto social e econômico onde estes estão inseridos.

De outro modo, também, ficou claro que não se pode reduzir a discussão ambiental a um mero problema econômico de desenvolvimento, introduzindo o conceito de "capital ambiental" como componente necessário dos cálculos de custo-benefício do setor privado.

Embora nada tenhamos a opor no que diz respeito à incorporação dos problemas ambientais como preocupação do capital, muito pelo contrário, o que queremos realçar é que não podemos priorizar, unicamente, este aspecto.

À medida que se desloca a questão da natureza para o âmbito econômico - isolando-a de outros aspectos como: a ética, a moral, os valores e costumes de nossa sociedade -, corremos o risco de ver diminuído o espaço democrático de discussão da essência da vida humana, trazido à tona no processo de luta por esse novo direito do homem, recém-incorporado à cidadania, que é a qualidade de vida.

1 Professor-Adjunto da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Francisco. Mestre em Ciência Política e Doutorando pela UNICAMP.

Nas páginas seguintes discutiremos alguns aspectos da política ambiental e de suas influências, tendo sempre presente que essas políticas devam se subordinar a um tipo de desenvolvimento sustentável, que concilie os objetivos de crescimento econômico, a questão social e a proteção ao meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável só tem sentido, nos países em desenvolvimento, na medida que se rediscuta os atuais padrões de acumulação capitalista ao nível global e se concilie o crescimento com um efetivo esforço para se obter a melhoria das condições sócio-ambientais.

2. OS FATORES EXÓGENOS NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

A problemática ambiental tem sofrido enorme influência da ação das instituições financeiras internacionais, particularmente dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o BID e o BIRD, que interferem na formulação de políticas ambientais no Brasil, condicionando muitos empréstimos, ou a renovação de outros, a medidas em relação ao meio ambiente que, de acordo com seus interesses, julgam necessárias.

Historicamente, a preocupação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)² com questões ambientais inicia-se com a criação, em 1970, pelo Banco Mundial, do cargo de Assessor para

2 Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs): Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e Banco de Desenvolvimento Africano.

Assuntos Ambientais, que tem a incumbência de "examinar e avaliar todos os projetos de investimento do ponto de vista de possíveis efeitos sobre o Meio Ambiente"³. Em maio de 1987, o cargo de Assessor foi transformado em Departamento de Meio Ambiente, com aumento significativo dos técnicos treinados em assuntos ambientais. O mesmo ocorreu com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Vilarinho,1992).

Essa nova postura internacional no tratamento da questão ambiental teve e tem tido repercussão importante na execução das políticas ambientais no Brasil, uma vez que

"De um lado, o país vem sendo duramente criticado, por parte da comunidade internacional, pelo tratamento que vem sendo dado ao assunto, e de outro, cada vez mais a preservação do meio ambiente vem se tornando, ora importante cláusula, ora objeto de condicionalidade, na contratação de novos empréstimos junto a alguns Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) - particularmente BIRD e BID e até mesmo no comércio externo. (Vilarinho, 1992)"

Por outro lado, estão no âmbito de ação da Organização das Nações Unidas(ONU) os marcos históricos internacionais mais importantes e que muita influência tiveram na formulação das políticas ambientais no Brasil. Referimo-nos às duas Conferências Mundiais, de Estocolmo(1972) e do Rio(1992), e à divulgação do informe "Nosso Futuro Comum" da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento(1987)⁴.

3 World Bank, 1975, citado por Vilarinho (1992).

4 A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, foi criada como um organismo independente, em 1983, pelas Nações Unidas. Seu objetivo era reexaminar os principais problemas do meio ambiente e do desenvolvimento e formular propostas para solucioná-los, dentro da perspectiva de assegurar que o progresso humano será sustentável através do desenvolvimento, mantendo-se os recursos para as futuras gerações.

Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972, houve um predomínio dos países do primeiro mundo nos debates e conseqüentemente nas conclusões, que se caracterizaram por enfatizar a preservação e a melhoria do meio ambiente humano, compreendido este como a proteção dos ecossistemas naturais e o combate a todas as formas de poluição provocadas pela industrialização acelerada, pela explosão demográfica e pela intensificação do processo de crescimento humano.

Mantinha-se, então, como eixo central o combate aos efeitos da crise ambiental e, quanto ao desenvolvimento, considerava-se necessário compatibilizá-lo com a necessidade de melhorar o meio ambiente humano. Há uma nítida visão tecnocrática acerca do problema ambiental, segundo a qual "os avanços do conhecimento científico seriam, por si só, suficientes para conseguir a descontaminação do planeta"(Guimarães,1992) e permitir a emergência de um estilo de desenvolvimento ambientalmente aceitável.

Os problemas do meio ambiente não eram vistos como efeito do desenvolvimento. Ao contrário, as deficiências ambientais decorrentes das condições de sub-desenvolvimento seriam atenuadas mediante o desenvolvimento acelerado. A este respeito a visão predominante na ONU era de que,

"As deficiências do Meio-Ambiente decorrentes das condições de sub-desenvolvimento e de desastres naturais ocasionam graves problemas; a melhor maneira de atenuar suas conseqüências é promover o desenvolvimento acelerado, mediante a transferência maciça de recursos consideráveis de assistência financeira e tecnológica..."(ONU,1972)

O informe Brundtland, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento(CMMAD), denominado "Nosso Futuro Comum", pode ser considerado o mais importante documento sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos. Vincula ele estreitamente economia e ecologia e estabelece, com muita precisão, o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecendo os parâmetros em que os Estados, independentemente da forma de governo, deveriam se pautar, assumindo a responsabilidade não só pelos danos ambientais, como também pelas políticas que causam esses danos.

Este informe coloca o homem em harmonia com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades e as aspirações humanas, enfatizando que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável. Em resumo, estabelece que a política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada.

Esse documento foi referência e base importante para os debates que aconteceram na Conferência do Rio em 1992.

A Conferência do Rio de Janeiro ocorreu 20 anos depois da de Estocolmo e concentrou-se em identificar as políticas que geram os efeitos ambientais negativos. Concluiu ela, de forma eloqüente, que "a proteção ambiental constitui parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste". O meio ambiente e o desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, com nome próprio de desenvolvimento sustentável, o qual " não se constitui num problema técnico, mas social e político"(Guimarães,1992).

3. A POLÍTICA AMBIENTAL

Do ponto de vista das políticas ambientais a serem seguidas pelos Estados, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, estabelece uma mudança significativa. Em 1972, a política ambiental era considerada mais como um aspecto setorial de atribuição de órgãos ou organizações públicas, e deveria ser colocada ao lado de saúde, habitação, transportes, educação e outras áreas de política setorializadas.

Com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, a política ambiental não poderia mais ser vista como uma política a ser atribuída a um órgão específico, mas sim como um instrumento de planejamento que tem como meta integrar o crescimento econômico com a proteção ambiental.

Com essa perspectiva, o relatório Brundtland estabeleceu uma caracterização de duas abordagens das políticas ambientais, que torna-se útil como referência para análise dessas políticas. Uma delas, denominada "agenda-padrão", reflete uma abordagem das políticas, leis e instituições relacionadas ao meio ambiente e que se concentram nos efeitos ambientais. Uma outra se refere "à abordagem que se concentra nas políticas que dão origem a esses efeitos"⁵.

As políticas que dão origem aos efeitos ambientais negativos são as de desenvolvimento clássico, que não incorporam o meio ambiente ao planejamento e tendem a uma fragmentação setorial de responsabilidades. As políticas são elaboradas por organizações

5 Relatório da Comissão Brundtland, pág. 347.

setoriais que "tendem a buscar objetivos setoriais e a considerar seus efeitos sobre outros setores como efeitos colaterais, só os levando em conta se a isso forem obrigados"⁶

Numa perspectiva de desenvolvimento, integrando-se diferentes áreas de atuação do governo em ações ambientais, a ação política específica deve estar vinculada a uma ação planejada global de desenvolvimento, e esta deve levar em consideração os vários aspectos setoriais da ação de governo- saúde, habitação, saneamento básico, ambiente, etc. As duas abordagens se completam e devem coexistir em qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Há um processo de discussão, ao nível mundial, que busca a consolidação de uma ação política voltada para o desenvolvimento sustentável. Esse debate, muitas vezes, não sensibiliza os governos nacionais a ponto de provocar mudanças substantivas em sua política ambiental e de desenvolvimento. É muito comum o fato de os governos isolarem os setores mais diretamente ligados ao combate à degradação do meio ambiente, impedindo-os de formularem propostas ao nível do planejamento geral.

No caso em que os órgãos de proteção e controle ambiental não participam da elaboração da política de desenvolvimento, terão eles que ter maior capacidade política e financeira, para que possam fazer face aos efeitos da política de desenvolvimento insustentável, além de alguma forma de autoridade que os habilite a acompanhar o desempenho dos demais órgãos no tocante à sustentabilidade. (MacNeill, 1992:63)

6 *idem*, pág. 68.

O Bird⁷ identifica duas formas de implementação de políticas ambientais muito semelhantes às adotadas pela Comissão Brundtland.

De acordo com a ótica do Banco Mundial, seriam elas:

- a) Políticas que aproveitam os vínculos positivos entre desenvolvimento e meio-ambiente, corrigindo ou prevenindo falhas, aumentando o acesso a recursos e tecnologias e promovendo um aumento equitativo de renda;
- b) Políticas que visam problemas ambientais específicos, em que se incluem regulamentações e incentivos necessários para forçar o reconhecimento dos valores ambientais no processo decisório.

Nunca é demais repetir que, ao considerarmos a existência de duas formas de implementação de políticas ambientais, o estamos fazendo com fins metodológicos, sendo que as "duas" políticas devem coexistir numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Esse procedimento analítico é particularmente útil para identificar e analisar as políticas ambientais seguidas pelos governos.

4. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), consagrou-se,

7 Relatório sobre o desenvolvimento Mundial: Desenvolvimento e Meio Ambiente. BIRD/Banco Mundial (1992), à pág. 11.

nos diversos fóruns ambientalistas, o termo "desenvolvimento sustentável" que, de forma genérica, estabelece que o desenvolvimento "deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas eqüitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras"(ONU,1992).

Nos últimos anos tem-se discutido essa sustentabilidade do desenvolvimento, estabelecendo-se diferentes visões do que seria aceitável nas propostas de crescimento harmônico com a natureza. A idéia começou a tomar corpo com o relatório Brundtland, em 1987, e consolidou-se na Conferência do Rio em 1992.

O relatório estabeleceu as premissas do que seria o desenvolvimento sustentável, afirmando que este contém dois conceitos chaves:

- "a)O conceito de 'necessidades', sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e
- b) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras"⁸.

Prevê, ainda, que "haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para a sua consecução".

⁸ Relatório da Comissão Brundtland, citado, à pág. 46.

No contexto do documento, fica claro que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades e aspirações humanas, e que, em sua essência, ele

"é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas"⁹.

Derivam daí os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas, que em síntese são:

- a) retomar o crescimento;
- b) alterar a qualidade do desenvolvimento;
- c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- d) manter um nível populacional sustentável;
- e) conservar e melhorar a base de recursos;
- f) reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.¹⁰

Dessas indicações do relatório derivaram várias interpretações, como foi previsto, que sintetizam as propostas de sustentabilidade de diferentes grupos sociais (Herculano, 1992).

De forma bastante resumida, podemos configurar a existência, por um lado, de propostas que acentuam o aspecto de que o paradigma

9 idem à pág. 49

10 idem à pág. 53.

do desenvolvimento sustentável deve ser elevado ao nível de uma ética global - a ética do planeta harmônico e da cidadania plena.

Isto incluiria "uma reflexão disciplinada sobre moralidade, problemas morais e julgamentos morais no tocante à vida como um todo e à condição humana", o que aproximaria cientistas e humanistas, homens de governo, líderes acadêmicos e religiosos(Almeida Jr.,1993:41). Esta visão deixa, prudentemente, de lado os homens de negócios.¹¹

De outro lado, há propostas de mercado¹², que preocupam-se fundamentalmente em contabilizar as ações ambientais. Colocam, de modo geral, que tem sido difícil definir o conceito de sustentabilidade, pois "não é plausível que todos os recursos naturais devam ser preservados". Esta posição é melhor explicitada no relatório de 1992 do Banco Mundial:

"alguns argumentam que o capital natural deve ser preservado num sentido global, com as perdas em uma área sendo compensadas em outras. Tal estratégia concentra a atenção na necessidade de calcular o valor dos recursos ambientais e na importância de proteger certos sistemas ecológicos essenciais".

Apoiando tais iniciativas o relatório vai mais além:

"A sociedade deve optar por acumular capital humano (mediante educação e progresso tecnológico) e capital físico produzido pelo homem, em troca, por exemplo, da exploração das reservas minerais ou da substituição de uma forma de uso da terra por outra. O

11 Esta proposta de desenvolvimento sustentável possui vários aspectos a serem abordados que darão ensejo a outro artigo mais específico.

12 Vide particularmente as expressas no relatório do Banco Mundial (1992) já citado, à p.9.

importante é que a produtividade global, do capital acumulado -inclusive seu impacto sobre a saúde humana e as rendas; bem como sobre o prazer estético - compense com folga qualquer perda decorrente do esgotamento do capital natural".

A proposta de desenvolvimento sustentável do BIRD leva em consideração a necessidade de manutenção de um processo de acumulação cada vez maior ("produtividade global do capital acumulado") para compensar as eventuais perdas do capital natural.

O capital natural é visto aqui em seu aspecto global, não importando as particularidades dos processos em cada ecossistema, nem a especificidade, por exemplo, dos seres envolvidos¹³.

Esta preocupação global do Banco Mundial na manutenção do Sistema - leia-se dos atuais padrões de acumulação-, aumentando sua eficácia, diminuindo eventuais perdas do capital natural, reflete no seu "modus operandi" atual. Os condicionamentos a empréstimos estão sempre relacionados à execução de políticas ambientais, sejam de governos ou de agências específicas¹⁴.

Como se vê, a proposta de desenvolvimento sustentável do BIRD é fundamentalmente integrada à manutenção do atual processo de acumulação. Para o Banco, "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que perdura"¹⁵.

13 Dentro dessa ótica, o desaparecimento de ecossistemas localizados, menores, ou mesmo de espécies animais ou vegetais não altera de modo significativo o capital natural global.

14 Um exemplo recente (1992), foi o caso dos empréstimos à CESP estarem vinculados à existência de um Departamento de Meio Ambiente.

15 Pág. 36, do Relatório do Bird/Banco Mundial já citado.

Decorre dessa visão a implementação de políticas desenvolvimentistas que ajudam a proteger o meio ambiente sob esse aspecto. Do ponto de vista do Banco, há dois tipos de políticas de desenvolvimento:

- a) As políticas de desenvolvimento que incluem medidas que exigem investimentos, como melhorar a instrução feminina, o abastecimento de água e conservação do solo;
- b) As que permitem ganhar dos dois lados, pois aumentam a eficiência econômica e reduzem os danos ambientais, sem custo financeiro líquido para os governos. Dentre estas especifica as seguintes:
 - eliminação de subsídios a insumos energéticos, pesticidas, fertilizantes e água para irrigação;
 - eliminação de subsídios à extração madeireira e atividades agro-pecuárias;
 - definição dos direitos dos agricultores à terra;
 - impostos sobre congestionamentos das vias urbanas.

Desse modo, a política do Banco é bastante pragmática e realista no que diz respeito à manutenção do padrão de acumulação global, defendendo medidas que prejudicam determinados setores do capital para manter o Sistema global em funcionamento. Desse modo é possível, concordando-se com a análise proposta por Viola, termos, num mesmo País, como o Brasil, setores empresariais em campos opostos no que diz respeito à forma que deve assumir o desenvolvimento.

5. OS AGENTES SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Viola(1992:69) tenta enquadrar as diversas posições acerca do desenvolvimento sustentável em três correntes: estatista, comunitária e de mercado.

Para a posição estatista, é o Estado que deve ser o *locus* privilegiado de um novo desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. Esta posição priorizaria o critério da equidade relativamente ao da eficiência.

A posição comunitária considera a comunidade como o *locus* privilegiado de uma alocação social e ambientalmente sustentável. Esta posição somente valoriza o critério da equidade.

Para a terceira, é o mercado que deve ser o *locus* privilegiado de um novo desenvolvimento ambientalmente sustentável. Esta posição prioriza o critério da eficiência com relação ao da equidade.

O interessante da divisão proposta por Viola é que, em trechos anteriores do texto, no enfoque que privilegia o movimento histórico do ambientalismo, ele afirma que o movimento social, ligado ao movimento ambientalista, atravessa "os diversos setores da estrutura social, de um lado empresários, cientistas e organizações não-governamentais que operam na lógica convencional, de outro empresários, cientistas e ONGs que se orientam para a sustentabilidade".

Visto sob esse ângulo, está estabelecida uma contradição entre os que "operam na lógica convencional" e os que "se orientam pela sustentabilidade". Ocorre que estes apontam três posições oriundas

da estrutura social, que apresentam convergências e também contradições.

Como operariam estes agentes na arena política? Haveriam, provavelmente, aqueles com interesses ambientalmente contraditórios mas que pertenceriam ao mesmo grupo social (o caso dos empresários que operam na lógica convencional *versus* os que se orientam pela sustentabilidade) e outros com interesses convergentes, mas que pertencem a grupos sociais distintos (empresários e setores comunitários que operam na lógica da sustentabilidade). É uma discussão que pode muito bem ser aprofundada e que remete à discussão do final de século sobre a predominância da luta de classes, no leque de contradições existente na sociedade capitalista.

6. PAPEL DO ESTADO

Uma vez estabelecido que a política ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, é um instrumento de planejamento importante e fundamental, que deve ser parte integrante de outras áreas de atendimento do governo, torna-se necessário discutir o papel do Estado.

Do modo como está sendo colocada a política ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável, fortalece-se o papel do Estado, na medida em que torna-se cada vez mais necessária uma instância política para defender o interesse e o bem público consubstanciados na proteção ambiental.

Essa necessidade "de uma vontade política geral, materializada através de mecanismos de poder público, com o objetivo de iniciar

uma grande ação coletiva dirigida a fortalecer a qualidade ambiental a curto prazo e garantir a sobrevivência ecológica a longo prazo" foi discutida por Pádua (1992a:163 e 1992b:5), em artigos onde identifica as teses de Hardin como enfoque adequado para o que hoje se denomina política ambiental.¹⁶ Na sua visão,

"a destruição ambiental afeta a coletividade e o espaço público. Por isso mesmo seu impacto é difuso e não existe muita clareza sobre quem está sendo afetado em particular. Como os homens atuam em geral somente em interesse próprio, a destruição do meio ambiente encontra poucos agentes privados interessados em combatê-la. As exceções seriam: a) aqueles poucos indivíduos que desenvolvem uma consciência pública; b) aqueles que estejam pessoal e explicitamente afetados por um problema ambiental; e c) os agentes de um poder público expressamente encarregados da defesa ambiental" (Pádua, 1992a:160)

Essa conclusão neo-hobbesiana de que a crise ecológica, reinstala a necessidade de um leviatã para impedir que os agentes privados destruam o espaço público, fortalece o papel do Estado como realizador da vontade coletiva.

Pádua, no entanto, tem o cuidado de não isolar a execução da política ambiental exclusivamente no âmbito do Estado, ao afirmar que

"Uma política de meio ambiente ideal, portanto, seria aquela que conseguisse envolver um conjunto amplo de setores sociais atuando em defesa da sobrevivência e da qualidade de vida e expressando-se através de de uma complexa gama de canais de participação. Os mecanismos do Estado, contudo, não deveriam ser colocados à margem desse movimento, pois faz parte da democracia forçar os órgãos que controlam os recursos públicos a dar respostas de acordo com as aspirações da sociedade" (Pádua, 1992a:161)

16 Ferreira (1992) cita Hardin à página 57 com a mesma intenção de demonstrar a necessidade reguladora do Estado.

Na verdade, em qualquer política ambiental é muito difícil se colocar o Estado à margem, exatamente por sua característica de guardião dos interesses coletivos.

Um outro aspecto a ser considerado é que, no período atual, o Estado atravessa metamorfoses importantes que, ao mesmo tempo em que são profundas, se caracterizam também pela incerteza. Desse modo, seria imprudente supor que as tarefas determinantes da implementação de uma política de meio ambiente caberiam inteiramente ao Estado (Soromenho-Marques, 1993).

Por outro lado, embora seja cada vez mais relevante a participação da sociedade civil na formulação das políticas ambientais, não podemos cair no outro extremo, que seria considerar irrelevante o papel do Estado na formulação de políticas de meio ambiente.

A introdução de outros atores sociais na formulação de políticas ambientais deve ser acentuada na medida em que cresce a conscientização da necessidade de uma melhor qualidade de vida. Esse aspecto da extensão da cidadania foi por nós analisada em recente trabalho¹⁷.

A necessidade do Estado pode ficar mais clara na medida que se identificam os conflitos possíveis e a reação dos atores envolvidos.

Um exemplo, do ponto de vista de reação dos setores privados é dado por Stern (1993:143):

"a maioria dos problemas ambientais, tanto domésticos como globais, exige substanciais mudanças naquilo que as empresas produzem e

17 Dias, R. (1995). A questão ambiental e o exercício da cidadania: O movimento contra a usina termoeletrica em Mogi Guaçu. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

como produzem. Uma vez que estas mudanças aumentam os custos, os negócios provavelmente irão opor-se às mesmas e será improvável que elas aconteçam".

Para a implementação de políticas ambientais recomenda Stern que deva-se diminuir a resistência empresarial, através de :

- a) Introdução de novas tecnologias que possibilitem que as empresas se comportem de uma maneira que seja ambientalmente benigna sem aumentar seus custos;
- b) Desenvolvimento pelos consumidores de uma consciência "verde", que abra novos mercados;
- c) Oferta de subsídios por parte do governo.

Resume ele sua argumentação, afirmando que:

"as políticas ambientais terão a probabilidade de ser mais efetivamente implementadas à medida que investidores e administradores de algumas indústrias e empresas acreditarem que podem beneficiar-se financeiramente"(Stern, 1993:143)

Embora o autor não o afirme, fica patente o papel a ser desempenhado pelo Estado na intermediação de setores organizados da sociedade civil e os setores empresariais que resistem da forma que foi exposta acima. Essa instância reguladora é necessária para se encontrar um denominador comum de qual medida deva ser implementada para a execução da política ambiental.

7. CONCLUSÃO

O fortalecimento e consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista planetário, com políticas de desenvolvimento definidas globalmente, não diminui o papel das políticas nacionais.

Ao contrário, a execução das políticas definidas globalmente se dá ao nível nacional, tornando-se desse modo fundamental o acompanhamento cada vez maior, por parte das agências internacionais (Bird e Bid), das políticas ambientais seguidas pelos Estados, tanto as setoriais como as integradas numa ação de desenvolvimento sustentável.

De outro modo, pode ocorrer que uma ação política ambiental em desacordo com uma estratégia global pré-definida de desenvolvimento possa redirecionar, e mesmo tornar necessário, o redimensionamento do processo iniciado.

Em decorrência, a ação política global, visando o desenvolvimento sustentável, toma proporções cada vez maiores de tentativas de controle, que é exercido na sua maior parte através de condicionantes econômicos.

Nesse caso, cabe aos agentes ambientalmente ativos envolvidos (organizações tanto governamentais como as não-governamentais) obterem clareza cada vez maior de que as políticas ambientais podem tomar vários aspectos, e que, no limite, podem ser resumidas em duas principais: num extremo a política ambiental setorializada, isolada dentro de uma perspectiva meramente preservacionista e protecionista; e, no outro extremo, uma outra política ambiental, compreendida como uma política inserida dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, que busca reintroduzir o homem

como elemento importante dos processos naturais e redefinir o seu papel no relacionamento com a natureza.

Devemos entender que essas duas políticas se complementam, pois é fundamental, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento ambientalmente aceitável, o permanente monitoramento dos ecossistemas, o que só será possível havendo uma política preservacionista e conservacionista perfeitamente estabelecida. O que muitos governos fazem é confundir propositalmente os dois aspectos da questão, procurando maquiar uma política de desenvolvimento predatória e injusta do ponto de vista sócio-ambiental.

No contexto global, onde se processam as ações políticas que objetivam uma estratégia de desenvolvimento sustentável, aos órgãos ou organizações públicas ou privadas envolvidas com as questões ambientais cabe um papel cada vez maior de acompanhamento das ações dos governos e agências internacionais, pois é importante que se identifique as iniciativas que, travestidas de nobres ideais de defesa do meio ambiente, nada mais são que ações que objetivam a manutenção da hegemonia de determinados Estados no cenário internacional e a manutenção de um padrão de acumulação capitalista global que se mostra inviável a médio prazo e catastrófico para o futuro da humanidade.

8. BIBLIOGRAFIA

- Almeida Jr. José Maria G. (1993)- *Desenvolvimento Sustentável: A universidade e a ética do planeta harmônico e da cidadania plena*. Educação Brasileira, 15(31):37-55.

- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO/BANCO MUNDIAL(1992).*Relatório sobre o desenvolvimento Mundial:Desenvolvimento e Meio Ambiente*.Rio de Janeiro.Fund.Getúlio Vargas.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CMMAD(1991)*Nosso Futuro Comum*,2a.Ed. Rio de Janeiro.Fund.Getúlio Vargas.
- Dias,Reinaldo(1995).*A questão ambiental e o exercício da cidadania:o movimento contra a usina termoelétrica em Mogi Guaçu*. Dissertação de Mestrado.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.
- Ferreira, Leila da C.(1992).*Estado e Ecologia:Novos dilemas e desafios(A Política ambiental no Estado de São Paulo)*.Campinas. Tese de doutorado.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp,mimeo.
- Guimarães,Roberto(1992).El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluacion impresionista de Rio-92.*Nueva sociedad*. Caracas,122:86-103.
- Herculano, Selene Carvalho(1992).Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz.*Ecologia, Ciência e Política*.Icoord. Miriam Goldemberg.Rio de Janeiro.Revan.
- MacNeill, Jim;Winsemius,Pieter &Yakushiji.(1992)*Para além da Interdependência:A relação entre a economia mundial e a ecologia da Terra*.Trad.Alvaro Cabral.Rio de Janeiro,Jorge Zahar Editora.
- Pádua, José A.(1992a)-Espacio público, intereses privados y política ambiental.*Nueva Sociedad*.Caracas,122:156-163.
- _____ (1992b).Espaço público, interesses privados e política ambiental.*Ambiente e Sociedade:possibilidades e perspectivas de pesquisas*.Campinas.NEPAM.Unicamp.
- Soromenho-Marques,Viriato(1993).O problema da decisão em política de Ambiente.*Revista Crítica de Ciências Sociais*.No.36 Coimbra/C.E.S.

Stern, Paul C.; Young, Oran R. & Druckman, Daniel.(1993) *Mudanças e agressões ao meio ambiente*. Trad. José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo. Makron Books.

Vilarinho, Carlyle R.O.(1992). O Brasil e o Banco Mundial diante da questão ambiental. *Perspectivas*. São Paulo, 15:37-57.

Viola, Eduardo(1992). O movimento ambientalista no Brasil(1971-1986) da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. *Ecologia, Ciência e Política*. /coord. Miriam Goldemberg. Rio de Janeiro. Revan.

NOTAS SOBRE O CICLO E A POLÍTICA ECONÔMICA NO PENSAMENTO PÓS-KEYNESIANO

Marcelo Dias Carcanholo ¹

1. CICLO ECONÔMICO

A tradição keynesiana do pós-guerra se caracterizou por uma crença total no papel ativo que a política econômica tinha em contrarrestar os efeitos do ciclo econômico. Apesar da notória diferença entre Keynes e keynesianos, não é forçado afirmar que o primeiro também acreditava no poder reformador da política econômica, dadas as conseqüências de sua formulação teórica.

Para que se acredite no papel da política econômica, atuando sobre os efeitos cíclicos, é preciso ter uma noção do que é ciclo econômico. Keynes sabia disso e procurou, no capítulo 22 de sua *Teoria Geral*, uma noção de ciclo que lhe permitisse construir uma base para seu receituário de política econômica.

1.1- Ciclo em Keynes

Keynes iniciou o capítulo 22 da *Teoria Geral*, intitulado *Notas sobre o ciclo econômico*, afirmando que se sua teoria tinha sido capaz de explicar a determinação do volume de emprego e atividade em qualquer momento, então ela seria capaz de explicar o ciclo dessa mesma atividade.

¹ Professor substituto da Faculdade de Economia da UFF.

Nesse sentido, o ciclo está ligado à instabilidade do sistema, isto é, às perturbações de um certo nível da atividade produtiva tida como potencial. Ora, na teoria keynesiana, a variável chave para entender o caráter instável do sistema é a variável investimento. Assim, a instabilidade do investimento, provocada pelas flutuações na eficiência marginal do capital, é a responsável pela instabilidade do sistema, pelo ciclo econômico. Isto não quer dizer que o ciclo não seja influenciado por outras variáveis; diz apenas que sua explicação última está ligada às flutuações da eficiência marginal do capital. Podemos então começar por definir o ciclo como uma perturbação na atividade produtiva ocasionada pela variação cíclica na eficiência marginal do capital, complicada e agravada por alterações em outras variáveis.

A análise precedente nos conduz à observação do comportamento da eficiência marginal do capital. Como Keynes mostrou em outros capítulos, ela depende de três fatores: disponibilidade de bens de capital; custo corrente da produção dos bens de capital; e expectativas correntes relativas ao futuro dos rendimentos proporcionados pelos bens de capital. O investimento é decorrência da comparação destes três fatores e da taxa de juros. Investe-se quando a eficiência marginal do capital for superior à taxa de juros. Neste ponto insere-se uma das contribuições mais importantes de Keynes, ressaltada pelos pós-keynesianos: o conceito de incerteza. Como os acontecimentos futuros são incertos, ou seja, nada *a priori* nos permite afirmar se um acontecimento irá ou não ocorrer, os agentes formulam expectativas em relação a um futuro incerto. O mesmo ocorre com os investidores; suas expectativas correntes relativas ao futuro dos rendimentos de seus investimentos são formuladas sob incerteza. É justamente isto que dá o caráter instável à variável investimento e, portanto, ao sistema. Qualquer explicação

do ciclo em Keynes tem que passar pelo investimento e, conseqüentemente, pela incerteza que domina a decisão de fazê-lo.

Seguindo este caminho, Keynes observa que as últimas etapas da expansão se caracterizam por expectativas otimistas – a economia está no auge – que sobrepõem a abundância crescente dos bens de capital, a alta de seus custos de produção e a alta taxa de juros. Em outras palavras, as expectativas de rendimentos futuros são tão otimistas que sobrepõem algumas variáveis que tenderiam a fazer a eficiência marginal do capital diminuir. Estas outras variáveis também são conseqüência do próprio comportamento do ciclo. A abundância crescente de bens de capital ocorre porque existe um incentivo para a produção destes ativos; sua demanda está em ascensão². Os custos de produção desses mesmos ativos tendem a subir justamente porque a demanda está em ascensão e a oferta leva algum tempo para satisfazer a nova procura. Por último, a taxa de juros se eleva porque a demanda por moeda, em seus mais variados motivos³, também cresce.

Se estamos no auge econômico, por que uma crise estoura de repente? O que explica este ponto de inflexão no ciclo? Keynes não é muito rigoroso nas respostas a estas perguntas⁴. Ele se limita a

2 O incentivo para a produção de bens de capital durante o crescimento econômico será tratado no próximo ponto.

3 A rigor, os motivos responsáveis pelo aumento de demanda por moeda são o transacional, o especulativo e o *finance*. Como se está no auge econômico, demanda-se moeda para os mais variados fins, desde uma mera forma de saldar transações até como forma de créditos para continuar produzindo, ou mesmo para especular.

4 Trataremos deste ponto mais adiante, quando acompanharmos a discussão a respeito de se a teoria de Keynes é uma teoria do ciclo ou uma teoria sobre flutuações.

dizer que a crise ocorre porque aparece uma reversão nas expectativas antes otimistas. Isto leva a uma queda da eficiência marginal do capital; fato agravado por uma pressão já exercida, na época do auge, pelas outras variáveis que determinam a eficiência marginal do capital (abundância de bens de capital e custo crescente de sua produção), e pela alta taxa de juros. Essa desilusão, gerada por desconfianças quanto ao rendimento futuro, pode ser sinalizada pelo fato de que o rendimento atual já poderia estar fornecendo indícios de baixa, ou então porque se espera que os custos correntes de produção sejam mais elevados do que poderão vir a ser no futuro, o que desincentiva a produção de bens de capital, ou o investimento.

Essa crise leva algum tempo para se propagar. Os efeitos cumulativos da crise, que agravam a situação e tendem a tornar o fenômeno generalizado, são provocados pela própria queda na eficiência marginal do capital. Esta última tende a diminuir a propensão a consumir da sociedade, uma vez que os preços dos títulos também tendem a cair⁵. A crise também aumenta a incerteza no sistema, o que faz com que aumente a preferência pela liquidez, o que contribui para a alta da taxa de juros.

Essa crise não é eterna. A retomada econômica é explicada por Keynes através da deterioração e obsolescência dos bens de capital. A crise provoca desgaste e obsolescência dos bens de capital, levando à diminuição da abundância destes ativos. Em outros termos, a crise redefine a disponibilidade de capital, o que eleva as expectativas de rendimentos futuros e, conseqüentemente, a própria eficiência marginal do capital. Isto leva a uma retomada dos

5 Algo parecido com um efeito-riqueza negativo.

investimentos, o que explica uma nova fase de crescimento econômico. O multiplicador se encarrega de propagar os efeitos da retomada⁶.

1.2- Decisões de investimento e ciclo

Se é a variável investimento que explica a instabilidade do sistema econômico, deve-se estudar a decisão que leva ao investimento. Como visto a princípio, a decisão de investimento é tomada quando a eficiência marginal do capital é superior à taxa de juros, isto é, quando as expectativas de retornos futuros são maiores do que os custos de implementação do investimento. No entanto, isto é insuficiente para entender a tomada de decisão em momentos específicos do ciclo. Precisamos elaborar um pouco melhor esta questão.

As decisões de investimento se diferenciam das outras por serem autônomas; elas não estão presas aos acontecimentos rotineiros da vida econômica. Por isso, elas não dizem respeito às expectativas de curto prazo⁷. As decisões de investimento são referentes a um horizonte mais longo⁸.

O processo de decisão no ciclo pode ser entendido através do modelo de escolha de ativos sob incerteza, elaborado por Keynes⁹. Segundo ele, os ativos possuem alguns atributos:

6 O mecanismo do multiplicador tem um efeito propagador tanto na fase de crescimento quanto de queda da atividade produtiva. Mais tarde, autores keynesianos enfatizaram o papel propagador do mecanismo/accelerador.

7 A diferenciação entre expectativas de curto e longo prazo será feita mais adiante.

8 Justamente por isso, elas estão presas à incerteza. Andrade (1987).

9 Isto é tratado por Keynes no capítulo 17 da Teoria Geral. Um bom tratamento sobre o tema também é dado em Chick, Victoria (1993) capítulo 17, Carvalho, F. Cardim de (1992) capítulo 5, e em Hansen, Alvin (1988) capítulo VIII.

(I) Taxa de rendimentos esperados (fluxos de renda) = q
 $q = Q/PC$; onde Q = fluxo de rendas e PC = preço de mercado

(II) Custo de retenção dos ativos = c
 $c = C/PC$; onde C = custo de retenção

(III) Dedução de iliquidez = r
 $r = r$; onde r é uma proporção do ativo que mede a dificuldade de disposição na mudança de portfolio, é um risco de liquidez

(IV) Taxa de valorização esperada do ativo no final do período = a
 $a = (PE - PC)/PC$; onde PE = preço esperado

Desta forma, os retornos totais esperados ou a taxa própria de juros do ativo será:

$$(1) i = a + q - c - r^{10}$$

Suponhamos uma situação de estoques fixos dos diversos ativos e o estado de expectativas de longo prazo fixo. Isto é, suponhamos que estejamos em equilíbrio. Em relação aos bens de capital¹¹, a situação de equilíbrio é:

$$(2) ak + qk - ck - rk = 0,$$

10 Na verdade, Keynes tratou o terceiro atributo como sendo um prêmio pela liquidez do ativo (I), que entraria com sinal positivo na fórmula da taxa própria de juros. A denominação de um risco de liquidez $r = -1$ foi feita por Kaldor, a fim de criar uma escala de liquidez. Preferimos adotar a nomenclatura do risco de liquidez, que entra com sinal negativo na fórmula. Para um melhor tratamento desta discussão ver Carvalho, F. Cardim de (1992) pp. 81-90.

11 É o ativo que interessa para o investimento.

ou seja, a taxa de retorno do capital é igual a seus riscos.

Na fase de retomada/crescimento no ciclo, as expectativas em relação aos rendimentos futuros são otimistas. Cria-se um novo estado de expectativas e, portanto, os agentes terão que recompor suas carteiras. Com expectativas otimistas, teremos:

$$(3) ak + q'k - ck > rk ; \text{ já que } q'k > qk^{12}$$

Isto quer dizer que a taxa de retorno do capital supera seus riscos, o que eleva a demanda por bens de capital e incentiva o investimento. Em termos mais rigorosos, não é apenas o atributo q que se eleva. O novo estado de expectativas mais otimistas também eleva o preço esperado (PE) do ativo, o que também faz com que o atributo aumente a demanda por bens de capital¹³.

Da mesma forma, podemos pensar para a fase de crise. Nesta, as expectativas quanto ao futuro são revertidas e tem-se um estado de desilusão, pelos motivos já mencionados. Isto faz com que o fluxo de rendas esperados (Q) caia, criando a seguinte situação:

$$(4) ak + q''k - ck < rk ; q''k < qk^{14},$$

os riscos do capital superam a taxa de retorno, o que tende a diminuir a demanda pelo ativo e, portanto, a reduzir os investimentos¹⁵.

12 $q'k > qk$ porque $Q' > Q$.

13 Em termos formais, com o novo estado de expectativas, temos: $a'k > ak$, o que só reforçaria o argumento de que a taxa de retorno supera os riscos dos ativos durante a fase de crescimento/auge.

14 Agora temos $Q'' < Q$, logo $q'' < q$.

15 Da mesma forma que antes, a alteração das expectativas também altera o quarto atributo, e teríamos: $a''k < ak$, o que reforça o argumento do desincentivo ao investimento.

O mesmo processo pode ser visto através das características da formação de preços. Para Keynes¹⁶, mercados organizados possuem dois tipos de preços. O primeiro se refere à entrega imediata, podendo ser definido como preço *spot* ou preço à vista. O segundo está ligado à entrega futura, definido como preço *forward* ou preço futuro. A partir daí, podemos definir duas situações diferentes. Quando o preço à vista for maior que o preço futuro, temos uma situação de *backwardation*. É fácil perceber que esta situação se dá na fase de retomada/crescimento do ciclo. A situação onde o preço à vista é maior que o preço futuro é favorável para a produção do ativo; no caso dos bens de capital, a situação de *backwardation* é um incentivo ao investimento. Por outro lado, quando o preço à vista for menor que o preço futuro, define-se a situação de *contango*. Obviamente, aqui não há o incentivo para a produção do ativo, uma vez que é vantajoso deixar para produzi-lo mais tarde. Isto está ligado à fase da crise no ciclo, onde não há estímulo para a produção dos bens de capital, isto é, para o investimento.

Desta forma, a tomada de decisão de investir, em Keynes, está ligada ao estado de expectativas a respeito de acontecimentos futuros, como estamos tentando argumentar desde o início. Além disso, este estado de expectativas assume determinados comportamentos em determinadas fases do ciclo, como mostramos. Assim, a tomada de decisão de investir está ligada aos momentos específicos do ciclo em que a economia se encontra.

16 Keynes, J.M. (1971).

1.3 - Financiamento do investimento e ciclo

Uma vez tomada a decisão de investimento é preciso implementá-lo. Para isto é preciso entender a forma de financiamento deste investimento.

A teoria econômica tradicional assume que um investimento só pode ser implementado se existir um nível de poupança prévia. Isto quer dizer que, para que ocorra o investimento, é necessário que exista uma igualdade de poupança e o nível de investimentos *ex-ante*. Em Keynes a idéia é diferente; o que precede o investimento não é a poupança, mas sim uma estrutura financeira que permita trocar a situação de liquidez dos bancos por uma posição de empréstimo, definindo o crédito.

Este financiamento do investimento é feito em duas etapas. Em primeiro lugar, os empresários vão aos bancos para obter um crédito de curto prazo, a fim de implementar os seus projetos de investimento. A esta etapa dá-se o nome de *Finance*. Esta etapa não necessita de poupança prévia¹⁷, já que os bancos têm a capacidade de criar moeda. A segunda etapa é a do *Funding*, onde os créditos de curto prazo se transformam em empréstimos de longo prazo, cuja amortização é compatível com o investimento que se faz. Aqui torna-se importante a poupança¹⁸, que funciona para amortizar o empréstimo.

Como se dá o financiamento do investimento nas diversas fases do ciclo? Para responder a esta questão devemos definir os tipos de posturas financeiras¹⁹. A primeira é a postura *Hedge*, que se define

17 Pelo menos não no mesmo montante dos investimentos.

18 Algo similar ao princípio do risco crescente de Kalecki.

19 Minsky, Hyman P. (1992) e Mollo, Maria de L.R. (1988).

quando o fluxo de receitas do investimento é superior às obrigações de pagamento. Em outras palavras, a postura *Hedge* está ligada ao autofinanciamento da amortização do empréstimo. A segunda postura, a especulativa, se dá quando o fluxo de receitas esperado é superior ao total de pagamentos das dívidas, mas as obrigações dos primeiros períodos são superiores aos fluxos de receitas dos mesmos. A postura Ponzi, por sua vez, é uma postura especulativa, onde os fluxos de receitas dos primeiros períodos são inferiores ao pagamento dos juros das dívidas, o que implica em endividamento crescente. Em resumo, pode-se dizer que a postura especulativa está ligada à "rolagem" do principal da dívida, enquanto que a postura Ponzi se relaciona com a "rolagem" do principal e do serviço da dívida.

Como se percebe, a postura *Hedge* é um indicador de estabilidade financeira da economia, enquanto as outras duas denotam uma economia mais suscetível a instabilidades. Justamente por isso, a postura *Hedge*, que não depende do *Finance*²⁰, predomina na saída da recessão, já que a eficiência marginal do capital é alta e a preferência pela liquidez dos bancos também é muito alta. A postura especulativa predomina na fase posterior a retomada, onde existe um aumento da confiança na economia. Isto faz com que projetos mais arriscados sejam aceitos para financiamento. O excesso de confiança, característica do auge do ciclo, se relaciona com a postura Ponzi, onde os projetos de alto risco também começam a ser financiados.

A predominância das posturas financeiras em determinadas fases do ciclo não quer dizer que todas as empresas estejam nesta postura

20 Pois se trata de autofinanciamento do investimento.

naquela fase. A estrutura financeira das empresas é muito diferenciada, o que faz com que seja normal a existência de empresas com posturas financeiras que não sejam as predominantes naquele momento do ciclo. O importante é que a economia como um todo está mais ou menos suscetível a instabilidades devido à predominância desta ou daquela postura financeira.

Com o estudo da variável chave para entender a instabilidade do sistema, o investimento²¹, da maneira como se toma a decisão de investir, e da forma como se financia esta decisão, podemos dizer que temos uma boa noção do pensamento keynesiano²² sobre o ciclo.

Vale salientar que, dentro da tradição pós-keynesiana, existe um debate muito forte acerca da questão de se a teoria de Keynes é apropriada ou não para uma explicação do ciclo. Esta questão é tratada no próximo ponto.

2. KEYNES: CICLO OU FLUTUAÇÃO

2.1- Uma teoria do ciclo em Keynes

Se vamos discutir a adequação ou não da teoria de Keynes dentro de uma tradição do ciclo, devemos, primeiro, definir o que caracteriza uma teoria do ciclo.

21 Não esquecendo que é a eficiência marginal do capital, que depende de expectativas correntes sobre um futuro incerto, que lhe dá este caráter instável.

22 Podemos dizer que também é a noção do pensamento pós-keynesiano, na medida em que este procura resgatar as principais contribuições de Keynes, perdidas no emaranhado teórico profetizado pela síntese neoclássica.

Uma teoria do ciclo deve explicar duas coisas. Inicialmente, ela deve fornecer uma explicação dos pontos de inflexão, isto é, do ponto de ruptura que leva à crise e do ponto de retomada do crescimento econômico. Em segundo lugar, a teoria deve mostrar como se dá o processo cumulativo que propaga os efeitos das duas inflexões, tornando-os atuantes durante um certo período. Brevemente, uma teoria para se enquadrar na tradição do ciclo deve explicar os pontos de inflexão e mostrar porque a economia leva algum tempo para chegar ao outro ponto de inflexão, isto é, porque a crise leva algum tempo até chegar à depressão e porque a passagem desta para a retomada também leva tempo.

Não bastasse isto, há uma outra exigência²³ para uma teoria do ciclo. O fornecimento de uma explicação para os pontos de inflexão é uma condição necessária mas não suficiente. Além disso, é preciso que o ponto de inflexão seja uma consequência necessária dos efeitos provocados pela inflexão imediatamente anterior. Mais claramente, podemos exemplificar dizendo que a retomada deve ser explicada através dos efeitos provocados pela crise, e esta última deve ser consequência dos efeitos do crescimento econômico induzido pela retomada. Esta exigência metodológica é que define a existência do ciclo como algo regular e necessário²⁴.

Pode parecer que estamos exigindo muito de uma teoria para enquadrá-la na tradição do ciclo. Mas, esta exigência não é feita por nós, e sim pela própria complexidade do fenômeno. A lógica do

23 É preciso que fique claro que estas exigências são de ordem metodológica. Uma teoria do ciclo deve ser internamente consistente, já que trata de um fenômeno especial, com uma lógica própria. Mais adiante, precisaremos esta especialidade.

24 Utilizando uma terminologia mais tradicional, pode-se afirmar que uma teoria, para estar dentro da tradição do ciclo, deve fornecer explicações endógenas aos pontos de inflexão.

movimento do ciclo é muito mais do que a simples adição das lógicas parciais dos instantes particulares do mesmo. Em outras palavras, o longo prazo é muito diferente do somatório de curtos prazos. Isto ocorre porque o ciclo tem uma lógica interna própria que é irreduzível e, mais ainda, incompreensível através da atomização²⁵. Quando a teoria cumpre este tipo de exigências, ela recebe o nome de teoria dinâmica, em contraposição à teoria estática que só consegue tratar do curto prazo e, quando trata do longo prazo, o faz como sendo o produto de vários momentos de curto prazo.

Dada esta introdução metodológica, devemos observar como a teoria keynesiana pode ser tratada neste contexto. Inicialmente, o modelo de Keynes inicia por definir o ponto de demanda efetiva como o ponto onde oferta e demanda agregadas são iguais. No entanto, a definição que ele faz de oferta e demanda não é a convencional. Oferta é definida por Keynes como sendo o produto esperado que é suficiente para que os empresários considerem lucrativo oferecer aquele produto, com determinado nível de emprego. A demanda, por sua vez, é definida como sendo o produto que os empresários esperam receber, dado um nível de emprego. Assim, o ponto de demanda efetiva é definido acima de duas variáveis que são esperadas; oferta e demanda não "cruzadas" no mercado. O ponto de demanda efetiva é definido ex-ante. Embora possa parecer estranho, isto é coerente com a proposta de Keynes de explicar a determinação do emprego efetivo dos recursos disponíveis no curto prazo, uma vez que os

25 Em termos metodológicos, o longo prazo é diferente do somatório de curtos prazos porque a racionalidade macroeconômica é distinta do conjunto de racionalidades microeconômicas dos agentes. Assim, o que é racional para um determinado agente, pode ser que, no agregado, quando todos os agentes fizerem o mesmo, a consequência não seja algo "racional" ou desejável.

empresários decidem o quanto empregar e produzir de acordo com o que esperam vender.

Desta forma, não existe realização²⁶ no conceito de demanda efetiva. A *Teoria Geral* possui uma hipótese implícita de que as expectativas de curto prazo, relativas à realização da produção, sempre se confirmam²⁷. O inovador em Keynes é que a instabilidade do capitalismo não é proveniente de falhas de realização, mas é fruto da incerteza que está presente nas decisões cruciais de investimento.

Podemos dizer, então, que a teoria keynesiana de determinação do emprego é estática²⁸, porque trata de fenômenos de curto prazo. Possas²⁹ defende a idéia de que é possível incluir a teoria de Keynes em uma teoria dinâmica por ser uma teoria do entendimento temporal, já que trata as expectativas frente ao futuro como variáveis cruciais para o sistema. Como vimos acima, isto é insuficiente para tornar a teoria keynesiana dinâmica, pois, para tanto, além do entendimento temporal, ela deveria incluir explicações endógenas do movimento, isto é, deveria explicar porque o fenômeno de longo prazo é diferente do somatório dos curtos prazos.

Resumindo, a teoria keynesiana não é dinâmica e, portanto, não pode entender o ciclo, embora perceba as instabilidades da economia.

26 Não existe mercado; ou, pelo menos, não existe a confrontação das tabelas de oferta e procura, como é a idéia da "tesoura" marshalliana.

27 Se não se confirmam, pelo menos são mais fáceis de serem revistas do que expectativas de longo prazo.

28 O que é coerente com sua proposta, como vimos acima.

29 Possas (1986).

2.2- A teoria keynesiana das flutuações

O fato da teoria keynesiana ser estática³⁰ não lhe permite explicar o ciclo. Para que a teoria keynesiana explicasse o ciclo ela deveria mostrar que a eficiência marginal do capital apresenta movimentos cíclicos, o que ela não faz³¹. Em sua teoria, Keynes mostra o gasto inicial, o de investimento, como sendo autônomo. O impulso de expansão tende a esgotar-se, cabendo ao multiplicador a explicação da passagem de um nível de emprego para outro. Pode-se afirmar que a teoria keynesiana explica apenas um aspecto daqueles dois enunciados acima: o processo cumulativo. Uma vez na fase de retomada, o multiplicador se encarrega de passar os efeitos de um setor para o outro, de forma que o processo se generalize. Da mesma forma, na fase de crise, o multiplicador atua no sentido inverso, generalizando os efeitos da crise³². Em termos resumidos, a teoria de Keynes trata da instabilidade e de flutuações e não do ciclo.

Em trabalhos anteriores à *Teoria Geral*, Keynes podia ser enquadrado na tradição do ciclo³³. Ele quebrou com esta tradição quando formulou, na *Teoria Geral*, que erros de expectativas são impossíveis de serem definidos. Ora se o futuro é incerto, como se pode saber que expectativas foram formuladas incorretamente? As expectativas são formuladas utilizando todos os recursos disponíveis³⁴, mas não

30 Exatamente por ser de curto prazo é que ela é estática. Até pode ser que se trate, em alguns momentos, do longo prazo mas não com a exigência metodológica mostrada acima.

31 Para um melhor tratamento deste ponto, ver Castro (1986).

32 Trabalhos de inspiração keynesiana ampliaram, posteriormente, a explicação do processo cumulativo através do mecanismo multiplicador/acelerador. Como exemplo, pode-se ver Robinson (1987), pág. 254-261.

33 A este respeito é fundamental a resenha de Carvalho (1988).

34 Para ele, os agentes são racionais.

dão conta da previsão de algo que por definição é incerto. Não é que os agentes estejam fadados ao erro; apenas que eles não têm como saber de antemão se acertarão ou não.

Neste contexto, Keynes definiu dois tipos de expectativas. As primeiras são as de curto prazo e, portanto, estão ligadas à rotina econômica. São basicamente expectativas referentes à decisão de produzir. Pressupõe-se que elas estão sempre corretas, ou pelo menos que são mais facilmente revistas. Por outro lado, existem as expectativas de longo prazo, que estão ligadas à incerteza. Logo, aqui, o famoso "*animal spirits*" keynesiano é tão importante quanto a expectativa para a tomada da decisão. Esta decisão é crucial e, como já adiantamos, trata-se da decisão de investimento. Logo, nada na teoria de Keynes depende de expectativas de longo prazo equivocadas por definição. Isto permite distinguir expectativas endógenas (as de curto prazo, que dependem da rotina) de expectativas exógenas (as de longo prazo, que se referem a algo incerto). Então, um modelo de "ciclo", com investimento determinado endógenamente³⁵, é incompatível com a teoria de Keynes. Ou seja, Keynes não tem uma teoria do ciclo, e nem poderia tê-la porque isto seria contraditório com suas próprias proposições.

Podemos definir o modelo de Keynes como sendo um modelo de propagação. Dada uma variação exógena do investimento, o efeito multiplicador se encarrega de repassar isto para o nível de renda, explicando o processo cumulativo e, portanto, constituindo uma teoria das flutuações e não uma teoria do ciclo.

Para Carvalho³⁶, os modelos de propagação, apesar de mais fracos em termos de consistência teórica, têm a vantagem de não possuírem

35 Característica que faz parte das exigências mostradas acima.

36 Carvalho (1988).

conotações mecanicistas que acompanham o conceito de regularidade da tradição do ciclo. A fuga do mecanicismo é um ponto fundamental no pensamento pós-keynesiano. Isto fica fácil de entender se lembrarmos que os pós-keynesianos procuram resgatar o conceito de economia monetária de produção, presente em Keynes, que opera sob incerteza. Assim, o fato de Keynes tratar de flutuações e não de ciclo ou, nos nossos termos, de possuir uma teoria estática e não dinâmica, não é nenhum demérito³⁷.

3 - CICLO E POLÍTICA ECONÔMICA

Apesar de teorizar sobre flutuações (instabilidade), Keynes propõe um papel ativo para a política econômica. Para ele, esta última comportaria um componente reformador face à característica instável da economia. Curiosamente, sua proposta inicial de política econômica é radicalmente diferente da adotada por seus "seguidores". Para estes, na fase de auge, deve-se aumentar a taxa de juros para desincentivar o investimento, ou a demanda agregada, a fim de evitar um aquecimento exagerado da economia. Keynes³⁸, ao contrário, propunha a diminuição da taxa de juros, o que incentivaria o investimento e possibilitaria o crescimento da oferta para uma demanda sempre crescente, isto é, ele defendia a manutenção de *quase-boom*. Para Keynes, a política adotada por seus "seguidores" seria análoga à cura da doença pelo método de matar o paciente. Em termos econômicos, se a crise é definida pela queda da eficiência marginal do capital, e propõe-se o aumento da

37 Pelo menos para alguns autores do pensamento pós-keynesiano.

38 Ver Keynes (1985) capítulo 22 e Prebisch (1991) parte IV.

taxa de juros, o nível de investimentos tenderá a cair abruptamente, o que tornaria a crise mais aguda.

A fim de entender melhor a política econômica frente às instabilidades, analisaremos cada um de seus instrumentos separadamente.

3.1- Política Fiscal

O ativismo da política fiscal foi, e ainda é, defendido por uma razão muito simples. Supondo que a economia esteja em um momento de crise, isto é a eficiência marginal do capital está caindo, a política monetária poderia atuar reduzindo a taxa de juros na mesma proporção, para manter o nível de investimentos. Ocorre que, a partir de um certo ponto, a taxa de juros não cai mais, devido à também famosa preferência pela liquidez. Assim, a única forma de preencher a lacuna de demanda seria através do aumento dos gastos do governo, ou seja, através de uma política fiscal ativa.

Esta concepção foi hegemônica durante muito tempo. No entanto, ela vem recebendo, nas últimas décadas, críticas muito fortes. Podemos resumir estas críticas no seguinte³⁹: com as inovações e modificações no sistema financeiro ocorre um efeito que se chama de *crowding-out*, isto é, com a endogeneização da oferta de moeda, é como se a demanda pela mesma não dependesse mais da taxa de juros e, assim, uma variação nos gastos do governo elevaria as taxas de juros de tal forma que os investimentos privados diminuiriam no mesmo montante⁴⁰. Assim, a política fiscal é muito mais redistributiva do que expansionista. Isto ficaria mais complicado ainda se observamos um modelo aberto. Neste, um aumento dos gastos

39 Estamos nos baseando, para isto, em Cunningham & Vilasuso (1994-95).

40 Em termos do modelo IS-LM, isto pode ser visualizado com uma curva LM vertical. Assim, uma expansão dos gastos do governo deslocaria a IS, o que provocaria uma alteração apenas na taxa de juros, permanecendo o mesmo nível de renda.

governamentais elevaria as taxas de juros. Se temos perfeita mobilidade do capital⁴¹, ocorreria uma entrada de capitais, o que, com uma taxa de câmbio flexível, levaria a uma apreciação da moeda nacional. Isto, por sua vez, diminuiria as exportações e aumentaria as importações, provocando um efeito *crowding-out* internacional.

Pelo visto, tratam-se de críticas contundentes. No entanto, elas esquecem dois fatores importantes. Em primeiro lugar, um aumento da taxa de juros também tende a diminuir o investimento, o que resulta em queda da demanda agregada e, portanto, diminuição das importações, o que vai em direção contrária ao efeito *crowding-out* internacional. Por outro lado, esquecem também que a restrição orçamentária do governo depende das flutuações econômicas. Assim, em uma recessão, o orçamento tende a cair, e, durante o crescimento econômico, ele tende a aumentar. No fundo, essas críticas se baseiam na igualdade da poupança e do investimento *ex-ante*, o que, como vimos, é uma hipótese que, de saída, não é aceita por Keynes e pelos pós-keynesianos.

Para estes, a política fiscal tem dois papéis: promover a redistribuição de renda e regular a demanda agregada. Este último papel não se define sem restrições. No curto prazo, pode-se incorrer em déficits orçamentários para aumentar a demanda agregada. Já no longo prazo, deve-se resguardar um equilíbrio orçamentário, de forma a manter uma postura financeira estável para o Estado.

Esta política fiscal possui outros limites. Inicialmente, pode-se dizer que ela atua lentamente, ou seja, uma vez tomada a decisão de atuar, leva-se algum tempo até a implementação e, mais ainda, até o surgimento de seus efeitos. Por isso, sua eficácia depende muito mais

41 O que é algo plausível hoje em dia dada a velocidade de transferência dos capitais.

da perícia com que é julgada a oportunidade de sua utilização, dado o caráter imprevisível das expectativas de longo prazo que determinam o investimento. Uma outra limitação se define no fato de que a política fiscal não consegue interferir no caráter incerto das decisões cruciais de longo prazo. Pensar o contrário, seria achar que a política fiscal conseguiria acabar com o caráter instável da economia capitalista, o que não nos parece sensato.

3.2 - Política Monetária

Este instrumento também recebeu várias críticas no mesmo sentido das feitas à política fiscal. Da mesma forma que lá, o manejo da taxa de juros interna está sempre preso à possível⁴² ocorrência do *crowding-out* internacional. As inovações financeiras também levaram à endogeneização da oferta de moeda, o que restringe, por definição, a atuação dos *policy-makers*.

Mais uma vez, as críticas, embora sejam contundentes, podem ser respondidas de forma simples⁴³. A primeira crítica (a do efeito *crowding-out* internacional) não é válida porque o aumento do estoque de moeda, da mesma forma que reduz a taxa de juros, desvaloriza a moeda nacional, o que leva a um aumento das exportações e a um decréscimo das importações. Assim, o setor externo não só não complexifica a política monetária, mas amplifica o seu efeito expansivo.

O papel da política monetária é menor do que o da política fiscal. A primeira deve ser acomodativa, isto é, deve satisfazer a circulação

42 A possibilidade se torna necessária quando o manejo é no sentido de alta da taxa de juros.

43 Como é feito por Eisner (1994-1995).

industrial⁴⁴. Neste sentido, a política monetária deve ser endógena no que se refere à circulação industrial e no que se refere às necessidades de produção da economia. Ela deve, também, prevenir mudanças autônomas na preferência pela liquidez, de forma que as decisões de investimento não sejam modificadas abruptamente, o que pode ter um efeito de propagação de expectativas negativas frente ao futuro.

Assim como a política fiscal, a política monetária também tem limites em sua eficácia. Inicialmente, como pode-se perceber, a outra crítica inicial não foi respondida, e nem pode ser. De fato, se admitimos que o sistema cria moeda⁴⁵, pelo menos uma fração dela, restringe-se à atuação do *policy-maker*. Uma outra limitação diz respeito a própria preferência pela liquidez. A partir de um certo limite, a política monetária é ineficaz para reduzir a taxa de juros, dada a preferência pela liquidez. Por último, assim como a política fiscal, a política monetária não consegue acabar com o caráter incerto do futuro e, portanto, não consegue acabar com as instabilidades da economia.

4. CONCLUSÃO

Com tudo isto que dissemos sobre a política econômica⁴⁶, podemos concluir que ela não é de tão fácil manejo, como se pode imaginar, dadas todas suas limitações. Mas, uma vez que Keynes e os pós-keynesianos entendem as flutuações como instabilidades, e não

44 Por ocasião à circulação financeira.

45 Lembremos da etapa do Finance do financiamento do investimento.

46 A rigor ficou faltando um outro instrumento: a política de rendas. Mas, como esta última está muito mais ligada à minimização dos custos do conflito distributivo, dado um fenômeno inflacionário, preferimos deixar este instrumento de lado.

como algo regular e necessário, eles devem atribuir um papel ativo à política econômica. Este papel está ligado à redução, de certo modo, da incerteza que caracteriza o futuro, de forma que os agentes tomem decisões em um ambiente mais estável. Assim, se a política econômica não consegue acabar com esta incerteza e, portanto, com a instabilidade da economia, pelo menos ela pode fornecer cenários mais confiáveis para que as decisões cruciais sejam tomadas e implementadas. Além disso, a política econômica pode garantir a estrutura financeira necessária para o financiamento destas decisões cruciais de investimento. É este o papel central da política econômica para Keynes e os pós-keynesianos.

5. BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, R. P. de. Expectativas, Incerteza e Instabilidade no Capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes. *Revista de Economia Política*, vol.7, n.2, abril-junho de 1987.
- CARVALHO, F.C. de. Keynes, a Instabilidade do Capitalismo e a Teoria dos Ciclos Econômicos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.18, n.3, dezembro de 1988.
- CARVALHO, F. C.de. *Mr. Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy*. Edward Elgar, Londres, 1992.
- CASTRO, A. B. de. Keynes e a Velha Tradição do Ciclo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.16, n.2, agosto 1986.
- CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes: um reexame da Teoria Geral*. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1993.

- CUNNINGHAM, S. & VILASUSO, J. Is Keynesian Demand Management Still Viable? *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.17, n.2, winter 1994-95.
- EISNER, R. Keynes is not Dead, just Dragged and Dormant. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.17, n.2, winter 1994-95.
- HANSEN, A. *Guía de Keynes*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988.
- KEYNES, J.M.. A Treatise on Money. *Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol.VI, Macmillan Press Ltd., Londres, 1971.
- KEYNES, J.M.. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- MINSKY, H. P. Financiamento e Lucros: a mudança de natureza dos ciclos de negócios da economia americana. *Cadernos da Ange*, série textos didáticos, n.2, Rio de Janeiro, 1992.
- MOLLO, M. de L. R. Instabilidade do Capitalismo, Incerteza e Papel das Autoridades Monetárias: uma leitura de Minsky. *Revista de Economia Política*, vol.8, n.1, janeiro-março 1988.
- POSSAS, M. L. Para uma Releitura Teórica da Teoria Geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.16, n.2, agosto 1986.
- PREBISCH, R. *Keynes, uma Introdução*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- ROBINSON, J. *Ensayos de Economía Poskeynesiana*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987.

A NOVA ESTRUTURA MULTIBANCÁRIA BRASILEIRA: DA REFORMA À CRISE

*Natermes Guimarães Teixeira*¹

1. INTRODUÇÃO

O presente Artigo, numa parte inicial, procura fazer uma análise crítica sobre a evolução da intermediação financeira institucional no Brasil, a partir da implementação do último Projeto de Reforma Financeira e das deliberações constitucionais referentes à organização e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Em relação ao Projeto de Reforma Financeira - que foi elaborado pelo Banco Central do Brasil e teve sua execução iniciada em 1987 -, a maior pretensão do Texto é a de avaliar o processo de sua implementação, evidenciando, com base em seus principais objetivos, os primeiros efeitos e perspectivas sobre o (novo) sistema institucional interno de intermediação financeira. Com respeito às diretrizes constitucionais, o enfoque específico refere-se à própria definição, e posterior regulamentação, do Artigo 192 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, o qual disciplina o Sistema Financeiro Nacional. Tendo por base uma análise dos trabalhos nesse Fórum, são examinadas as principais e eventuais alterações no sistema financeiro, a partir de algumas decisões já tomadas, e outras ainda a tomar, quando do processo de revisão constitucional - atualmente em tempo de definição por parte dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional brasileiro. Por fim, numa parte conclusiva, a análise volta-se para o momento atual, buscando avaliar as primeiras (re)ações do sistema financeiro brasileiro, frente aos

1 Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

impasses de ordem conjuntural e institucional, originados pela necessidade de prosseguimento e ajuste do Plano Real.

2. ASPECTOS GERAIS

Os anos compreendidos desde a instalação de governos civis (1985) até o início formal do processo de implementação do Plano Real (1993) podem ser considerados como uma das fases mais tortuosas da evolução recente do Brasil, sob praticamente todos os aspectos: social, político, econômico e institucional². A gravidade do quadro econômico, sem dúvida, é reflexo de uma infinidade de eventos que, embora possam estar mais circunscritos a outras áreas, são prejudiciais à reinstauração da necessária estabilidade, sem a qual não se chega ao equacionamento dos problemas fundamentais típicos da recessão e, muito menos, à definição e condução de uma política econômica condizente com a adversidade do quadro. O fato é que, sob um ambiente de desordem política, econômica e financeira, praticamente reinou em todos esses anos uma grande e geral instabilidade na economia brasileira. Essa instabilidade era revitalizada, sobretudo, pelos impactos das sucessivas mudanças nas "regras do jogo", impostas pelas autoridades governamentais. O comando da política econômica no País esteve submetido a um

2 Tendo em vista seus propósitos, o Texto não examinará, em qualquer detalhe, os fatos que teriam concorrido para tal situação. Todavia, vale o registro de alguns eventos que marcaram o referido período, desde o início do primeiro governo civil (1985) até a destituição do segundo (1992): alteração da moeda central (em denominação e/ou supressão de décuplos) em cinco vezes; decretação de uma moratória para a dívida externa brasileira; execução de políticas de congelamentos de preços em seis ocasiões; realização de cinco eleições e de um plebiscito (este para a escolha do sistema de governo); elaboração da nova Constituição brasileira; e, ainda, a efetivação do processo de "impeachment" do primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto, na consolidação da plenitude democrática no Brasil, desde o período dos governos militares após a Revolução de março de 1964.

processo de substituição bastante acelerado³. A freqüente troca dos chamados "policy makers" e respectivas equipes técnicas, além de já constituir, em si, um fator gerador de um clima expectacional de apreensão, desconfiança, etc, sob a influência da inevitável onda de boatos - não raro muito comum nessas ocasiões - reveste-se numa das mais fortes razões pela qual, os investidores potenciais tornam-se muito mais indecisos e cautelosos e o mercado financeiro mais agitado e confuso. Esse tipo de clima, sob um estado de animosidade latente, por sua vez, tende a tornar a ambiência econômico-financeira ainda mais instável, elevando ao extremo o comportamento eminentemente especulativo dos agentes. Naturalmente como derivativo do quadro geral e, em particular, da própria rotatividade referida, foi bastante intensa no período a alternância de medidas de política econômica que acarretavam profundos reflexos nas inter-relações do sistema financeiro em toda sua amplitude⁴. O

3 Para dar uma idéia sobre o fato, no referido período de oito anos, o Brasil teve oito Ministros da Economia e dez Presidentes do Banco Central. Esses números correspondem a uma permanência média de um ministro por ano e de um presidente do Banco Central a cada nove meses.

4 A esse respeito, é suficiente tomar por base os dois Planos que causaram maiores impactos sobre a economia brasileira na atualidade: o Cruzado I (março de 1986), que foi o primeiro Plano de Estabilização implementado, e o Plano Brasil Novo (março de 1990), considerado "o maior choque econômico da história do País". O Plano Cruzado contou com o privilégio do chamado efeito surpresa, e, entre outras medidas, pretendeu, sem êxito, acabar com a correção monetária, trouxe outra denominação para a moeda (Cruzado) e praticou um regime generalizado - e tido como irrealista - de congelamento de preços. O outro Plano, além de também ter criado uma nova moeda (retorno da antiga denominação: Cruzeiro), impôs ao País mudanças profundas e abrangentes, entre as quais, a de maior impacto referiu-se ao bloqueio de todo e qualquer tipo de aplicação financeira institucional - inclusive, inacreditavelmente, os saldos dos depósitos à vista na rede bancária - que excedesse, na época, NCz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos; equivalentes, então, a cerca de US\$ 1.300,00, hum mil e trezentos dólares). Os valores bloqueados seriam corrigidos monetariamente e só tornar-se-ia plenamente disponíveis doze meses após a implementação do Plano.

comportamento de alguns indicadores básicos retrata essa difícil fase para a economia brasileira.

TABELA I
BRASIL - ALGUNS INDICADORES SELECIONADOS

INDICADORES	1988	1989	1990	1991	1992
Taxa de Inflação (%)	1.037,6	1.782,9	1.476,6	480,2	1.157,9
Taxa de Produto Real (%)	(0,1)	3,3	(4,4)	0,9	(0,9)
Índice do Produto Real	100	103	99	100	99
Índice dos Empréstimos	100	82	73	75	89
Índice dos Ativos Financ.	100	106	75	72	98

FONTE: Relatório Anual do Banco Central do Brasil e Revista Conjuntura Econômica, diversos números.

A combinação dos dados referentes à transcendente inflação (taxa média anual de mais de 1.000%) com o estancamento da economia (taxa média anual negativa de -0,24%), em princípio, já é suficiente para exprimir o alto grau das dificuldades enfrentadas pelo País durante esse conturbado quinquênio. Como é evidente, num ambiente de grande instabilidade - não só do ponto de vista da ausência da estabilidade monetária, mas também ausência de estabilidade sócio-política -, onde reina ademais um clima de profunda e generalizada desconfiança, como já frisado, o mercado financeiro não pode funcionar adequadamente e muito menos o mercado de capitais. Sob as intempéries desse estado de estagflação, como seria óbvio, evidencia-se a tendência ao declínio dos saldos reais tanto dos empréstimos quanto dos ativos financeiros

emitidos em quase todo o período em análise, com indícios de recuperação somente em 1992.

Nesse mesmo período, por sua vez, a estrutura e, sobretudo, a organização do sistema bancário-financeiro brasileiro foi se alterando substancialmente, em resposta a dois importantes dispositivos de ordem institucional: um referente ao Projeto de Reforma Financeira de 1987 e o outro às deliberações constitucionais pertinentes ao Sistema Financeiro Nacional, contidas na Constituição do Brasil de 1988. Embora sejam duas proposições de natureza distinta - entre os âmbitos técnico e político - seus resultados serão presumivelmente conjuntivos.

3. A REFORMA FINANCEIRA EM ANDAMENTO E AS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS

O Projeto da Reforma Financeira, em essência, tem como principal objetivo a institucionalização de um novo segmento dentro do sistema financeiro brasileiro constituído pelos chamados Bancos Múltiplos. De acordo com as normas adotadas, a alternativa para as instituições financeiras tornarem-se bancos múltiplos foi facultativa e o prazo para tal transformação foi estabelecido em cinco anos. A grande expectativa era de que as medidas reformistas deveriam: 1) promover uma redução nos custos operacionais dos bancos, que se traduzisse em benefício ao tomador final de empréstimos; 2) propiciar um "funding" mais estável, para viabilização de empréstimos de mais longo prazo; e 3) estabelecer maior flexibilidade operacional, no âmbito da intermediação financeira institucional.

A composição proposta para o Sistema Financeiro Nacional, de acordo com o Projeto, consistiria na criação do Banco Múltiplo e de cinco Subsistemas Independentes, bem como na manutenção das Cooperativas de Crédito.

O Banco Múltiplo poderia ser de capital privado ou público, e deveria ser constituído basicamente por três carteiras:

- 1) comercial;
- 2) de investimento ou de desenvolvimento (respectivamente para os de iniciativa privada e de controle governamental); e
- 3) de poupança, tanto para o crédito imobiliário (sem restrições quanto à origem do capital), como para a poupança rural (com exclusividade para as instituições oficiais federais de crédito).

Os cinco Subsistemas Independentes seriam:

- 1) privado;
- 2) oficial federal;
- 3) oficial estadual;
- 4) de mercado de capitais, seguros e "leasing"; e
- 5) de cooperativas de crédito.

Os três primeiros subsistemas financeiros (privado e oficiais) poderiam ser compostos por:

- 1) banco comercial;
- 2) banco privado de investimento ou banco oficial de desenvolvimento;
- 3) instituição de aceite cambial (área de atuação das "financeiras"); e
- 4) instituição de poupança (área de atuação das sociedades de crédito imobiliário).

O subsistema de mercado de capitais, seguros e "leasing" poderia ser formado por:

- 1) corretora de valores mobiliários e de câmbio;
- 2) distribuidora de títulos e valores mobiliários;
- 3) corretora de seguros;
- 4) companhia de seguros; e
- 5) empresa de arrendamento mercantil - "leasing".

Por fim, o subsistema nacional cooperativista de crédito seria constituído pelas seguintes áreas ou carteiras:

- 1) comercial (administração de consórcios);
- 2) de fomento agrícola; e
- 3) de poupança rural.

No caso do segundo tópico, à luz do preceito procedente da órbita constitucional, o que mais interessa neste contexto são os dispositivos que a Constituição Federal de 1988 destacou especificamente para o Sistema Financeiro Nacional, em particular aqueles capazes de produzir alterações mais diretas e significativas, do ponto de vista de sua estrutura organizacional. Nesse sentido, o principal aspecto relacionado à eventual reorganização do sistema financeiro refere-se à concessão de autorização para instalação e funcionamento de instituições financeiras públicas e privadas, onde justamente estão imbricadas três questões cruciais: a liberalização, com a quebra das barreiras à entrada de novas instituições financeiras no mercado; a desestatização, podendo ser viabilizada pelo eventual início de processos de privatização de bancos oficiais; e a chamada "estrangeirização", quando poderá concretizar-se a supressão da reserva de mercado, historicamente imposta ao setor bancário brasileiro. No caso das duas primeiras questões, pode ser

considerada como a deliberação básica a própria permissão formal para o funcionamento de instituições financeiras particulares e governamentais, junto à ainda vigente possibilidade de decretação de liquidação extrajudicial. Particularmente no caso da liberalização, uma importante decisão que já foi tomada - inclusive, provocando efeitos imediatos - refere-se à eliminação do esquema cartorial até então prevalecente no sistema bancário-financeiro brasileiro. A Constituição determinou que o sistema financeiro nacional seria regulado em lei complementar, a qual disporia, inclusive, sobre a autorização para o funcionamento das instituições financeiras e dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. Ficou determinado também que essa autorização seria inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tivessem capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprovasse capacidade econômica compatível com o empreendimento⁵.

Quanto à última questão, o aspecto de maior relevância reside na efetiva possibilidade de decretar-se a quebra do protecionismo ao capital bancário nacional, a partir da abertura à entrada do capital estrangeiro de risco no referido setor. O Texto Constitucional a esse respeito afirmou que a lei complementar também disporia sobre as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições autorizadas a funcionar no País, tendo em vista, especialmente: os interesses nacionais e os acordos internacionais⁶. Em complemento, a Constituição ainda prescreveu que, até que fossem fixadas as

5 Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 192, Capítulo IV, Incisos I e II.

6 Ibidem, Inciso III.

condições relativas à referida participação estrangeira, ficariam vedados tanto a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior, bem como o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. Cabe ainda acrescentar, no entanto, que tal decisão não foi inteiramente inflexível, com respeito a eventuais permissões, na medida em que a vedação não se aplicaria às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro⁷.

Ao lado desses principais temas, os trabalhos constitucionais abrangem também a questão da autonomia do Banco Central do Brasil e, até mesmo, o eventual ressurgimento da Lei da Usura, em sua versão real. Sobre o Banco Central, ficou determinado que a lei complementar definiria a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas, além dos requisitos para a designação de membros de suas diretorias, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo. Quanto aos juros reais, a questão foi assim encaminhada: "as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar"⁸.

7 Ibidem, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigo 52.

8 Ibidem, Artigo 192, Incisos IV e V e Parágrafo Único, respectivamente.

4. PRIMEIROS IMPACTOS SOBRE O SISTEMA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A principal resultante originada pela conjunção dos objetivos das duas proposições foi o surgimento de um número bastante expressivo de instituições financeiras, como resposta imediata à providencial deliberação constitucional de destituição de uma das maiores barreiras institucionais à entrada no setor bancário brasileiro, junto a um processo também bastante acelerado de criação de bancos múltiplos, de acordo com que era expectado pela Reforma em curso. Até a data de promulgação da Constituição era praticamente impossível instalar um banco no País, em virtude do elevado valor (preço) das chamadas cartas patentes, cuja propriedade estava concentrada nas mãos de poucos grupos de banqueiros nacionais. Com o estabelecimento do fim do valor comercial para essas cartas patentes, passa-se a um regime de plena liberdade para a criação de novas empresas bancárias, naturalmente respeitadas as demais exigências regulamentares pertinentes ao setor. Por seu turno, não obstante a maioria das instituições financeiras já virem atuando sob uma organização conglomerada, o aparato institucional até então, ao prescrever a segmentação operacional do mercado, não dispensava um tratamento legal compatível ou adequado à tal forma de organização empresarial. O resultado combinado frente às duas providências, por conseguinte, traduziu-se no intenso e rápido surgimento de novas instituições financeiras no País, as quais, legalmente, já têm o status de bancos múltiplos, ou podem exercer a opção de atuar em algum segmento isolado do mercado financeiro (comercial, de investimento, de crédito imobiliário, etc.), na condição de instituição independente, dispondo da possibilidade de transformarem-se em bancos múltiplos no futuro.

TABELA II
INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR PELO BANCO
CENTRAL

INSTITUIÇÕES COM	1987	1989	1990	1991	1992
Carteira Comercial	103	165	189	200	211
- Bancos Comerciais	103	66	50	45	36
- Bancos Múltiplos	0	99	139	155	175
Carteira de Investimento	44	98	115	114	121
- Bancos de Investimentos	44	36	23	21	20
- Bancos Múltiplos	0	62	92	93	101
Carteira de Desenvolvim.	13	14	14	16	24
- Bancos de Desenvolvim.	13	12	10	9	9
- Bancos Múltiplos	0	2	4	7	15
Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento	112	159	183	190	199
- Financeiras	112	70	51	45	41
- Bancos Múltiplos	0	89	132	145	158
Carteira de Crédito Imobiliário	70	96	96	99	104
- Sociedades de Cred. Im.	70	42	29	25	26
- Bancos Múltiplos	0	54	67	74	78
Total	342	532	597	619	659
- Instituições Independ.	342	226	163	145	132
- Carteiras de Bancos Múlt.	0	306	434	474	527

FONTE: Relatório Anual do Banco Central do Brasil, diversos números.

NOTA: No ano de 1988 não há registro oficial de instalação de bancos múltiplos.

A primeira constatação é a de que o número de instituições financeiras e carteiras operacionais elevou-se enormemente, com o seu universo quase duplicando no quinquênio considerado. Não obstante o fato de que, em termos de unidade de instituição

financeira, o efetivo anual seja substancialmente menor que o total apurado em cada ano - pois as carteiras naturalmente fazem parte dos vários grupos financeiros conglomerados já estabelecidos; isto é, cada banco múltiplo compreende a disposição de mais de uma carteira - convém considerar que no formato institucional anterior, cada nova carteira seria, na verdade, uma nova instituição financeira. Por outro lado, em resposta à própria expectativa maior da Reforma, os dados também mostram que foi bastante rápido e persistente o movimento de formalização das estruturas multibancárias no País, após a implantação do Projeto. Desde então até 1992, admitindo-se a plena efetivação das possibilidades de agrupamento das carteiras, pode-se inferir que foram concedidas exatamente 307 autorizações para funcionamento de instituições financeiras independentes e de bancos múltiplos (completos e incompletos), para atuarem nos respectivos segmentos do mercado financeiro institucional⁹. Enquanto o contingente de instituições independentes vem decrescendo continuamente, quando o seu total diminui em precisamente 210 unidades, o número de multibancos expressa um substancial aumento, com 175 autorizações para operar concedidas pelo Banco Central até 1992. Desse total, ademais, quase a metade (78 unidades) já está constituída na forma de banco múltiplo completo, ou seja, com a disposição de todas as carteiras operacionais: comercial, de investimento ou desenvolvimento, de aceite cambial e de poupança.

9 A distribuição dos dados na Tabela II permite inferir que no ano de 1992 existiam: 78 bancos múltiplos completos; 38 apenas sem a carteira de crédito imobiliário; 42 ainda com duas carteiras (comercial e "financeira"); e 17 somente constituído com carteira comercial. Esse total de 175 multibancos somado às 132 instituições independentes atinge as 307 autorizações referidas.

Por outro lado, do ponto de vista dos primeiros resultados da Reforma, pode ser observada - aliás como a conseqüência mais natural originada pelo processo de institucionalização consubstanciada no Projeto de 1987 - a significativa alteração no tocante ao tipo de agente financeiro conessor de empréstimos.

TABELA III
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR
PRIVADO POR EMPRESTADORES FINAIS
Final de Ano (%)

INSTITUIÇÕES	1988	1989	1990	1991	1992
Bancos Múltiplos	9,6	27,4	41,8	44,5	46,7
Oficiais Federais	41,0	45,9	36,1	37,6	41,2
- Banco do Brasil	16,2	9,1	11,9	14,5	14,2
- Cx. Econ. Federal	21,8	34,6	20,7	18,4	22,8
Bco.Nac.Des.Eco. Soc. (a)	3,0	2,2	3,5	4,7	4,2
Independentes	49,4	26,7	22,1	17,9	12,1
- Bancos Comerciais	20,5	6,9	7,2	7,4	3,8
- Financeiras	2,7	1,1	1,0	0,9	0,7
- Bancos de Investimentos	4,8	2,1	2,1	1,9	1,8
- Socied. de Créd. Imob.	13,6	9,6	7,4	5,3	4,1
- Cx. Econ. Estaduais	4,3	4,6	1,8	0,6	0,5
- Bancos Est. de Desenv.	3,5	2,4	2,6	1,8	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, diversos números.

(a) Os percentuais referentes ao BNDES são relativamente baixos pelo fato deste Banco atuar preponderantemente como banco de segunda linha; isto é, o Sistema por ele liderado opera, em grande escala, através a concessão de repasses e refinanciamentos a uma rede de agentes, os quais seriam, efetivamente, os emprestadores finais.

Como mostram os dados, o segmento dos bancos múltiplos - que não existia formalmente até 1987 - chega a responder por quase metade do saldo total emprestado pelo sistema financeiro no último ano da série. Tendo em vista que as três maiores instituições financeiras federais vêm mantendo uma participação conjunta relativamente estável (ao redor dos 40%), a diminuição significativa, como seria de se esperar pela própria prescrição do Projeto, se dá justamente no segmento financeiro privado e público das chamadas instituições financeiras independentes, as quais, gradativamente, vêm se transformando em bancos múltiplos. Não obstante tenha se alterado radicalmente a fonte institucional dos emprestadores finais, praticamente nada se passou quanto aos tomadores dos empréstimos, sob o ângulo do corte setorial básico.

TABELA IV
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO POR TOMADOR
FINAL
Final de Ano (%)

SETORES	1988	1989	1990	1991	1992
Setor Público	29,8	27,3	30,8	29,5	26,1
- Governo Federal	11,3	8,7	8,4	8,4	6,4
- Gov. Estaduais e Munic.	18,5	18,6	22,4	21,1	19,7
Setor Privado	70,2	72,7	69,2	70,5	73,9
- Industrial	19,1	15,5	19,1	21,0	21,6
- Habitacional	29,5	41,1	30,0	24,9	25,0
- Rural	7,8	4,8	7,3	9,3	9,0
- Outros(a)	13,8	11,3	12,8	15,3	18,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, diversos números.

(a) Pessoas Físicas, Comércio e Outros Serviços.

De um modo geral, o quadro não apresenta grande novidade em relação à situação imediatamente anterior à essa última Reforma. O setor público responde, em média, por cerca de 30% das tomadas de empréstimos, ao mesmo tempo que praticamente é mantida a distribuição dos empréstimos entre os setores no segmento privado. O setor habitacional continua liderando com uma participação média de 30%, secundado pelo setor industrial com cerca de 20% dos respectivos saldos anuais. Dentro dos empréstimos concedidos ao setor público evidencia-se, no período, uma sensível tendência de aumento relativo da participação nas tomadas de empréstimos por parte dos governos estaduais e municipais em detrimento das concessões ao Governo Federal. Esse fato é um claro reflexo do crescente endividamento bancário estatal, localizado na esfera de governo dos Estados e Municípios, além do processo de endividamento também crescente, com base na emissão dos títulos da dívida pública estaduais e municipais, sobretudo no caso das maiores Unidades da Federação.

TABELA V
PRINCIPAIS ATIVOS FINANCEIROS
Final de Ano (%)

ATIVOS	1988	1989	1990	1991	1992
Monetários	6,7	5,0	10,9	8,4	4,7
- Papel-moeda em p.publ.	2,0	3,0	4,3	2,8	1,7
- Depósitos à vista	4,7	2,0	6,6	5,6	3,0
Não monetários	93,3	95,0	89,1	91,6	95,3
- Depósitos de poupança	25,3	15,6	10,3	12,7	11,3
- Depósitos a prazo	9,4	7,5	11,0	13,5	19,5
- Letras de câmbio	0,3	0,1	0,1	0,0	0,1
- Letras hipotecárias	0,0	0,1	0,4	0,4	0,7
- Tít. Div.Publ. Est e Mun	3,7	5,7	6,9	7,5	7,5
- Tít. Div. Púb. Federal	54,6	66,0	60,4	57,5	56,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, diversos números.

Do ponto de vista das participações, a estrutura dos ativos financeiros praticamente não se alterou nesses últimos anos, e nem teria razões institucionais para se alterar, porquanto a Reforma não contemplou essa área. Vale dizer, no contexto das emissões de papéis, não houve qualquer tipo de reformulação de cunho institucional. O que ocorreu, isso sim, foram, ainda que pequenas, algumas modificações provocadas pelas já mencionadas medidas de impacto contidas nos sucessivos "pacotes", consubstanciadas em estímulos (ou desestímulos) em favor (ou contrário) à posse ou aplicação em determinado tipo de ativo financeiro. Conforme os dados, os ativos monetários continuam mantendo uma participação inexpressiva, como reflexo inexorável do nível e permanência da inflação elevada, analogamente ao que ocorria na fase imediatamente anterior. Dentro dos ativos

financeiros não-monetários, como fruto da contenda garantia versus rentabilidade, foi bastante significativa a queda da participação das cadernetas de poupança (com maior garantia), cujos percentuais invertem posição com os relativos aos certificados de depósitos bancários a prazo (com maior rentabilidade). No caso do saldo total emitido em títulos da dívida pública, as participações ainda se mantêm bastante elevadas (em média 65% no período), ao mesmo tempo explicitando um expressivo crescimento para os títulos de emissão por parte dos Estados e Municípios, em que pese o seu ainda baixo percentual.

5. PRINCIPAIS CONSEQÜÊNCIAS DAS MEDIDAS REFORMISTAS

Sem entrar no mérito do otimismo contido nas expectativas do Banco Central do Brasil expressas no Projeto, é oportuna uma reflexão sobre algumas possíveis vantagens da atuação multibancária. Em primeiro lugar, é de se supor que a empresa bancária contará com a natural possibilidade de aumentar tamanho e capacidade, obtendo com isso economias de escala, resultante do processo formal de centralização do capital. Se, em paralelo, surge um número expressivo de estabelecimentos bancários, o próprio acirramento da concorrência se encarregaria de transferir aos tomadores de empréstimos os eventuais produtos advindos pelo ganho de escala. Além do mais, pode-se presumir uma outra importante vantagem, que estaria relacionada ao aspecto da complementaridade entre as operações de crédito, em particular no caso dos empréstimos de curto, médio e longo prazos. Por outro lado, e talvez mais relevante, o multibanco terá grande flexibilização operacional, pela centralização dos

recursos, o que, além de elevar o patrimônio e, por conseguinte, o grau de endividamento do bancador, possibilita a consolidação dos riscos bancários. A esse respeito, o aspecto fundamental refere-se à desamarração entre os itens do passivo (captações) e os do ativo (aplicações). Uma instituição independente, por exemplo, continuaria submetida ao modelo especializado, onde prevalece a conexão entre formas institucionais de captações e tipos ou destinos de aplicações. Por conseguinte, uma "financeira" independente emite letras de câmbio e financia consumo; uma sociedade de crédito imobiliário independente capta depósitos de poupança e concede empréstimos imobiliários; um banco privado de investimento independente atende financeiramente às empresas, captando depósitos a prazo ou realizando repasses de recursos internos ou externos, e assim por diante.

O objetivo básico da Reforma, como se vê, foi o de estabelecer uma reestruturação no sistema de intermediação financeira institucional brasileiro, a partir da qual fica mantido um segmento com instituições independentes, que atuariam em seus respectivos mercados - ao estilo do que prescrevia a Reforma Bancária e do Mercado de Capitais de 1965/67 - e institui uma nova forma de organização empresarial bancária, onde as instituições financeiras passariam a atuar como empresas "holding". Com efeito, tudo leva a crer que essa dicotomia submetida ao mercado institucional de crédito, no fundo, distingue o grande do pequeno capital bancário nacional. O grande capital, na verdade, já atuava de forma conglomerada, ainda que seus estabelecimentos fossem considerados formalmente autônomos, do ponto de vista administrativo, contábil e legal. Já o pequeno capital, com algumas poucas exceções - a exemplo das "financeiras" pertencentes às grandes lojas de departamentos, supermercados, etc., ou aquelas instituídas pelas empresas do setor automobilístico

- vinha ocupando uma posição marginalizada no mercado e, por isso, estava permanentemente submetido a três alternativas: quebrar, por força da concorrência, fundir-se com outras instituições do mesmo porte, ou então ser incorporado pelo grande capital. O fato é que essa convivência, segmentada apenas no âmbito institucional, dificilmente será mantida, pois praticamente permanecem as mesmas condições concorrenciais anteriores. Em outras palavras, a partir dessa reestruturação no sistema de intermediação financeira, o pequeno capital bancário, que certamente ficará restrito aos segmentos independentes do mercado, decerto não terá condições de sobrevivência na competição com os multibancos e, por conseguinte, tenderão a desaparecer, provavelmente, numa primeira etapa, mediante um elevado nível de rotatividade de (novas) entradas e saídas. Vale dizer: o sistema financeiro brasileiro tenderá a ser novamente concentrado e constituído quase que exclusivamente por bancos múltiplos - como será visto, em maior detalhe, adiante.

Do exposto, pode-se deduzir que a Reforma em andamento, mais que qualquer outra coisa, veio ratificar - reconhecendo e regulamentando - a forma de organização e funcionamento do Sistema Financeiro do Brasil, consolidada desde meados dos anos 70. Pois, de fato, as empresas bancárias já vinham operando como bancos múltiplos, a partir dos movimentos de concentração e centralização do capital, sobrepostos ao de conglomeração financeira, no bojo do irreversível processo de nacionalização - ou, mais precisamente, de des-regionalização - do crédito bancário, detonados após a maturação da Reforma dos anos 60. Frente ao quadro geral apresentado, essa Reforma (talvez até intencionalmente) não possui abrangência e profundidade suficiente para alterar a forma de atuação do sistema de intermediação financeira no Brasil, que não, tão-somente, sob o inócuo ângulo de adoção de um novo

formato institucional. Isso significa, na verdade, a simples admissão legal de uma situação que já existia de fato mas não de direito.

O aspecto fundamental é que o sistema financeiro no Brasil, embora bem estruturado e até bastante sofisticado em termos operacionais, de muito, não cumpre uma de suas mais importantes funções. Teoricamente, todo e qualquer sistema financeiro já consolidado desempenha três funções básicas na economia: criação/ampliação de crédito, intermediação dos fluxos de transferências financeiras e gestão do financiamento ao setor produtivo da economia. Dentre tais funções, apenas a última está vinculada, ou pode vir a contribuir mais eficazmente, a um processo de crescimento econômico. Complementando em outros termos e de acordo com um estudo da CEPAL¹⁰, a intermediação financeira cria crédito, transfere fundos de empréstimos e permite a diversificação e acumulação dos ativos financeiros. Por sua vez, dentre as distintas formas de criação de crédito (como por exemplo, para financiar a produção corrente, o consumo ou a compra de ativos já existentes), apenas o financiamento da formação real de capital, por ter a possibilidade de aumentar a capacidade produtiva, pode contribuir mais decisivamente para um processo de crescimento econômico de longo prazo. No caso brasileiro, justamente essa função mais relevante para o crescimento econômico não vem sendo desempenhada, a contento, pelo sistema financeiro. E, pelo teor e abrangência desse último Projeto de Reforma, fica claro que o impasse maior não será solucionado, e seus efeitos provavelmente não modificarão, de forma significativa, o status quo, ainda mais ao permanecerem as mesmas

10 CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) "O desenvolvimento Recente do Sistema Financeiro da América Latina" in SERRA, Jose. América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

condições operacionais que induziram o setor bancário-financeiro brasileiro a tomar-se avesso à concessão de empréstimos, mormente no caso dos financiamentos de longo prazo.

A maior expectativa quanto a uma transformação estrutural no setor bancário-financeiro, então, passa a residir na esfera da revisão constitucional em andamento, quando serão tomadas importantes decisões sobre o Sistema Financeiro do Brasil. Esse Fórum, como antecipado, discutirá e deliberará sobre distintos e polêmicos temas, entre os quais: a "estrangeirização"; a privatização dos bancos oficiais estaduais e federais; o problema da independência do Banco Central do Brasil; assim como o insólito tabelamento da taxa real de juros. Tanto sobre a questão referente ao banco central quanto aos juros reais, é evidente que qualquer tipo de decisão final que for tomada, em nada interferirá na estrutura organizacional do Sistema Financeiro Nacional, ao contrário dos demais quesitos.

Quanto ao tratamento ao capital estrangeiro, em termos da instância constitucional, a única flexibilidade mantida, referente ao ingresso de investimentos diretos no setor bancário brasileiro, restringiu-se à esfera das negociações recíprocas levadas a efeito pela Presidência da República - aparentemente mais próximas de um procedimento discricionário de cunho diplomático. Do ponto de vista mais concreto, a adoção dessa reciprocidade seria orientada, em última instância, por uma espécie de avaliação baseada na tradicional doutrina das chamadas "vantagens comparativas". Esse tipo de permuta, com efeito, pode ser eficaz se o acordo é efetivado entre países congêneres e, assim mesmo, quando mantêm (ou existe em potencial) um não desprezível intercâmbio de comércio e/ou de movimento de capitais. Sob tais condições, passam a prevalecer razões de outra ordem ou mais substantivas, desde simplesmente

uma política de boa vizinhança até mesmo como um expediente adicional visando uma maior integração regional, e assim por diante. Se, no entanto, tratar-se de um acordo com um país avançado, estará ocorrendo uma espécie de troca de coisas díspares, sobretudo no tocante aos efeitos internos proporcionados pelas respectivas atuações das instituições permutadas (por exemplo: do banco estrangeiro aqui versus do banco brasileiro lá). No fundo, essa diligência, embora de caráter transitório, acaba por manter a tradicional política protecionista em favor dos bancos nacionais, contra uma maior competição - mesmo que este não seja o caso de uma indústria que está nascendo (a exemplo da concessão de reserva de mercado para o setor de informática, já destituída), nem tampouco de uma área que deva ser considerada estratégica (como nos casos do petróleo e das telecomunicações, presentemente na iminência de liberalização).

A privatização, por seu turno, assume conotação de uma decisão eminentemente política que, a rigor, muito pouco poderá modificar o sistema financeiro brasileiro, sob o ângulo de sua estrutura - a menos que sua eventual efetivação venha a estar vinculada ao também eventual processo de liberalização à participação do capital estrangeiro no setor. Os efeitos dessa possibilidade de desestatização no setor bancário estariam associados, muito mais, a um processo de saneamento das instituições financeiras oficiais que encontram-se em estado de insolvência. É evidente que isso representa também uma retirada estratégica do Estado dos setores e atividades onde a iniciativa privada - provavelmente com maior eficiência e menor ingerência política - pode atender aos requerimentos dos respectivos mercados, naturalmente excetuando-se o segmento dos bancos oficiais de fomento, cujo

objetivo básico seria o atendimento de áreas, atividades ou setores prioritários do ponto de vista do bem estar social.

Por outro lado, no referente ao Projeto de Reforma Financeira de 1987, a constatação mais substantiva foi a de que essa reforma tratou fundamentalmente do aspecto organizacional da empresa bancária no País. Sem embargo, apenas essa providência institucional não é (e nem deveria ser) capaz de corrigir a visível disfuncionalidade do sistema financeiro brasileiro, a qual vem se manifestando desde a fase de consolidação da Reforma de 1965/67. Já da parte do âmbito legislativo, a regulamentação do Artigo 192 deverá abranger o contexto das normas gerais para o Sistema Financeiro Nacional, deixando para a instância das chamadas leis ordinárias o estabelecimento de normas específicas destinadas, por exemplo, à regulamentação de operações financeiras ou de atividades de intermediação. Ao que tudo indica, não será na esfera constitucional que se definirá a organização operacional do sistema bancário-financeiro brasileiro, ao contrário do que foi feito na Reforma dos anos 60 - quando a Lei estabeleceu a sua segmentação, mediante a criação de instrumentos e instituições especializadas. Assim, caberá a essa Lei Complementar, sobretudo, o estabelecimento de regras gerais aplicáveis ao funcionamento dos mercados e das instituições financeiras, deixando de lado quaisquer aspectos particulares, para serem (re)definidos em outro fórum institucional. O fundamental para a referida Lei é definir as linhas mestras do Sistema Financeiro do Brasil, como requisito para o delineamento de sua própria estrutura. Por outro lado, não será possível promover uma reformulação geral e profunda no Sistema, nessa instância, principalmente mediante apenas o estabelecimento de regulações específicas quanto à atuação do banco central, ou ao

tabelamento dos juros reais, ou quanto a qualquer outro tópico isolado.

Do exposto, a mais importante e plausível conclusão é a de que não há (e talvez não houvesse) necessidade de se promover uma outra grande Reforma no Sistema Financeiro brasileiro. Mais do que necessário e urgente seria o restabelecimento das condições mínimas para que esse mesmo Sistema, como então (re)organizado, passasse a operar com eficiência no cumprimento de suas funções básicas, principalmente a de canalizar capital-dinheiro ao setor produtivo da economia. Nada produzirá grande transformação na forma de atuação, e sobretudo no tocante à eficácia, do sistema de intermediação financeira, caso não se restabeleça a plena estabilidade monetária, social e política, preferentemente sob um novo ciclo de crescimento sustentado para a economia brasileira. A partir daí, não haveria razão objetiva para que o Sistema Financeiro do Brasil continuasse mantendo e perpetrando sua iníqua disfunção. Em relação ao momento atual, a propósito, é válida a conjectura de que os bancos certamente não perderiam de vista o processo de estabilização da economia brasileira. E, caso esse processo se tornasse consolidado, os bancos seriam forçados a buscar fontes de receita alternativas aos ganhos com a inflação, irremediavelmente ampliando suas operações de crédito - não obstante essa ocorrência possa ser considerada completamente independente dos resultados da Reforma em si, bem como das iminentes deliberações constitucionais.

6. O MOMENTO ATUAL E A FRAGILIDADE BANCÁRIO-FINANCEIRA

Nesses últimos anos, ao que tudo indicava, o negócio bancário no Brasil ainda seria altamente rentável e solidamente garantido. Pois, desde o início da fase do Real até a virada de 1994 para 1995, o setor bancário interno brasileiro - à exceção de parte do segmento dos bancos oficiais estaduais - demonstrou uma boa performance, com visíveis sinais apontando para um novo ciclo expansivo. Até a implementação definitiva do Plano, a expansão da rede bancária foi bastante acelerada, basicamente em função da citada extinção do sistema de cartas patentes e, sobretudo, pelo fato de ainda subsistir o grande estímulo às atividades de intermediação financeira, proporcionado pela elevada inflação. Frente às facilidades e incentivos para a abertura de estabelecimentos bancários no País, foi intenso o movimento de metamorfoses institucionais, quando várias corretoras, distribuidoras, financeiras, etc., transformaram-se em bancos; ao lado de outro também intenso movimento de instalação de novos bancos, por parte de administradoras de consórcios, fundos, e mesmo indústrias, supermercados e lojas de departamentos. Esses movimentos, como já frisado, eram estimulados pelo mecanismo do ganho inflacionário, com base nas transações com títulos públicos em circulação, no chamado "overnight".

Mesmo com a introdução plena do Real, e a conseqüente fase de consistente estabilidade monetária, o setor bancário, embora tenha sofrido um forte impacto em sua, até então, fonte básica de receita, mostrava-se apto e disposto a passar por um processo de adaptação, no sentido de vir a atuar numa economia sem inflação. No entanto, no período mais recente, começaram a surgir indícios de dificuldades

na área de atuação dos intermediários bancários. Essas dificuldades traduziam-se em crescentes recorrências, por grande parte do sistema bancário, em busca de socorro financeiro junto ao governo, para cobertura de posições de iliquidez ou insolvência. Por sua vez, tal embaraço institucional não seria apenas um efeito exclusivo causado pelo fim da inflação alta e/ou pela demora das instituições bancárias em se adaptar ao novo quadro, na verdade, houve uma outra circunstância que, em muito, contribuiu para abreviar e agravar essa situação crítica no segmento bancário brasileiro: a escalada, sem precedentes, da taxa de juros interna.

No início de 1995, o governo brasileiro, na tentativa de escapar do chamado "efeito tequila" (referência à recente crise mexicana), decidiu adotar uma política nitidamente recessiva. De acordo com o discurso oficial, tal providência se fazia necessária para preservar o sucesso conseguido pelo Plano Real - basicamente, até então, a estabilidade da moeda - e, por conseguinte, garantir sua continuidade. Em síntese, por um lado, as medidas buscavam recuperar os históricos superávits da balança comercial brasileira, principalmente através da reintrodução de mecanismos de restrições às importações, visando evitar a conseqüente queda do alto nível de reservas internacionais (tido como imprescindível para o sucesso do programa de estabilização)¹¹. Por outro lado, foi adotada, em paralelo, uma deliberada política de elevação nas taxas de juros praticadas internamente. Neste caso, esperava-se duas resultantes:

11 Os mecanismos de restrições às importações tinham sido anteriormente afrouxados, justamente para conter uma eventual subida nos preços dos produtos fabricados internamente, via concorrência com produtos de procedência estrangeira. A esse respeito, enquanto o saldo da balança comercial de janeiro a abril de 1994 foi de 4,3 bilhões de dólares, o valor no período correspondente no ano de 1995 foi de -2,8 bilhões de dólares.

desestimular o consumo e atrair capital externo - também visando a não deterioração das contas cambiais. Em outras palavras, o governo pressionava por uma maior desaceleração do nível de atividade econômica, mediante o aumento dos juros, com a justificativa de evitar a fuga de capitais externos e manter o saldo das reservas internacionais¹².

A adoção da política dos juros altos - naturalmente sem ser de caráter permanente - de modo geral, é considerada como um eficaz recurso para deter o consumo e a inflação. De fato, a manipulação dos juros é usada no mundo capitalista, em geral, como um instrumento para controlar a economia. Assim, quando a economia mostra-se tendencialmente aquecida e surge a inflação, as taxas de juros, normalmente, sofrem ascensão. Com efeito, ocorre um encarecimento generalizado no âmbito das operações de crédito e os agentes passam a preferir aplicar suas disponibilidades monetárias em ativos financeiros, em detrimento de outra aplicação - tipo consumo ou investimento produtivo - e, então, a inflação tende a cair. Num momento seguinte, quando a economia, já desaquecida, sinaliza um ponto de esgotamento, os juros sofrem redução, visando permitir a retomada das compras de bens de consumo, do investimento e da produção. No fundo, o problema dessa política de manter os juros altos é saber até quando poderá durar, bem como qual a sua intensidade e amplitude.

12 Os valores das reservas internacionais do Brasil, no conceito de liquidez, variavam da seguinte forma, em bilhões de dólares: dezembro de 1993 = 32,2; junho de 1994 = 43,0; dezembro de 1994 = 38,8; e março de 1995 = 33,7.

O grave problema no caso brasileiro é que as taxas de juros atingiram níveis absolutamente estratosféricos¹³. Ademais, embora possa-se admitir que os juros altos esfriam a economia e atraem investidores estrangeiros, é preciso considerar seus outros resultados nefastos, como por exemplo: externamente, a sangria financeira, no contexto do mercado financeiro internacional; e, internamente, a desmesurada elevação do endividamento público. No caso do primeiro aspecto, o fato significa uma espécie de decretação da prática de usura às avessas, posto que o dinheiro estrangeiro que entra no País, sendo mantido aplicado no mercado financeiro doméstico, recebe uma remuneração extremamente elevada, enquanto a parte remunerada das reservas cambiais do Brasil são valorizadas pelas taxas de juros prevalentes nos mercados financeiros do Primeiro Mundo, sensivelmente mais baixas. Quer dizer: o Brasil vem tendo uma perda líquida de algo superior aos 30% ao ano na contrapartida desses esquemas remunerativos. Por outro lado, o efeito conjugado dessa política provocou um rápido crescimento no saldo da dívida pública mobiliária interna federal¹⁴. O aumento desse endividamento foi resultado, principalmente, da necessidade de controlar (enxugar) a liquidez interna, no intuito de contrair a demanda, tudo sob um movimento escalar dos juros. Em resumo, essa seria a argumentação: como o Plano Real está fundado numa âncora

13 As seguintes taxas médias mensais, no ano de 1995, dão uma idéia do nível dos juros reais praticados atualmente no Brasil: junho = 1,57%; julho = 1,32%; agosto = 2,26%; e setembro = 2,98%. O nível anual de juros reais de cerca de 30% no Brasil equivale a aproximadamente 3 vezes o da Argentina, 10 vezes o dos Estados Unidos e 15 vezes o da Alemanha.

14 Os dados oficiais mostram a seguinte evolução para o saldo da dívida pública interna, em bilhões de reais: janeiro de 1994 = 45,1; junho de 1995 = 69,5; julho de 1995 = 82,2; e agosto de 1995 = 92,3. Ou seja, de janeiro de 1994 para agosto de 1995 a dívida interna pública simplesmente mais que duplicou.

cambial - fato que exige, além da manutenção da moeda interna valorizada, um alto nível de reservas internacionais - a alternativa dos juros elevados pretende atrair capital forâneo, justamente para garantir o referido alto nível das reservas. O aspecto de maior relevância é que grande parte desse capital é especulativo e de curto prazo e, portanto, sua entrada e permanência só se justificaria com grandes ganhos obtidos através da manutenção dos juros altos.

Do ponto de vista das atividades de intermediação financeira, a política dos juros altos trouxe sérias complicações operacionais, cuja profundidade impôs a natural recorrência para um novo e necessário processo de ajuste no setor. Na verdade, trata-se de um processo de transição difícil, quando a moeda, agora forte, veio substituir uma moeda volátil, permanentemente desvalorizada por força da elevada inflação. Esse processo passou a exigir profundas mudanças estruturais na economia e, sobretudo, no setor intermediador bancário-financeiro. Como já salientado, o fato é que o sistema bancário não poderia continuar atuando como um supermercado de serviços financeiros, pois o lucro inflacionário do chamado "floating" do dinheiro que transitava pelo sistema deixou de ser o principal negócio bancário no Brasil. Em outras palavras, o perfil do setor bancário-financeiro brasileiro foi se alterando gradativamente, pois a supressão do esquema do ganho fácil forçou os bancos a buscarem formas alternativas de receitas e, ao mesmo tempo, a redução de seus custos, inclusive, neste caso, tendo como uma das conseqüências o desemprego no setor.

Cabe observar que o sistema bancário trabalha, em suas operações de crédito, com taxas de juros, cuja base, ou primeira referência, vem a ser as taxas primárias determinadas pelas Autoridades Monetárias, quando da colocação dos títulos da dívida pública. Com um nível

muito elevado dessas taxas, ocorre, além da queda na tomada de empréstimos, um aumento no nível de inadimplência¹⁵. Assim, a inadimplência, junto com a brusca freada na atividade econômica, foram os primeiros impactos sobre o sistema financeiro provocados pela escalada dos juros, que teve início após a referida crise cambial brasileira. Ou seja, o governo aumentou os juros, basicamente, para recompensar parte do capital externo prestes a sair do País, além de também inibir o eventual crescimento do consumo, mas, no entanto, concorreu para desarticular e inviabilizar as atividades de intermediação financeira institucional.

A ocorrência desses impasses, ao lado da natural fragilidade financeira inerente ao setor bancário, já vem impondo, tendencialmente, um novo movimento de concentração no sistema financeiro brasileiro. A concentração, por sua vez, pode ocorrer de várias formas: desde uma via natural e salutar, a partir de um movimento espontâneo de centralização de capital - incentivado, ou não, pelo governo -, e até mesmo por outra via, considerada impetuosa e traumática, mediante um repentino e generalizado processo falimentar, incitado através de corridas bancárias - não raro ocorrentes quando instaura-se, na sociedade, um clima de desconfiança, no tocante à solidez do sistema bancário, no contexto de uma crise financeira. O problema fundamental é que uma onda generalizada de quebra no setor bancário deve ser considerada como algo absolutamente indesejável para qualquer economia, tendo em vista seu forte e rápido poder de propagação para o sistema

15 A Federação Brasileira de Associações de Bancos - FEBRABAN divulgou recentemente o índice de inadimplência do sistema financeiro, que em outubro de 1995 atingiu aproximadamente 5%, tendo sido seu pico em julho com 8%, contra uma média histórica de 1,5%.

econômico como um todo. O fato de fechar um ou outro banco isolado deve ser concebido como algo absolutamente normal em qualquer sistema econômico, principalmente se a instituição é de pequeno porte e não apresenta grande desequilíbrio entre suas contas ativas e passivas. Mas, o início de quebra sucessiva de bancos, em qualquer país, tende a ser sobreposto por processos encadeados de falências em outros setores, causando profundos abalos no seio das atividades econômico-financeiras: afinal os bancos centralizam praticamente todas as operações oriundas das relações de débito/crédito de uma economia capitalista moderna.

Por outro lado, a intermediação bancária, sobreposta ao sistema de crédito, só se sustenta e pode funcionar sob um clima de plena confiança da sociedade. Assim, desde a introdução da chamada moeda fiduciária - tida como o embrião das instituições bancárias - qualquer esquema institucional de criação de crédito, e principalmente de emissão de moeda escritural, não pode operar se a sociedade não crê que seus negócios com os bancos são (e serão) mantidos sob um adequado nível de segurança e garantia. Nesse sentido, um papel decisivo, que concorre para acirrar esse processo, cabe à ampliação da desconfiança, via de regra movida pela proliferação de boatos. Nesse contexto, as autoridades governamentais precisam sempre se preocupar com a possibilidade de crise no sistema financeiro, que seja de caráter generalizado, porque uma eventual situação de pânico bancário acaba por abalar toda a economia. Com efeito, são válidas e oportunas todas as tentativas de evitar a propagação de uma crise de confiabilidade no sistema, sendo tal providência uma obrigação inquestionável do governo de todo e qualquer país. Não obstante todo e qualquer processo falimentar acarrete um certo prejuízo privado e/ou social, as seqüelas trazidas pela quebra de uma grande estrutura bancária

são muito mais profundas, tendo em vista seu poder de propagação e devastação. Com efeito, para a sociedade, o custo de deixar o sistema bancário incorrer num processo tendencialmente amplo de falência é mais oneroso que o custo despendido para impedi-lo, através de uma ação governamental de salvamento e saneamento dos bancos. Essa iniciativa, por sua vez, certamente não deve deixar na impunidade os administradores e/ou proprietários de bancos, cujas gestões possam ser consideradas incompetentes ou permissivas e coniventes com falcaturas; até porque sua primordial função é a de intermediar fluxos de ativos financeiros (dinheiro, títulos, etc.) de propriedade de terceiros, isto é, do público.

No caso brasileiro, presentemente, o sistema financeiro é, sem dúvida, o foco de maior preocupação das autoridades governamentais. A esse respeito, em que pese a indesculpável demora e mesmo certa passividade das Autoridades Monetárias, foram expedidos dois dispositivos governamentais¹⁶, visando proteger o sistema financeiro e solucionar as dificuldades, mediante o estímulo às fusões, incorporações e aquisições de estabelecimentos bancários. Em linhas gerais, os principais pontos da primeira medida foram: 1) abertura de uma linha de financiamento oficial, presumivelmente em condições melhores que as prevalecentes no mercado financeiro; 2) possibilidade de dedução, no imposto de renda, do eventual valor do prejuízo da instituição financeira adquirida; e 3) extinção, até o final de 1996, do direito dos acionistas de venderem suas ações pelo valor patrimonial, passando a valer na transação, o valor de mercado, que é substancialmente inferior. A julgar por esses termos, não há dúvida que essa primeira proposição

16 Medida Provisória 1179, publicada no Diário Oficial do dia 06/11/95, que propõe a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER); e Medida Provisória 1182, de 17/11/95, que veio alterar a Lei 6024, que trata das intervenções e liquidações extrajudiciais nas instituições financeiras.

oficial é, por um lado, de caráter subsidiário - pois o custo (juros) do financiamento seria relativamente mais baixo, enquanto o valor das perdas e danos se converteria em dedução tributária - e, por outro lado, de cunho discricionário - porquanto, contrariando a legislação maior das sociedades anônimas, prejudica, sobretudo, os acionistas minoritários. Já pelo teor da medida posterior, fica facultado ao Banco Central do Brasil determinar: 1) a capitalização do banco indigente; 2) a transferência de seu controle acionário, 3) a sua incorporação ou fusão com outra instituição financeira; assim como, 4) a desapropriação de suas ações, para efeito de processo de privatização; e 5) a colocação dos bens dos acionistas, em indisponibilidade, no caso de intervenção ou liquidação da instituição financeira. Em essência, essa providência confere amplos poderes ao Banco Central para expropriar ações de qualquer instituição financeira em dificuldade, substituir seu controle acionário e estabelecer sua reorganização societária.

A questão crucial, que impôs a adoção dessas medidas emergenciais, reside no fato de que o governo vem mantendo um altíssimo volume de empréstimos aos bancos em situação pre-falimentar, além de vir acionando, crescentemente, seu poder de decretar intervenções e liquidações extrajudiciais¹⁷, além das chamadas "intervenções brancas" realizadas às ocultas. E caso não se concretize o almejado processo de enxugamento e fortalecimento do setor bancário, o movimento, por propagação, abalará o sistema financeiro em geral, e certamente acabará por atingir a economia brasileira como um todo. De qualquer forma, o sistema financeiro do Brasil vai encolher, com a natural tendência de surgimento e ampliação do tamanho dos grandes bancos e o conseqüente

17 Desde a implementação definitiva do Plano Real, em julho de 1994, até o primeiro dispositivo visando sanear o sistema, o Banco Central do Brasil realizou seis intervenções e quinze liquidações em instituições financeiras.

desaparecimento dos pequenos. O espaço para as grandes estruturas bancárias no mercado interno, praticamente já está ocupado, sobrando ao restante do setor - sobretudo ao segmento não estrangeirizado - áreas específicas, de modo geral, vinculadas ao campo dos negócios com câmbio e investimentos estrangeiros. A expectativa é que o governo não venha a adotar uma postura paternalista em sua intervenção incentivadora buscando o saneamento do sistema - dado sobretudo os grandes custos sociais ao lado do inevitável desgaste político - e que, após o desfecho desse difícil quadro, a inflação contitue sob controle e o sistema financeiro torne-se saudável e (re)ajustado, para que o País possa entrar numa nova e sustentada fase de crescimento econômico e sem mais mudanças abruptas nas "regras do jogo", no curso da política econômica.

A UNIVERSIDADE, O CONTABILISTA E O MERCOSUL

Antonio Marcos Favarin¹

O Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, na sua exposição de motivos, dentre os demais temas, explicita que estando a sociedade e seus governos convencidos da necessidade de se promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-partes e de se modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes, fazem o acordo para a assinatura do tratado comercial envolvendo o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Comprometem-se os países membros à adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e a mobilização dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

O protocolo sobre a integração educativa, assinado em agosto/94 durante a reunião de ministros da Educação dos países do Mercosul, refere-se tão somente ao reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e nível médio não técnico. (Em média, o analfabetismo atinge índices superiores a 18% sobre uma população total estimada em 200 milhões de habitantes.)

1 Coordenador do Departamento de Contabilidade e Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Contabilidade, Auditoria e Controladoria da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Contabilidade e Controladoria pela PUC-SP e Doutorando em Contabilidade e Auditoria pela USP. Sócio-Gerente da CONSULCAMP - Auditoria e Assessoria SC/Ltda

Uma das dificuldades para a implantação do Mercosul, diz respeito à livre circulação dos recursos humanos, que está a exigir a criação de um sistema integrado de certificados técnicos e profissionais para aqueles que tenham formação universitária. Devem ser estabelecidas as condições de equivalência de diplomas de nível superior, nível técnico e nível médio, desburocratizando o processo de reconhecimento de diplomas estrangeiros e a coordenação de políticas e programas de formação, logrando-se a obtenção de padrões educacionais mínimos.

Um grupo de trabalho examinará a possibilidade de criar a Universidade do Mercosul, com graduação, extensão e pesquisa direcionadas para o avanço científico e tecnológico do setor produtivo.

A ação das Universidades, no âmbito do Mercosul, não foi explicitada, Na verdade o seu papel é de coadjuvantes das mudanças que devem ocorrer com a integração.

Segundo José Augusto Guilhon Albuquerque, do Programa de Relações Internacionais da USP a despeito da importância da universidade num processo de dessa envergadura, o Mercosul se consolida sem que os intelectuais tenham sido chamados para elaborar um modelo teórico. "*A intelligentsia está agora a reboque*"²

Os interesses privados da economia, as necessidades reais da integração dos povos fazem com que o pragmatismo prevaleça e as ações vão acontecendo de acordo com as necessidades do mercado, conforme pode-se observar nas declarações de Luciano Coutinho, da Unicamp: "*O Mercosul nasce de um tipo de laço objetivo, calcado em interesses privados que dispensam cobertura ideológica*"³

Se a economia é a estrela principal do Mercosul, e a Universidade a coadjuvante das ações que devem ser impetradas, nem por isso ela deve exercer papel sem o cuidado com os fatos que ocorrem a sua volta e no seu novo tempo, a sua atenção deve estar mais do que nunca voltada as novas realidades. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, falando das questões do Mercosul, deixa claro a visão global e o papel que deveremos exercer: *"...temos que falar em uma integração também no nível da superestrutura, da cultura, da formação intelectual, do desenvolvimento de uma visão do mundo e da América Latina mais coordenada, abrangendo a área acadêmica e os círculos intelectuais de cada país, a formação de recursos humanos, o desenvolvimento da indústria cultural, do cinema, do teatro, da literatura, das artes plásticas"*.⁴

A competição e a qualidade são a tônica do mercado. A internacionalização do comércio, via Mercosul, exigirá a adequação de produção aos padrões internacionais.

Para que se possa atingir a qualidade, e suportar a competição do mercado, não se pode deixar de falar da informação.

Os contadores são os gestores do sistema mais complexo de que as empresas precisam para se manter informadas: O sistema Contábil.

Somente através da Contabilidade é que se pode conhecer o Patrimônio, os lucros e os prejuízos de cada ação da empresa. O seu preparo profissional é que permitirá que as informações possam ser úteis e em tempo para que as decisões possam ser tomadas, mudando o curso dos acontecimentos.

Daí a importância dos profissionais terem sólida formação, uma vez que, *"Em um mercado cada vez mais competitivo vencerá aquele que*

*tiver formação sólida e criatividade; a universidade deve se preparar para educar o aluno para acompanhar as evoluções*⁵

A Universidade está se movimentando, senão por meio de órgãos específicos, através de seu quadros docente e discente, que constituem na verdade a sua própria essência. Os professores e alunos de um modo geral, se inteiram das ocorrências e agem no sentido de repensarem o seu papel assim *"A força do Mercosul pode ser sentida na vida acadêmica"* conforme as declarações de Luiz Olavo Baptista, Advogado, Professor da Usp e coordenador de um curso de pós graduação oferecido pela Usp a respeito do assunto.

O Dr. Olívio Koliver, da Universidade do Rio Grande do Sul, mostra bem a importância dos papéis que exercemos, enquanto professores e como alunos. A nossa postura é que vai determinar o grau de qualidade dos nossos cursos e a nossa capacidade de nos integrarmos ao mercado de trabalho e, notadamente, ao Mercosul. São claras as palavras desse eminente educador: *"A estrutura curricular, muitas vezes apresentada como chave da solução do problema, em verdade não o é, pois um currículo, por melhor que seja, sabidamente não é garantia de execução, isto é, penhor de eficácia do processo de ensino-aprendizagem, que depende, antes de mais nada, de pessoas e ações humanas, isto é, dos aspectos volitivos, e, secundariamente dos meios materiais"*

A velocidade dos fatos faz com que repensemos as nossas ações dentro da Universidade: o que queremos?, qual é o profissional que queremos formar?, quais os meios de que dispomos? De uma certa forma, a competitividade e a busca de qualidade não nos têm deixado parados.

Algumas conclusões são unânimes e fazem com que busquemos o melhor caminho. As declarações a seguir apresentadas, do Reitor da Unesp, Arthur Roquete de Macedo não são isoladas, trata-se de um consenso geral:

“Não dá mais para apresentar um profissional acabado para o mercado a alternativa é alterar o modelo programático e ter um modelo pedagógico que eduque o aluno para acompanhar as evoluções”

As pesquisas do professor Olívio Koliver,(1993) nos mostram as dificuldades de uma integração dos profissionais de contabilidade no âmbito do Mercosul. Sem que tomemos consciência dos nossos papéis e nos dediquemos com afinco ao aprendizado, aos estudos, as pesquisas acadêmicas, de fato tornarmo-nos partícipes do processo de ensino-aprendizagem, acabaremos apenas sendo diplomados, sem estarmos realmente habilitados ao exercício profissional. Assim manifesta-se ele:

“...enquanto algumas faculdades propiciam formação praticamente idêntica aquela usual nos países desenvolvidos, outras não ultrapassam patamar que, propriamente, seria o curso secundário”

As Universidades não podem mais formar economistas-administradores-contadores, mas tão somente Contadores, ou Economistas, ou Administradores, com currículos específicos para cada um de seus cursos. Dessa forma, teremos Contadores que sejam capazes de dialogar com os demais profissionais que atuam nas empresas em pé de igualdade, com a capacidade de intercambiar conhecimentos e de se reciclar, de mudar diante das necessidades do mercado em que atuam, a esse respeito afirma Koliver(1993):

"A unicidade conceitual quanto a formação e carreira dos contadores dos países do integrantes do Mercosul é objetivo que deve ser perseguido vigorosamente, concedendo-se especial ênfase à sua desvinculação dos economistas..."

O exercício profissional dos contadores, de forma livre, em qualquer um dos países do Mercosul ainda não é possível. Para o exercício da profissão é necessário que os diplomas sejam reconhecidos pelas Universidades Federais. Como os currículos não têm integração, dificuldades várias se impõem a esse processo de reconhecimento, daí se pode concluir que: *"A inteira liberdade no exercício profissional é utópica, pelo menos nas atuais circunstâncias, embora represente ideal a ser perseguido..."* (Koliver, 1993)

Visando solucionar esse impasse o professor Koliver considera interessante a introdução, nos currículos vigentes, de uma disciplina que chamaria de "Legislação Profissional Comparada nos Países do Mercosul"

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul está encaminhando questionários às Faculdades com vistas a obter informações a respeito dos cursos de Ciências Contábeis nos países do Mercosul, para que se possa formar um juízo fundamentado sobre o caminho a ser trilhado na equalização do ensino superior de Contabilidade e no reconhecimento de diplomas.

Como podemos notar *"A integração propriamente dita essa nasce das sociedades a que se destina, de seu dinamismo econômico, social político e cultural. Amadurece, expressa-se através das instituições e, fechando o círculo, realimenta o seu impulso inicial", uma vez que, no que se refere à "área educacional, os governos dos*

países do Mercosul, se não forem ágeis, correm o risco de, em muitos casos, serem ultrapassados pelos fatos(Hingel)

É portanto, fundamental que estejamos atentos às modificações do mercado e das exigências que cada vez mais se fazem a respeito das qualificações do Contador para que possamos, enquanto Universidade, profissionais em exercício, ou enquanto alunos, nos adaptarmos às exigências de novos tempos, da urgência e da qualidade da informação contábil, sob pena de sermos considerados, pela sociedade, como um "imposto" a mais exigido pelo governo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Beatriz. Profissionais não terão livre acesso ao Mercosul. O Estado de S. Paulo, 05 maio, 1993.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Dois anos de processo negociador no Mercosul: Caminhos e Instrumentos da Integração. Subsídios sobre o Mercosul, RS, p.61, 1991/1995.
- BAPTISTELLA, Rosa Luiz. Visão global vai definir profissional do futuro. O Estado de S. Paulo, p.A13, 18 set., 1994.
- CORREIO BRAZILIENSE, Mercosul quer integrar área da educação. Correio Braziliense, 09 mai, 1993.
- CRC (RS), Mercosul Estágio Atual da Integração. Conselho Regional de Contabilidade do RS, 1993.
- FIGUEIRAS, Marcos Simão. Mercosul no Contexto Latino-Americano. Atlas, São Paulo, 1994.
- GAZETA MERCANTIL, Mercosul, 02 jan., 1995.

- HINGEL, Murilio de Avellar. A Educação e o Mercosul. Subsídios sobre o Mercosul p.80, 1991/1995.
- JORNAL DO CONFEA, Mercosul: os caminhos da Integração Latino-Americana. Subsídios sobre o Mercosul, RS, p.83, 1991/1995.
- KOLIVER, Olívio. O Exercício Profissional no âmbito dos Países do Mercosul. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS, nº75, p.03-11, out-dez., 1993.
- MESTRINEL, Reinaldo. O papel do economista no Mercosul. Jornal do Economista, p.12, abril, 1995.
- NASI, Carlos Antonio. Harmonização do Exercício Profissional no Mercosul. Boletim do Ibracon, p. 2-5, jan., 1995.
- NATALI, João Batista. "Intelligentsia" vem a reboque. Mercosul, Folha S.Paulo, Clarin, 26 jan., 1995.
- O ESTADO DE S. PAULO, Educação no Mercosul, 12 nov., 1994.
- RIBEIRO, Haroldo de Macedo. O Mercosul Social. Subsídios sobre o Mercosul, RS p.69-72, 1991/1995.

O REFLEXO DA "DÉCADA PERDIDA" NA REESTRURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

*Sérgio Pio Bernardes*¹

1. INTRODUÇÃO

Em breve estaremos entrando no século XXI e o que só líamos em livros e víamos em filmes de ficção poderá se tornar realidade, trazendo reflexos positivos e negativos. As consequências negativas para o Brasil poderão ser de maior dimensão que as positivas, dado o tipo de desenvolvimento que tivemos, que combina sucateamento da estrutura produtiva, explosão demográfica e desestruturação do mercado de trabalho.

Este artigo tem como objetivo demonstrar esse padrão de desenvolvimento perverso a partir de três enfoques. Num primeiro momento, analisaremos a consolidação da estrutura produtiva e as flutuações no nível de atividade. Num segundo, demonstraremos as implicações do circuito vicioso que o país enfrenta que é o da taxa de crescimento demográfico, revolução tecnológica e desemprego. E num terceiro, e último, apontaremos os elementos fundamentais para um projeto de modernidade, chamando atenção para a parceria, a nova política industrial, o investimento em capital humano e o novo papel destinado à sociedade civil.

¹ Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCAMP). Mestre em Ciência Política pelo IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Sociólogo da Coordenadoria Municipal de Planejamento da Prefeitura do Município de Jundiá.

2. A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E AS FLUTUAÇÕES NO NÍVEL DE ATIVIDADE NOS ANOS 80

O processo de consolidação do capitalismo brasileiro foi tardio, e isso engendrou uma estrutura produtiva social excludente. Apesar dos avanços ocorridos na década de 70 na implantação de uma estrutura produtiva relativamente integrada e complexa, não foi possível garantir um desenvolvimento social que possibilitasse a conformação de um mercado de trabalho dinâmico.

O modelo de padrão de desenvolvimento implementado, com expressiva participação do Estado, teve seu esgotamento a partir da crise dos anos 80, fato este que trouxe influências nefastas para o processo de estruturação do mercado de trabalho. O fato mais agravante é que a participação do Estado como empresário se deu justamente nos setores estratégicos para o desenvolvimento da economia, como por exemplo, insumos básicos e infraestrutura.

A participação do Estado como promotor e gerenciador desse processo, até meados da década de setenta, era impulsionada pela possibilidade de acesso a recursos externos. Portanto, tal crescimento econômico foi viabilizado através de endividamento. Após os choques do petróleo em 1973 e 1979 e especialmente após o choque dos juros de 1978, essa política de financiamento da industrialização através de endividamento externo tornou-se perversa. A consequência desses adventos levou à redução drástica de investimento em formação bruta de capital. Dessa forma, "a EOS - Estrutura de Ocupação Setorial - definida no final dos anos setenta fica estabilizada e praticamente inalterada ao longo dos anos 80. O Estado recua e contrai apenas marginalmente sua presença em alguns setores criados nos anos setenta." (PRADO, 1993:93).

Esta ruptura desse padrão de financiamento fez com que o setor público estatal acumulasse problemas produtivos graves, como a deterioração física e o atraso tecnológico dos equipamentos produtivos. Essa falta de dinamismo levou alguns analistas a denominarem os anos 80 como sendo a "década perdida", uma vez que este período foi de " sistemática instabilidade da economia brasileira, marcado por flutuações do nível de atividade, tendência de crescimento das taxas de inflação, deterioração da capacidade de gasto do aparelho do Estado e uma situação constante de encilhamento em relação à dívida externa" (DEDECCA, 1993:319). Na tabela 01, a seguir podemos visualizar a taxa de crescimento do PIB, que ilustra as flutuações ocorridas na atividade econômica por setores da economia, ou seja, agropecuária, indústria e serviços. Um destaque importante a ser apontado nestes indicadores é a participação substancial do setor de Comunicações.

TABELA 1
Taxa Anual de Crescimento do PIB
BRASIL, 1980-1990

	1980	1981	1982	1983	83-86	86-89	1990
TOTAL	9,2	-4,39	0,57	-3,41	6,9	2,3	-4,03
Agropecuária	9,5	7,97	-0,49	-0,58	1,5	6,0	-3,72
Indústria	9,3	-8,85	0,02	-5,85	8,9	0,4	-7,4
- Transformação	9,1	-10,38	-0,18	-5,85	8,6	0,1	-8,68
- Construção Civil	9,0	6,06	-2,05	-13,96	8,2	0,4	-8,35
Serviços	9,0	-2,23	2,01	-0,79	6,3	3,2	-0,67
- Comércio	8,3	-6,17	0,34	-3,98	6,3	0,9	-5,93
- Transportes	7,5	-1,73	1,81	-2,2	7,4	4,2	-2,79
- Comunicações	19,9	12,82	16,8	10,97	16,9	12,9	9
- Inst. Financeiras	-	6,64	4,24	5,61	5,2	-1,1	-3,12
- Adm. Pública	-	2,22	2,22	2,22	2,2	2,1	2,07

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, RJ, 1991 apud DEDECCA, Cláudio Salvador & BRANDÃO, Sandra M. Chagas. " Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho "In.: DESEP- INCA. CRISE BRASILEIRA, ANOS OITENTA E GOVERNO COLLOR, São Paulo: Instituto Cajamar, 1993, p. 321.

Como se pode observar, a década de 80 foi marcada por flutuações significativas no nível da atividade e, conseqüentemente, esses reflexos também podem ser observados no que se refere à questão do emprego. Estas oscilações podem ser classificadas em três momentos: O primeiro compreende os anos 1981/83 e é marcado por uma queda substancial do nível da atividade e emprego. No segundo (1984/86), verificamos uma recomposição, sendo este período marcado pelo advento da "Nova Republica e pelo "Plano Cruzado". O terceiro período, que compreende os anos de 1986/89 é marcado

pela estagnação, que, a partir de 1990, se converte num significativo retrocesso no nível de crescimento.

Esta crise dos anos 80 é reflexo do esgotamento do modelo de crescimento dos anos 70, que " (...) impôs um ajuste do nível de emprego concentrado, em grande medida, nas atividades do setor secundário, que resultou em uma diminuição do assalariamento com carteira de trabalho assinada. Esta redução do nível de emprego não foi acompanhada por uma ampliação significativa das atividades terciárias, além, de se ter verificado estabilidade da ocupação agrícola. Deste modo, a crise conformou uma redução do espaço ocupacional que foi, em grande parte, compensada por um aumento brutal do desemprego " (DEDECCA, 1993:325).

3. EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA, REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E DESEMPREGO

O Brasil, como vimos anteriormente, ingressou tardiamente no processo capitalista e a forma como foi incorporada a força de trabalho no mercado não garantiu empregos e salários adequados ou mesmo uma situação de desemprego amparada por uma política social. A década de 90 coloca novos problemas para aqueles que almejam ingressar num mercado de trabalho que, por um lado, é extremamente dinâmico e exigente e, de outro, necessita cada vez menos de mão-de-obra. A revolução tecnológica trouxe mudanças marcantes no mercado de trabalho no qual " o mais evidente foi uma onda de demissões que produziu 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, conforme estatísticas da OCDE " (REVISTA VEJA, 1994:92).

Esse problema torna-se mais complexo quando verificamos que o crescimento demográfico no Brasil poderá provocar um aumento expressivo e cumulativo sobre a oferta de trabalho. Na tabela 2, podemos verificar que as projeções para a população, para o ano 2010, será de mais de 186 milhões de habitantes, e a hipótese mais dramática é a de que uma parcela considerável da população estará fora do mercado de trabalho, pois a " população nacional economicamente ativa será de 76 milhões de pessoas no ano 2000 e 88 milhões em 2010, refletindo uma demanda de 15,1 milhões de empregos durante 1990-2000 e de 13,6 milhões na primeira década do século XXI, só por causa do crescimento demográfico" (COSTA, 1992:98)

Tabela 2
População Segundo Anos - Aumentos Decenais, Número de Nascidos e Taxas de Crescimento, Natalidade e Mortalidade, Segundo Períodos - 1940 - 2010

ANOS	População #	Aumento #	r	b	m	Nascidos
1940	41,2	10,7	2,39	44,4	20,9	20,6
1950	51,9	18,2	2,99	43,5	13,5	26,2
1960	70,1	23,0	2,89	40,8	12,6	33,0
1970	93,1	25,4	2,48	33,8	8,9	35,6
1980	118,5	24,8	1,89	26,9	8,5	35,0
1990	143,3	22,2	1,43	21,1	6,9	32,5
2000	165,5	21,1	1,21	18,7	6,5	32,9
2010	186,6					

r = taxa de crescimento geométrico médio anual;

b = taxa bruta anual de natalidade;

m = taxa bruta anual de mortalidade;

* = Dados projetados para o Brasil independente das projeções regionais, em Manoel A. Costa. " Cenários demográficos para o Brasil", apresentado no Fórum Nacional, novembro de 1990.

Fonte:- IBGE, censos e CEPPD, O Segundo Brasil Apud COSTA, Manoel Augusto Costa. "O problema demográfico e as migrações internas" In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org) Estratégia Social e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. pg.77.

4. UM PROJETO PARA SUPERAÇÃO DA "SINDROME DA DÉCADA PERDIDA "

Nos últimos anos, a comunidade intelectual tem se debatido no sentido de buscar alternativas para "superar a síndrome da década perdida". Isto foi objeto de análise no Fórum Nacional realizado, em novembro de 91, no Rio de Janeiro, onde foram discutidos temas como: opções para o desenvolvimento, a questão do problema demográfico, educação e redistribuição.

Um das alternativas discutidas pela sociedade civil tem sido o projeto de modernidade, que incluiria revisão do Estado, privatização, competitividade, modernização das relações econômicas e inserção na economia internacional. A viabilidade para se conseguir esse projeto de modernidade de forma que contemple não somente a questão econômica como também a questão social e política, depende, segundo Reis Velloso, de um projeto que contenha quatro elementos importantes: parceria, nova política industrial, investimento maciço em capital humano e o novo papel destinado à cidadania e à sociedade civil. (VELLOSO, 1993)

Com relação à parceria, esta deve ser direcionada não só à parceria com a iniciativa privada mas, também, com a sociedade, pois através desta poderá ser possível encontrar alternativas e estratégias conjuntas para a implantação de um novo modelo econômico. Para isso, " cabe tentar evoluir, no mais curto prazo possível, para a idéia de 'compromisso democrático moderno'. Compromisso que significa um mínimo de solidariedade, por parte dos principais agentes econômicos - Estado, empresários, centrais sindicais -, em torno de um capitalismo moderno, de base social " (VELLOSO, 1993:11).

A nova política industrial deverá levar em consideração que o Brasil é dotado de uma economia diversificada e integrada, o que Reis Velloso designa como " modelo bi-direcional de mercado", baseado " na integração, em um só processo, de eixos como a reestruturação industrial (para dominar o novo paradigma industrial e tecnológico), a aceleração do progresso técnico-científico e uma nova inserção na economia internacional " (VELLOSO, 1993:12).

É necessário, também, fazer um investimento maciço em capital humano e direcionar a educação para a modernidade, no sentido de associar ciência, tecnologia e criatividade. Dessa forma, os sistemas de formação profissional deverão contemplar o aprofundamento dos conhecimentos técnico-científicos, a alteração da relação entre conhecimentos teóricos e conhecimentos práticos e a adoção de metodologias que desenvolvam o potencial individual. Dessa forma, o " objetivo de difusão de uma 'cultura tecnológica' também exigirá profundas transformações da escola regular, tais como revisão de currículos, programas e metodologia; um melhor preparo de seus professores; melhoria de recursos pedagógicos etc. de modo a transformar em efetiva realidade as funções e objetivos da educação em geral " (FOGAÇA, 1994:280).

O projeto de modernidade deverá, também, contemplar um novo papel para sociedade civil, que deverá vigiar a construção de um modelo de desenvolvimento que não deixe de lado as questões sociais.

5. CONCLUSÃO

Como vimos, o Estado no Brasil teve, por um lado, uma considerável participação na formação da estrutura produtiva brasileira em setores estratégicos, mas, por outro, não teve capacidade suficiente de investimentos para acompanhar a modernização tecnológica. Sendo assim, acumula simultaneamente problemas produtivos e financeiros muito graves. Nos últimos anos, as respostas que se colocam para a solução desses problemas tem sido a de transferir ativos do setor estatal para o setor privado, principalmente naqueles setores que são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico. A justificativa que se coloca para a realização de tal empreendimento é a de que a etapa de complementação dos setores básicos e do processo de substituição de importações está concluída, não se justificando mais a manutenção da presença estatal.

No entanto, tais reformulações dependem de duas mudanças fundamentais que estão em discussão na reforma constitucional, que é a Reforma do Estado principalmente no que se refere à questão fiscal e financeira. Só assim poderemos viabilizar um projeto de modernidade que possa atenuar os graves problemas que o capitalismo brasileiro irá enfrentar na próxima década.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, M. A. C. O problema demográfico e as migrações internas. In: VELLOSO, J. P. R. (Org) **Estratégia Social e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. pg.98.

- DEDECCA, C. S. & BRANDÃO, S. M.C. Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho. In: DESEP- INCA. **Crise Brasileira, anos Oitenta e Governo Collor** , São Paulo: Instituto Cajamar, 1993, p. 319.
- FOGAÇA, A. & SALM, C. Qualificação e Competitividade. In: VELLOSO & ALBUQUERQUE (ORGS) **Modernidade e Pobreza**, Fórum Nacional (1994: São Paulo) São Paulo: Nobel, 1994.
- PRADO, S. Crise do Estado e privatização: limites da visão neoliberal. In: DESEP- INCA. **Crise Brasileira, anos Oitenta e Governo Collor** , São Paulo: Instituto Cajamar, 1993., p. 93.
- REVISTA VEJA. A revolução que liquidou o emprego, edição 1.362, ano 27, número 42, São Paulo: Editora Abril. 19 de outubro de 1994.
- VELLOSO, J. P. dos R. A transição para a modernidade no Brasil . In: **As bases do Desenvolvimento Moderno**: Fórum Nacional (1993: São Paulo. Pobreza e mobilidade Social. São Paulo:Nobel, 1993.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz de Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

DIRETOR

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Homero Adabo

VICE-DIRETOR

**DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS**

Prof. José Geraldo Souza Carreira

**ARTUR
ANDERSEN**

Uma Organização Internacional Única, com Oportunidades Únicas.

Formados ou Cursando
(Penúltimo ou Último Ano)



- Administração
- Análise de Sistemas
- Ciências Contábeis
- Ciências da Computação
- Direito
- Economia
- Engenharia
- Matemática
- Processamento de Dados

Inglês

A partir do nível intermediário